

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**REFLETINDO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR DAS  
COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO**

**Flávio André Pereira Bastos**

**AMARGOSA - BAHIA  
2017**

# **REFLETINDO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO**

**Flávio André Pereira Bastos**  
Engenheiro Agrônomo  
Universidade Federal de Viçosa, 2002

Trabalho Final de Conclusão do Curso  
apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-  
Graduação em Educação do Campo da  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,  
como requisito parcial para a obtenção do Título  
de Mestre em Educação do Campo.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi

**AMARGOSA - BAHIA  
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB  
**Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515**

B327r

Bastos, Flávio André Pereira.

Refletindo sobre a soberania alimentar das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto. / Flávio André Pereira Bastos. – Amargosa, BA, 2017.  
171f.; il. color; 30 cm.

Orientador: Profª. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Produto (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2017.

Bibliografia: fls. 161-170.

Inclui Anexo.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Agroecologia. I. Givigi, Ana Cristina Nascimento. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

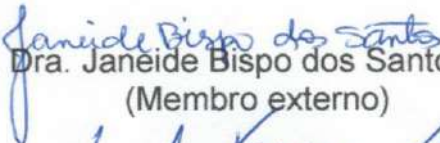
CDD – 379

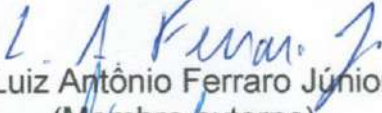
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**


**REFLETINDO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR DAS  
COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO**

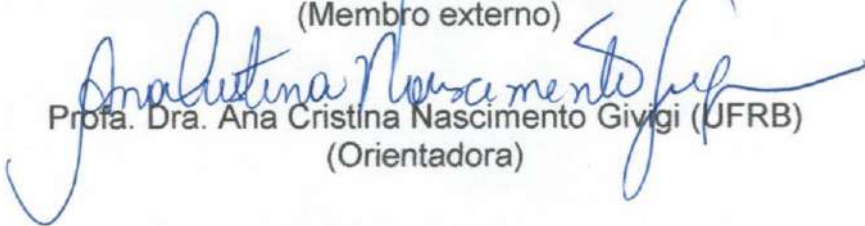
Comissão Examinadora da Defesa de Trabalho de Conclusão Final de Curso  
Flávio André Pereira Bastos

Aprovada em 07 de julho de 2017

  
Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos (UNEB)  
(Membro externo)

  
Prof. Dr. Luiz Antônio Ferraro Júnior (UEFS)  
(Membro externo)

  
Prof. Dr. Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB)  
(Membro externo)

  
Profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi (UFRB)  
(Orientadora)

# **REFLETINDO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO**

Grupo de Pesquisa da Comunidade de Várzea Grande  
Oliveira dos Brejinhos - Bahia

Aldeir Guimarães Oliveira  
Armônica Jesus Vieira  
Dionísio José Nogueira  
Eduardo Martins Ferreira  
Edvando Jesus Vieira  
Ezio Aquino de Oliveira  
Gabriel Aquino de Oliveira  
Joselino Martins Ferreira  
Manoel Maria Ferreira  
Margarida Aquino de Oliveira  
Marizélia Aquino de Oliveira Nogueira  
Rosália Mendes de Oliveira  
Silvânia de Oliveira Ferreira

**AMARGOSA - BAHIA  
2017**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Josefa Alice de Jesus e ao meu pai, Filemon Pereira Bastos (*in memoriam*), pessoas extraordinárias, de grande sabedoria e humanidade, que amo, admiro e sou muito grato por tudo que sou na vida.

Minha mãe, conhecida como Zefinha, filha de Alice Maria Barbosa e José Barbosa Filho, nasceu no município de Barro, no Ceará. Ainda criança migrou, correndo da seca com sua família, para Xique-Xique. Casou-se com meu pai aos 16 anos e dedicou a sua vida a cuidar da família, da casa e trabalhar com meu pai no bar e no comércio. Muito trabalhadora, forte, justa, observadora e excelente cozinheira, é a base da nossa família e importante referência para mim nas relações humanas e no cuidado com as pessoas.

Meu pai, filho de Zulmira Alves de Santana e Manoel Pereira Bastos, nasceu na comunidade de Laranjeiras, município de Uibaí, no sertão da Bahia. Quando nasceu, infelizmente, seu pai já havia falecido. Minha avó o criou junto com o tio, que era agricultor, tropeiro e transportava mercadorias em animais entre Uibaí e Xique-Xique-BA, no vale do rio São Francisco. Começou a trabalhar desde criança na roça e acompanhava o tio nas viagens. Foi morar em Xique-Xique ainda jovem, trabalhou como mascate, comerciante e foi dono de bar. Muito popular na cidade e conhecido de todos, dei com meu pai os meus primeiros passos na agricultura e na política.

Com grande esforço, carinho, dedicação e incentivo cuidaram da minha educação e formação humana. Sempre me colocaram para estudar em boas escolas públicas em Xique-Xique, deram-me a oportunidade e confiança de, aos 15 anos, sair de casa para fazer o curso de técnico em agropecuária na Escola Agrotécnica Federal de Catu e depois, aos 18 anos, ir para Minas Gerais, estudar agronomia na Universidade Federal de Viçosa. Deram-me régua e compasso e toda a liberdade de escolher o que eu queria ser e fazer na vida.

Gratidão!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as famílias de Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos – BA, pela acolhida desde o primeiro dia que conheci a comunidade, no ano de 2004, quando fui trabalhar no Centro de Assessoria do Assuruá (CAA). Aprendi demais com as pessoas desta comunidade a compreender o Semiárido, a caatinga, os Fundos de Pasto e a praticar a Agroecologia.

Agradeço em nome de Margarida Aquino de Oliveira e Sildete Aquino de Oliveira, à associação comunitária de Várzea Grande e seus dirigentes, que sempre foram grandes parceiros. De modo especial, agradeço aos integrantes do grupo de pesquisa que foi formado para a realização deste trabalho, conforme já nomeado. Também, em nome do companheiro Sandro Oliveira, agradeço a todas as comunidades que fazem parte da Central de Associações das Comunidades de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Em nome do companheiro Jaziel dos Santos Silva, agradeço às lideranças da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto. Estas companheiras e companheiros foram fundamentais para a minha relação e compreensão dos Fundos de Pasto e o sucesso deste trabalho.

À minha orientadora profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi (Kiki).

À UFRB, pelo compromisso com a educação pública de qualidade e serviço prestado à sociedade. Aos colegas e professores/as do mestrado, pelos debates, aprendizados e amizades construídas.

Aos membros da banca examinadora, os professores Franklin Plessmann de Carvalho, Janeide Bispo dos Santos e Luiz Antonio Ferraro Jr., também a professora Tatiana Ribeiro Velloso, que participou da banca de qualificação, pelas excelentes contribuições ao trabalho.

Ao meu irmão Filemon Pereira Bastos Filho e minhas irmãs Gislene Pereira Bastos, Janicélia Pereira Bastos e Jicélia Pereira Bastos, pela amizade, fraternidade, apoio e incentivo.

A todas/os que contribuíram com a minha formação intelectual, acadêmica, profissional e política, em especial à Universidade Federal de Viçosa, ao movimento estudantil, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), no qual agradeço aos companheiros Mário Augusto de Almeida Neto (Jacó) e Adriano dos Santos Martins pela amizade e oportunidade de ter trabalhado no CAA.

À Héliida Santos Conceição, pelos diálogos, aprendizados e estímulos durante a pesquisa. À Vanessa Salomão, Cristiana Ferreira e Alexandre dos Santos pela colaboração no trabalho de campo, fotografia e transcrição dos áudios. À Mirtes Fernanda, pelo carinho e colaboração na finalização da publicação.

Enfim, a todos e todas que colaboraram de alguma forma com este trabalho e aos companheiros e companheiras de lutas, meu muito obrigado.

## EPÍGRAFE

Quero a utopia, quero tudo e mais  
Quero a felicidade nos olhos de um pai  
Quero a alegria muita gente feliz  
Quero que a justiça reine em meu país  
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão  
Quero ser amizade, quero amor, prazer  
Quero nossa cidade sempre ensolarada  
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver  
São José da Costa Rica, coração civil  
Me inspire no meu sonho de amor Brasil  
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real  
Bom sonhar coisas boas que o homem faz  
E esperar pelos frutos no quintal  
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?  
Viva a preguiça viva a malícia que só a gente é que sabe ter  
Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida  
Eu vou viver bem melhor  
Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar

Coração Civil  
Milton Nascimento



## **REFLETINDO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO**

**RESUMO:** As comunidades tradicionais de Fundo de Pasto estão situadas no Semiárido do Estado da Bahia, Brasil, especialmente no bioma Caatinga e em áreas de transição com o Cerrado. O Fundo de Pasto é um modo de vida tradicional de viver no Sertão, de ocupação e uso comum dos territórios tradicionalmente ocupados. Estão inseridas na dinâmica de expansão do capitalismo e de territorialização do capital no campo brasileiro, sofrendo as consequências da exploração deste modelo representado atualmente pelo agronegócio, pela mineração e grandes obras/empreendimentos de infraestrutura. O objetivo do trabalho é contribuir com as comunidades de Fundo de Pasto na reflexão sobre a soberania alimentar. A perspectiva é motivar pessoas a responder ao desafio de promover transformações sociais e políticas que contribuam com um projeto de campo e de sociedade em favor dos interesses dos camponeses, neste caso em especial, dos interesses das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto. A opção metodológica foi pela Pesquisa Participante e como ferramenta de coleta de dados foi utilizado o Círculo de Cultura, confirmando-os como instrumentos de grande potência para a pesquisa, reflexão crítica da realidade, construção e partilha de saberes, de comunhão, busca de alternativas e construção de ações coletivas para transformação da realidade pesquisada. Compreendo que a reflexão sobre a soberania alimentar dos Fundos de Pasto, articulada com os princípios e concepções da Educação do Campo, da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido, pode dar uma importante contribuição às comunidades. Considero que o direito ao território tradicionalmente ocupado é condição para garantir a soberania alimentar das comunidades. O grande desafio está em como fazer a gestão dos territórios e o manejo agroecológico dos seus agroecossistemas para a produção diversificada de alimentos saudáveis. Proponho às comunidades de Fundo de Pasto a utilização do Círculo de Cultura como um instrumento capaz de propiciar este debate, com enorme potencial para se tornar um espaço continuado de formação intelectual e política, de crítica, de construção coletiva de conhecimentos, de planejamento e ação coletiva. A Educação do Campo tem um grande potencial para contribuir com as comunidades de Fundo de Pasto na luta por soberania alimentar e na construção do seu projeto educativo, no fortalecimento do seu modo de vida e para a sua reprodução social e política como comunidade tradicional.

**Palavras chave:** Agroecologia; Círculo de Cultura; Convivência com o Semiárido; Educação do Campo; Pesquisa Participante.

## REFLECTING ON FOOD SOVEREIGNTY OF TRADITIONAL FUNDO DE PASTO COMMUNITIES

**ABSTRACT:** The traditional Fundo de Pasto communities are located in the semiarid area of the state of Bahia, in Brazil, especially in the caatinga biome and transition areas with the cerrado. Fundo de Pasto is an old way of life in the sertão area, of traditional land occupation and use. These communities are inserted in the dynamics of capitalism expansion and capital territorialization in the Brazilian countryside, suffering the consequences of typical exploration of this model, currently represented by agribusiness, mining and large infrastructure works/projects. This study aims to contribute with the Fundo de Pasto communities by reflecting on food sovereignty. The idea is to encourage people to promote social and political transformation and contribute to a countryside project for the society in favor of the interests of peasants, that is, the traditional Fundo de Pasto communities. This study used a participatory research method, and the Culture Circle was used in data collection, confirming its use as a powerful tool for research, critical reflection on the reality, knowledge construction and sharing, communion, search for alternatives, and development of collective actions to transform the analyzed reality. Reflections on food sovereignty of the Fundo de Pasto communities, combined with the principles and concepts of countryside education, agroecology and living with the semiarid climate, can make an important contribution to the communities. The right to traditionally occupied territory is a condition to guarantee food sovereignty of the communities. The great challenge lies in how to manage the territories and ensure an agroecological management of their agroecosystems for the diversified production of healthy foods. This study proposes the use of the Culture Circle as a tool to promote this debate in the Fundo de Pasto communities, with the possibility to become a space of continuous intellectual and political training, of criticism, of collective knowledge construction, of collective planning and action. Countryside education can contribute to the Fundo de Pasto communities in their fight for food sovereignty, educational project construction, strengthening their way of life, and for their social and political reproduction as traditional communities.

**Key words:** Agroecology; Culture Circle; Living with the Semiarid Climate; Countryside Education; Participatory Research.

## REFLEXIONANDO SOBRE LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES DE *FUNDO DE PASTO*

**RESUMEN:** Las comunidades tradicionales de *Fundo de Pasto* se sitúan en la Región Semiárida del Estado de Bahía, Brasil, especialmente en el bioma de la Caatinga (con plantas xerófilas) y en el área de transición con el Cerrado (planicie seca). El *Fundo de Pasto* es un modo de vida tradicional de vivir en el Páramo Desértico, de ocupación y uso común de los territorios tradicionalmente ocupados. Los habitantes están insertados en la dinámica de expansión del capitalismo y de territorialización del capital en los campos brasileños, sufriendo las consecuencias de la explotación de este modelo representado, actualmente, por el agronegocio, la minería y las grandes obras / emprendimientos de infraestructura. El objetivo del trabajo es contribuir para las comunidades de *Fundo de Pasto* en la reflexión sobre la soberanía alimentaria. La perspectiva es motivar a personas para que respondan al desafío de promover transformaciones sociales y políticas que contribuyan para un proyecto de campo y de sociedad, en favor de los intereses de los campesinos, en este caso en especial, de los intereses de las comunidades tradicionales de *Fundo de Pasto*. La opción metodológica fue por la Investigación Participativa y, como herramienta de recolección de datos, se utilizó el Círculo de Cultura, confirmándolos como instrumentos de gran potencial para la investigación, reflexión crítica sobre la realidad, construir y compartir conocimientos, de comunión, búsqueda de alternativas y montaje de acciones colectivas para la transformación de la realidad investigada. Se comprende que la reflexión sobre la soberanía alimentaria del área de *Fundo de Pasto*, articulada con los principios y concepciones de la Educación del Campo, de la Agroecología y de la Convivencia con la Región Semiárida, puede dar una importante contribución para las comunidades. Se considera que el derecho al territorio tradicionalmente ocupado es condición para garantizar la soberanía alimentaria de las comunidades. El gran desafío está en cómo hacer la gestión de los territorios y la gestión agroecológica de sus agrosistemas para la producción diversificada de alimentos saludables. Se propone a las comunidades de *Fundo de Pasto* la utilización del Círculo de Cultura, como un instrumento capaz de propiciar este debate, con enorme potencial para tornarse un espacio permanente de formación intelectual y política, de crítica, de construcción colectiva de conocimientos, de planeamiento y acción colectiva. La Educación del Campo tiene un gran potencial para contribuir a las comunidades de *Fundo de Pasto* en la lucha por la soberanía alimentaria y en el montaje de su proyecto de educación, en el fortalecimiento de su modo de vida y para su reproducción social y política como comunidad tradicional.

**Palabras claves:** Agroecología; Círculo de Cultura; Convivencia con la Región Semiárida; Educación del Campo; Investigación de Participación.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	13
<b>Primeiro Círculo de Cultura - À sombra do juazeiro: o Círculo de Cultura como ferramenta para a reflexão sobre a soberania alimentar</b> .....	29
<b>Segundo Círculo de Cultura - O direito à autodeterminação, ao reconhecimento e ao território tradicionalmente ocupado como condição para a garantia da soberania alimentar</b> .....	55
<b>Terceiro Círculo de Cultura - Refletindo sobre os conceitos de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável</b> .....	83
<b>Quarto Círculo de Cultura - Possibilidades e desafios para o acesso às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional</b> .....	109
<b>Quinto Círculo de Cultura - A Educação do Campo como instrumento para fortalecer a luta das Comunidades de Fundo de Pasto por soberania alimentar</b> .....	131
<b>Considerações finais</b> .....	156
<b>Referências</b> .....	160
<b>Referências sobre Fundos de Pasto</b> .....	165
<b>Anexos</b> .....	170







## Introdução

As comunidades tradicionais de Fundo de Pasto estão situadas no Semiárido do Estado da Bahia, Brasil, especialmente no bioma Caatinga e em áreas de transição com o Cerrado. O Fundo de Pasto é um modo de vida tradicional de viver no Sertão, de ocupação e uso comum dos territórios tradicionalmente ocupados, caracterizado pela cultura camponesa, o trabalho familiar e comunitário, organização social coletiva e a combinação da posse das terras de forma familiar e coletiva, de modo que os usos, o manejo e a gestão das áreas individuais e das áreas de uso comum se dão de forma integrada, complementar e interdependente.

As relações sociais, culturais e políticas são construídas através de laços de parentesco, compadrio e vizinhança, marcadas por fortes atitudes de resistência, sabedoria, solidariedade e cooperação. A base da organização social e produtiva é familiar, mas também comunitária. Seus moradores estão organizados em associações, grupos produtivos, cooperativas, sindicatos, partidos, comunidades religiosas, entre outras. As comunidades estão organizadas em seis regiões da Bahia através das Centrais de Associações de Fundo de Pasto e em nível estadual através da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto<sup>1</sup>.

Sua reprodução social e econômica se deu ao longo do tempo através de uma relação de convivência com o Semiárido, adaptando o seu modo de vida, o trabalho e a produção conforme a realidade e as condições dos ecossistemas da Caatinga e do Cerrado. Não só as pessoas, mas os animais e as plantas também vivem em constante adaptação com o ambiente, criando suas estratégias de sobrevivência, onde uma das mais importantes é o armazenamento da água da chuva, com um exemplo belíssimo e dos mais simbólicos que é o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*).

---

<sup>1</sup> As comunidades tradicionais de Fecho de Pasto estão localizadas predominantemente nas áreas úmidas do Cerrado, na região de Correntina e municípios vizinhos, no oeste da Bahia, mas também nos municípios de Pindobaçu e Antônio Gonçalves na região norte. As áreas de uso comum denominadas de Fechos, que são utilizadas principalmente para o pastoreio do gado bovino, normalmente ficam separadas e distantes das áreas individuais das famílias. Inclusive, em uma área de Fecho pode ter pessoas de mais de uma comunidade utilizando-a. Ou em uma mesma comunidade, ter famílias que usam o Fecho e outras não. Ou ainda, em uma mesma comunidade, algumas famílias usam um Fecho e outras famílias usam outra área de Fecho. Esta é uma característica diferente dos Fundos de Pasto, onde a área de uso comum pertence a todos os membros de uma mesma comunidade e estas áreas coletivas são um prolongamento e estão contíguas as áreas individuais. Nos Fechos de Pasto, as áreas comuns são usadas de forma sazonal, ou seja, o gado é levado para pastear nos Fechos na época mais seca e ficam lá por alguns meses apenas, depois voltam para as áreas individuais de cada família. As áreas de Fecho em geral são bem extensas e delimitadas muitas vezes por limites naturais como rios e riachos, mas também são cercadas. As comunidades de Fecho de Pasto possuem uma produção diversificada de frutas, verduras, grãos, cana-de-açúcar e criação de pequenos animais, como também, fazem o extrativismo de frutas nativas, plantas medicinais e madeiras. Estas comunidades de uma forma geral estão cercadas por grandes fazendas do agronegócio e vivem constantemente ameaçadas pelo processo de invasão e grilagem de seus territórios tradicionalmente ocupados e também com a ameaça de inundação de suas terras com a construção de barragens para a geração de energia.

O pé-de-umbu, uma das frutas mais saborosas da Caatinga, que já foi transformada pelos camponeses em suco, sorvete, geleia, doce, compota, umbu bom, licor e até a deliciosa cerveja de umbu, co-evoluiu com o ambiente semiárido adaptando o seu ciclo e estrutura para armazenar a água da chuva e nutrientes através de suas raízes em forma de batatas e produzir uma grande quantidade de frutos na época das chuvas para garantir que sua semente caia na terra molhada, germine e se reproduza. Cumprida a tarefa da produção, do armazenamento e da reprodução, está preparada para o tempo da estiagem, deixando cair as folhas para economizar água e energia e nutrir o solo, para depois dar uma linda florada nas primeiras águas e continuar o seu ciclo de vida. Ainda, faz uma troca de néctar pela polinização de suas flores com as abelhas sem ferrão e diversifica sua clientela com outras abelhas e insetos. Também, faz negócio com as cabras, bodes e outros animais, fornecendo-lhes umbu em troca deles espalharem as sementes pelo campo e ainda dar uma ‘adubadazinha’.

Fotografia 2 – Umbuzeiro localizado na comunidade de Várzea Grande – Oliveira dos Brejinhos – BA.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Apesar das características comuns do modo de vida conhecido como Fundo de Pasto, devido aos diferentes processos históricos de origem e formação, há uma diversidade nas formas de ocupação, uso e gestão dos territórios dessas comunidades. Portanto, não há uma forma única e nem um tipo ideal de Fundo de Pasto. Cada realidade histórica, conforme seu

contexto ambiental, econômico, político e de luta para garantir a posse e permanecer na terra, produziu um tipo de comunidade ou tipos comuns de comunidades e também produziu tipos diversos de territórios.

De acordo com Carvalho (2014, p. 208), nas comunidades de Fundo de Pasto:

O uso comum de recursos é então combinado com uma apropriação individualizada, tendo como referência o produto do trabalho familiar, em uma lógica orientada pelo modo de vida de cada unidade familiar. As famílias, através de um processo de territorialização, estabelecem territorialidades específicas que podem ser consideradas paisagens de resistência ao se contraporem ao avanço da mercantilização das terras e dos recursos. As territorialidades observadas podem ser caracterizadas pela criação de animais em terras “abertas”, cultivos agrícolas cercados e descontínuos, utilização de aguadas (em terras fechadas ou abertas), e a realização do extrativismo de plantas, frutas e madeiras. Essa combinação entre criação solta, uma pequena agricultura, as formas de extrativismo e a preservação os recursos naturais conforma a base do território que possibilita a reprodução física e cultural das famílias. Pode-se afirmar que este é mais um caso em que “comunidades” se mostram mais capazes de gerir recursos em comum do que o Estado ou proprietários privados.

De uma forma geral, nas comunidades de Fundo de Pasto cada família cerca uma área de terra individual onde fica localizada a casa, o quintal, as infraestruturas produtivas, os chiqueiros (apriscos), áreas de plantios de alimentos e forrageiras e os reservatórios de água (as aguadas, tanques de pedra, barreiros, etc.). As áreas coletivas são abertas e não possuem cercas. Naquelas áreas onde existe delimitação com outras comunidades de Fundo de Pasto vizinhas, não há cercas dividindo as comunidades, sendo delimitadas por marcos físicos ou ambientais. Assim, os animais, principalmente caprinos e ovinos, mas também bovinos, suínos, equinos e muares, possuem amplas áreas livres para circularem em busca de comida e água e as famílias para aproveitar os recursos oferecidos, como fontes de água, lenha e o extrativismo de frutos, madeira e plantas medicinais.

No entanto, devido aos conflitos e à luta para evitar a grilagem das terras por fazendeiros, várias comunidades foram obrigadas a cercar o perímetro externo de suas áreas. Por exemplo, em Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, localizadas na transição do norte da Chapada Diamantina com o vale do Rio São Francisco, para se defender e permanecer na terra, cada comunidade cercou seu perímetro externo e internamente cada família cercou parte ou a totalidade de suas áreas individuais. Isso reduziu a área de circulação dos animais e a oferta de recursos naturais para as famílias.

Outra coisa fantástica que acontece nas comunidades de Fundo de Pasto, que observei em Várzea Grande e outras comunidades de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, é o comportamento das cabras e bodes. Cada família tem seu chiqueiro próximo à casa onde normalmente os animais dormem. Pela manhã, quando soltos, eles saem correndo em



direção à caatinga para comer e vão pastejando durante do dia por longos trechos pela área de uso comum, inclusive se misturando com outros rebanhos vizinhos. Ao final da tarde, cada rebanho volta sozinho de forma espontânea para as suas casas e ficam ali em volta até alguém colocar pra dentro do cercado, às vezes ganham um pouco de sal mineral, feno, palma ou silagem pra alegrar o fim da tarde.

Fotografia 3- Animais voltando para casa ao final da tarde.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Segundo Alcântara (2011, p. 88), é preciso desfazer alguns nós para melhor compreender o processo que possibilitou o surgimento e manutenção das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto. Um dos nós a ser desfeito é a ideia de que todos os Fundos e Fecho de Pasto se constituíram unicamente no período colonial. Por certo, o modo de vida existente tem como marca o período colonial, mas isto não significa dizer que todos os Fundos e Fechos de Pasto se formaram neste período. Estes se formaram e se formam em diferentes momentos históricos, que variam desde o período colonial até a contemporaneidade.

Outro nó a ser desfeito é que existe uma identidade uniformizada nos Fundos e Fechos de Pasto. Esta identidade encontra-se em construção constante, em processo. Se por um lado, estes sujeitos históricos se identificam a partir de um modo de vida, gestado ao longo do tempo histórico, a sua manifestação e afirmação acontece no processo de luta pela manutenção do meio de produção terra. Por certo, estes possuem elementos comuns no trabalho, na relação

com a terra, na forma de organizar a produção, de regular as relações sociais, de construir pactos comuns, de identificar-se na construção de um modo de vida, mas a afirmação desta identidade é essencialmente política e tem se fortalecido na busca por alteridade (Idem).

Por fim, de acordo com este autor, sendo o período de formação e origens dos Fundos e Fechos de Pastos diferenciados, com um processo de formação de identidade em movimento, é preciso reconhecer que não existe um tipo ideal de Fundo e Fecho de Pasto. Desta forma, cai-se por terra a ideia de que todos os Fundos e Fechos de Pastos são similares. Os Fundos de Pastos são diferentes dos Fechos de Pastos, bem como cada Fundo de Pasto e cada Fecho de Pasto são diferentes entre si. Uniformizar estes grupos e os seus processos é colocar uma camisa de força no que sempre se reproduziu à revelia do estabelecido e de forma livre. A uniformização impede de se aproximar da realidade e com ela estabelecer o diálogo.

Desta forma, cada comunidade de Fundo de Pasto tem sua singularidade e, ao mesmo tempo, fazem parte de uma totalidade dos Fundos e Fechos de Pasto na Bahia, dos povos e comunidades tradicionais e dos camponeses do Brasil. Estas comunidades estão situadas em um dos maiores e mais importantes países capitalistas da América Latina e mundo, onde a concentração da terra, da riqueza e do poder são questões estruturais do nosso desenvolvimento. Assim, é preciso compreender os Fundos de Pasto no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo e da questão agrária brasileira.

Estas comunidades estão inseridas na dinâmica de expansão do capitalismo e de territorialização do capital no campo brasileiro. Sofrem as consequências da exploração deste modelo representado atualmente pelo agronegócio, pela mineração e grandes obras/empreendimentos de infraestrutura, onde, em nome da “modernização”, do crescimento econômico e do superávit da balança comercial, tem capturado as instituições do Estado brasileiro para criminalizar as comunidades e movimentos sociais e ampliar o seu poder, riqueza e domínio sobre os territórios. Este movimento do capital tem aumentando a já enorme concentração de terra e destruição dos recursos naturais, agravando os conflitos socioambientais e agrários.

Entendo que os Fundos de Pasto são comunidades camponesas, no sentido dado por Costa e Carvalho (2012, p. 113), onde compreendem que:

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação. Assim, o campesinato, enquanto o conjunto de famílias camponesas existentes em um território, se constitui num sujeito social cujo

movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas, ainda que, inseridos na economia capitalista.

As comunidades de Fundo de Pasto estão inseridas também em um contexto de mobilização e lutas protagonizadas por diversos povos e comunidades tradicionais, no Brasil e no mundo, pelo reconhecimento de direitos, valorização dos seus modos de vida, defesa dos seus territórios tradicionalmente ocupados, visibilidade política e acesso às políticas públicas.

No Brasil, além das comunidades de Fundo de Pasto, podemos citar as comunidades de Fecho de Pasto, os povos indígenas, povos quilombolas, povos de terreiro, povos ciganos, ribeirinhos, geraizeiros, extrativistas, pescadores artesanais, marisqueiras, caiçaras, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, pantaneiros, pomeranos, catadores de mangaba, catadores de sempre viva, retireiros do Araguaia, dentre outros que ainda continuam invisíveis nesse imenso país.

Na Bahia, de acordo com a Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto (2004: p. 3) a luta em defesa da preservação dos Fundos de Pasto, sobretudo da manutenção da posse e direito de uso da terra, remonta à década de 1970, e nos anos 80 transformou-se em um dos elementos mais expressivos da questão fundiária no estado, a ponto de ter sido objeto de uma emenda popular apresentada à constituinte estadual de 1988, resultando no artigo 178 da Constituição do Estado<sup>2</sup> que reitera que sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso à associação legitimamente constituída, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos.

A partir da década de 1960, seguindo o processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro, a territorialização do capital movimenta-se em direção as comunidades de Fundo de Pasto, fazendo estourar vários conflitos, em especial um forte processo de grilagem das terras e impedimento da criação do “bode solto”, ameaçando o modo de vida tradicional e a posse dos territórios historicamente ocupados pelas comunidades.

Apesar das famílias das comunidades de Fundo de Pasto viverem historicamente em suas terras há centena de anos, elas ocupam em sua maioria terras denominadas pelo Estado como devolutas e não possuem documentos de propriedade que comprovem legalmente a posse das terras. Muitas até tem antigos documentos de compra e venda e comprovantes de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), mas não o título de propriedade legal.

Assim, os fazendeiros e grileiros se aproveitam desta situação e avançam de forma violenta sobre as comunidades, tomando parte ou expulsando totalmente as famílias de suas

---

<sup>2</sup> <http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=73273>, acesso em 25/12/2016.

terras. Muitas comunidades resistiram e lutam por suas terras até hoje, mas muitas foram destituídas neste processo de expropriação do capital e desapareceram, aumentando as fileiras dos camponeses sem terra.

Segundo Santos (2010, p. 256):

Estas áreas passaram a ser rapidamente apropriadas, não para sua utilização econômica, mas para serem conservadas apenas como reserva de valor, para fins especulativos. Nesse mesmo período, uma parcela desse campesinato sucumbiu devido ao enfraquecimento de suas organizações internas, envolvendo perdas, vendas de terras e migração em alguns casos. Outros, orientados pela força de seu arranjo interno, organizaram-se para resistir, buscando no costume e nas tradições a confirmação dos seus direitos. Direito para criar o bode solto e direito ancestral sobre a terra – o qual seria confirmado pelo costume e estaria pautado em um saber retido e transmitido oralmente pelos mais velhos do grupo social. Assim, nesses grupos os anciões são os guardiões do saber, da história, do costume e das tradições, possuindo uma importância significativa para o grupo, juntamente com os migrantes que experimentavam novos saberes. Esses últimos, no decorrer dos anos, foram chamados a fortalecer a luta e também tiveram um papel fundamental na organização da resistência”.

Para Ferraro Jr. (2008, p. 187), os Fundos de Pasto são típicas e antigas áreas comunais do nordeste brasileiro. O pastoreio em comum no bioma Caatinga é uma prática usual desde o início do século XVI. Com o aparecimento das práticas de grilagem nas décadas de 1970 e 1980, a resistência de comunidades em algumas regiões da Bahia deu origem ao reconhecimento formal desse tipo de ocupação. É, então, que a denominação Fundo de Pasto se estabelece.

Ainda, segundo Ferraro Jr. (2008, p. 57-58), a luta das comunidades pastoris para a criação de caprinos no sistema de “bode solto” ganhou vários nomes regionais: “bode solto” em Juazeiro, “fundo de pasto” em Uauá e luta pela “solta” em Oliveiras do Brejinhos. Não havia denominação comum, identidade ou organização política dessas comunidades pastoris previamente aos conflitos. Foram os avanços das lutas em Uauá e do diálogo com os funcionários da Companhia de Ação Regional (CAR) e do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) que levaram a adoção do nome comum “fundo de pasto”. Assim, segundo este autor, “a expressão nasceu em Uauá e passou a ser conhecida regionalmente e, apenas em tempos mais recentes, em todo o estado. Ela se origina no fato de os animais se afastarem das pequenas áreas individuais, próximas às casas, e se embrenharem no interior da caatinga, amplas áreas coletivas, distantes, nos fundos de pasto”.

De acordo com Santos (2010, p. 69), foi a partir de 1983, através da observação dos técnicos do Governo da Bahia é que surge a expressão Fundo de Pasto. “Naquele momento, em seus estudos preliminares na região Nordeste do estado, os técnicos observaram as casas dos

camponeses com seus quintais/terreiros, tendo suas criações ao fundo, pastando no Bioma da Caatinga; assim, surgiu, então, o termo Fundo de Pasto. (...) Atualmente esta denominação está assimilada e difundida entre os grupos que compartilham desse modo de vida, ganhou uma dimensão política e enquanto categoria do presente vem sendo valorizado e visibilizado a partir de sua identidade peculiar, que está retratada no seu modo de vida – “Fundo de Pasto: nosso jeito de viver no sertão”.

Confirmando Ferraro Jr. e Santos, Alcântara (2011, p. 86) afirma que o termo Fundo de Pasto tem sua origem no município de Uauá e ganha popularidade frente aos técnicos do estado a partir da década de 1980. Entretanto, segundo o autor, na sua forma originária não era fundo de pasto e sim fundo do pasto, como se referiam os vaqueiros ao falar que os animais se encontravam em uma dada área distante da residência.

A partir de então, tanto técnicos do Estado quanto pesquisadores buscaram entender e conceituar as Comunidades de Fundo de Pasto. Cada um a partir do seu *locus* de atuação, visão de mundo, leitura da realidade e compreensão do modo de vida destas comunidades. No espaço deste trabalho, não tenho a intenção de aprofundar na análise das várias definições que cada agente elaborou sobre o seu entendimento do que venha a ser uma comunidade de Fundo de Pasto, apesar de considerar tal análise importante. Para isso, indico a leitura de outros documentos e pesquisas, tais como: CAR (1987), Garcez (1987), Cotrin (1992), Ehle (1997), Sabourin et al. (1999), Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto (2004), Diamantino (2007), Ferraro Júnior (2008), Alcântara e Germani (2009), Santos (2010), Dias (2013), Carvalho (2014), entre outros.

É necessário compreender que da mesma forma que a sociedade está em movimento, as Comunidades de Fundo de Pasto também estão, assim como, a sua própria definição. Também, é importante ressaltar o direito inalienável e intransferível à autodeterminação e autodefinição das próprias comunidades, evitando-se assim, a imposição externa de um conceito estranho às próprias comunidades. Para além dos elementos comuns que existem para que uma comunidade se auto reconheça como Fundo de Pasto há uma grande diversidade entre estas comunidades, próprias da diversidade das comunidades camponesas do Semiárido baiano.

Segundo Ferraro Jr. (2008, p. 65), “três fatores concorreram de modo sinérgico para a preservação desta forma de ocupação no sertão baiano: o próprio uso comunal social e historicamente constituído, a organização política das comunidades em outras escalas (regional e estadual) e a fresta no muro técnico-burocrático do Estado, aberta em função dos órgãos responsáveis (CAR, INTERBA) e da inclusão dos Fundos de Pasto na Constituição”.

Ao longo do tempo, as comunidades foram se organizando juridicamente em associações comunitárias e regionalmente foram se formando as Centrais, Uniões ou Articulações de Associações das Comunidades de Fundo de Pasto. São as organizações agrupadas em seis regiões que formam a Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, entidade representativa das comunidades no estado.

Fiz um levantamento do número de comunidades com as informações sistematizadas a partir dos dados coletados na Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e na Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, órgãos do Governo da Bahia responsáveis pela regularização fundiária e certificação das comunidades, respectivamente. Posteriormente a lista foi conferida pela Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto.

Foram identificadas 581 comunidades de Fundo de Pasto, 86 comunidades de Fecho de Pasto e 101 comunidades que estão na lista da CDA, mas ainda não foram identificadas se são Fundo ou Fecho de Pasto. Os Fundos de Pasto estão localizados em 36 municípios do estado da Bahia, os Fechos em 16 municípios e em 15 municípios as comunidades ainda não foram identificadas.

A partir das lutas dos movimentos sociais do campo por terra e território, valorização dos seus modos de vida, reconhecimento de direitos e acesso às políticas públicas, como também, devido a maior abertura democrática do Estado brasileiro e ao compromisso político com as pautas dos movimentos sociais durante os Governos Lula e Dilma, sem deixar de considerar as contradições destes governos na defesa e apoio ao agronegócio, foram formuladas leis e decretos que dão respostas a estas lutas no sentido de maior reconhecimento, visibilidade e formulação de políticas públicas que favoreçam os povos e comunidades tradicionais.

Neste movimento, os Fundos de Pasto ganham força e conquistam evidência, ao ponto de serem reconhecidos e incluídos nas Políticas Nacional e Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. Assim, em 2007, o presidente Lula assinou o decreto nº 6.040/2007<sup>3</sup> que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No Estado da Bahia também se avançou para a elaboração de uma Política estadual, instituindo primeiramente através do decreto nº 13.247/2011<sup>4</sup> a Comissão Estadual para a

---

<sup>3</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm), acesso em 15/07/2016.

<sup>4</sup> <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/c.pdf>, acesso em 15/07/2016.

Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais – CESPCT e posteriormente, através do decreto nº 15.634/2014<sup>5</sup>, instituí a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, “com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, culturais e educacionais, com respeito e valorização a sua identidade, suas formas de organização e suas instituições”.

Apesar dos avanços institucionais no último período, que foram importantes vitórias do movimento conquistadas na luta, a partir da minha vivência nas comunidades, das observações dos diálogos nos Círculos de Cultura realizados na comunidade de Várzea Grande, como também, de acordo com pesquisas<sup>6</sup>, documentos<sup>7</sup> e relatos das lideranças<sup>8</sup>, posso afirmar que as Comunidades de Fundo de Pasto historicamente tiveram baixo acesso às políticas públicas e, por outro lado, sofrem com os constantes conflitos que ameaçam os seus territórios e modos de vida. O direito humano à alimentação adequada, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar destas comunidades estão sempre ameaçados, comprometendo, com isso, a própria condição camponesa e a reprodução social enquanto comunidade tradicional.

O que me motiva elaborar este trabalho é o desejo de contribuir com as Comunidades de Fundo de Pasto na reflexão sobre o tema da soberania alimentar, entendida aqui como um direito dos povos e comunidades de poder decidir de forma autônoma, democrática e soberana sobre o seu sistema alimentar, sobre o usufruto dos bens naturais, sobre os modos de produção, beneficiamento, distribuição e consumo de alimentos e sobre os instrumentos de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

A perspectiva é de motivar pessoas a responder ao desafio de promover transformações sociais e políticas que contribuam com um projeto de campo e de sociedade em favor dos interesses dos camponeses, neste caso em especial, dos interesses das Comunidades de Fundo de Pasto do Semiárido baiano.

---

<sup>5</sup> <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/1/decretonovo.pdf>, acesso em 15/07/2016.

<sup>6</sup> Até o momento foram identificados 69 trabalhos de pesquisa e documentos sobre os Fundos de Pasto. Alguns destes trabalhos serão citados ao longo deste texto e nos anexos será apresentada a lista completa.

<sup>7</sup> A exemplo do documento “*O Fundo de Pasto que queremos: Política Fundiária, Agrícola e Ambiental para os Fundos de Pasto baianos*”. Senhor do Bonfim (BA): Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, 2004, mimeo.

<sup>8</sup> NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. *Fundos de pasto: nosso jeito de viver no sertão – Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas – BA*. Manaus. UEA. Edições, 2012.



Também, busco propiciar às Comunidades de Fundos de Pasto o maior conhecimento sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional; levantar demandas das Comunidades de Fundos de Pasto por estas políticas; e identificar políticas, programas e iniciativas do Governo da Bahia e do Governo Federal que possam contribuir para ampliar o acesso às políticas públicas no sentido da realização do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional destas comunidades.

Fotografia 4- Grupo de pesquisa analisando o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Ainda, pretendo provocar uma reflexão acerca da expansão do capitalismo no campo e como isso ameaça as comunidades de Fundo de Pasto, em especial no tocante à questão agrária, ao direito ao território tradicionalmente ocupado, ao modo de vida camponês e tradicional e à soberania alimentar.

Importante destacar que com este trabalho, não pretendo enquadrar as comunidades de Fundo de Pasto às políticas governamentais, ao Estado e, muito menos, ao modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil e no mundo de base capitalista. O Capitalismo já nos deu as evidências da sua capacidade de destruição dos recursos naturais e do equilíbrio ambiental do planeta; de promover guerras, conflitos e mortes; de concentração de riqueza e poder por uma classe dominante; de opressão, exclusão e exploração humana; de um modo de produção que aliena e subjuga a classe trabalhadora.



Alio-me àqueles que fazem a crítica ao Capitalismo e lutam pela sua superação, numa perspectiva de construir um projeto societário contra hegemônico a partir dos interesses da classe trabalhadora, com democracia, justiça e igualdade social. Também, me coloco lado a lado dos movimentos sociais do campo, de educadoras, educadores, estudantes e diversas organizações e redes na luta pela construção de um projeto de campo e de educação do campo protagonizado pelos trabalhadores, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas.

Desta forma, a opção metodológica deste trabalho foi pela Pesquisa Participante, tomando como principal referência às elaborações de Carlos Rodrigues Brandão e parceiros. Buscamos assim, romper a estrutura de poder sujeito-objeto da metodologia científica convencional, onde o pesquisador é o sujeito e a comunidade o objeto da pesquisa. De acordo com Brandão e Streck (2006, p. 12), “a pesquisa participante deve ser compreendida como um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência das ações que aspiram gerar transformações a partir também destes conhecimentos”.

Brandão e Borges (2007, p. 54-56), sistematizaram alguns princípios da pesquisa participante a partir das ideias de Gabarron e Landa<sup>9</sup>, os quais destacamos alguns deles que serviram de base para subsidiar as nossas discussões sobre o tema e o desenvolvimento deste trabalho: “a) o ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica; b) deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo; c) os processos, as estruturas, as organizações e os diferentes sujeitos sociais devem ser contextualizados em sua dimensão histórica; d) na pesquisa participante, sempre importa conhecer para formar pessoas motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos”.

Como ferramenta de coleta de dados e construção coletiva do conhecimento foi utilizado o Círculo de Cultura, instrumento criado por Paulo Freire como parte do seu método para a alfabetização de adultos. Recentemente, o Círculo de Cultura tem sido utilizado como instrumento de investigação, de coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa participante.

A partir da minha militância política nos campos da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido, da experiência de trabalho com as comunidades de Fundo de Pasto durante o

---

<sup>9</sup> GABARRON, Luis R.; LANDA, Libertad H. Investigación participativa. In: *Cadernos Metodológicos 10*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

período que trabalhei no Centro de Assessoria do Assuruá (CAA)<sup>10</sup> e também como assessor do secretário da Casa Civil do Governo da Bahia, ocupando a função de secretário executivo do Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional (GGSAN)<sup>11</sup> e membro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)<sup>12</sup>, tive a oportunidade de conhecer a realidade, as lutas e demandas destes importantes sujeitos do campo baiano.

Assim, compreendo que a reflexão sobre a soberania alimentar dos Fundos de Pasto, articulada aos princípios e concepções da Educação do Campo, da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido, pode dar uma importante contribuição às comunidades para: a) o debate sobre o acesso e a adequação das políticas públicas a realidade dos Fundos de Pasto; b) o estudo, desenho e manejo agroecológico dos seus agroecossistemas para a produção de alimentos saudáveis e articulados a processos de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização; c) a educação das crianças, jovens e adultos em todos os níveis; d) compreender e construir as alternativas para a juventude estudar, trabalhar e permanecer nas comunidades de forma autônoma e como projeto de vida; e) refletir a autonomia econômica, social, cultural, política e pessoal das mulheres; f) avaliar os desafios para o fortalecimento das lutas e o desenvolvimento de processos educativos e ações coletivas transformadores da realidade.

Desta forma, proponho às Comunidades de Fundos de Pasto a utilização do Círculo de Cultura como um instrumento capaz de propiciar este debate, com enorme potencial para se tornar um espaço continuado de formação intelectual e política, de crítica, de construção coletiva de conhecimentos, de planejamento e ação coletiva.

---

<sup>10</sup> Instituído oficialmente em 1990, o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) é uma organização não governamental de reconhecida luta pela causa da Convivência com o Semiárido baiano. Suas ações são voltadas à melhoria das condições de vida das comunidades sertanejas mediante o fortalecimento da cidadania e construção do desenvolvimento sustentável. [www.caabahia.org.br](http://www.caabahia.org.br). Acesso em 26/06/2017.

<sup>11</sup> O Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional - GGSAN, criado pela Lei nº 11.046, de 20 de maio de 2008, tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual afetos à área de segurança alimentar e nutricional. [www.casacivil.ba.gov.br](http://www.casacivil.ba.gov.br). Acesso em 26/06/2017.

<sup>12</sup> Criado em 14 de maio de 2003, sob o decreto Nº 8.524, instituído pela lei Nº 11.046, de 20 de maio de 2008, o CONSEA-BA é um órgão colegiado de aconselhamento ao Governador do Estado para as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia. <https://consebahia.wordpress.com/>. Acesso em 26/06/2017.

Fotografia 5- Círculo de Cultura realizado na comunidade de Várzea Grande.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Sendo assim, proponho a realização de cinco Círculos de Cultura, organizados a partir de *temas geradores (codificados e descodificados)* e do *conteúdo programático* construído com base no trabalho de campo e no referencial teórico adotado, conforme segue:

- ❖ Primeiro Círculo de Cultura: À sombra do juazeiro: o Círculo de Cultura como ferramenta para a reflexão sobre a soberania alimentar.
- ❖ Segundo Círculo de Cultura: O direito ao reconhecimento, à autodeterminação e ao território tradicionalmente ocupado como condição para a garantia da soberania alimentar.
- ❖ Terceiro Círculo de Cultura: Refletindo sobre os conceitos de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável.
- ❖ Quarto Círculo de Cultura: Possibilidades e desafios para o acesso às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.
- ❖ Quinto Círculo de Cultura: A Educação do Campo como instrumento para fortalecer a luta das Comunidades de Fundo de Pasto por soberania alimentar.

Como este trabalho é o produto final da pesquisa de mestrado em Educação do Campo e foi elaborada utilizando como instrumento de coleta de dados de campo o Círculo de Cultura, tendo como finalidade servir de material de apoio para as lideranças das comunidades organizarem Círculos de Cultura para debater a soberania alimentar, parte dos temas geradores e do conteúdo programático já está sistematizada. Cabe ressaltar que é uma sugestão e não uma camisa de força.

Isso quer dizer que são apenas subsídios para a reflexão, que é um material incompleto, inacabado e inconcluso, e que os coordenadores e participantes dos círculos têm total liberdade para criar novos temas geradores e novos conteúdos programáticos, inclusive criticar, questionar e discordar dos temas e conteúdos apresentados. O mais importante é fazer a reflexão para motivar as pessoas a organizarem ações coletivas para transformar a realidade.

Ao longo do texto, em cada círculo proposto, o coordenador terá de forma sistematizada os principais temas geradores e o conteúdo programático para orientar o seu trabalho de organização dos Círculos de Cultura com os participantes da comunidade. A partir da ação e reflexão e do exercício do método, poderão de forma autônoma dar continuidade ao Círculo de forma que o mesmo não acabe ao final dos cinco propostos aqui. O Círculo de Cultura deve permanecer como um elemento vivo na comunidade, fazendo parte do cotidiano da organização social e política. Pretendo com isso, que este trabalho seja o ponto de partida e não ponto de chegada deste processo.

Esta publicação é dedicada e dirigida às Comunidades de Fundo de Pasto e desejo que seja um instrumento que sirva para potencializar a reflexão e as lutas por maior acesso às políticas públicas e por transformações sociais, autonomia e emancipação. Também, pode ser utilizada por gestores públicos, técnicos, pesquisadores, educadores, movimentos e organizações sociais e todos aqueles que buscam mais conhecimentos sobre as comunidades de Fundo de Pasto no Semiárido do estado da Bahia.

Para ampliar a leitura sobre os Fundos de Pasto, apresento no final uma lista de referências de teses, dissertações, artigos e documentos publicados que consegui encontrar sobre o tema ao longo da pesquisa.

Boa Leitura.





## **Primeiro Círculo de Cultura**

### **À sombra do juazeiro: o Círculo de Cultura como ferramenta para a reflexão sobre a soberania alimentar**

Neste primeiro momento vou apresentar as concepções, princípios, objetivos e metodologia do Círculo de Cultura, bem como, o percurso que fiz na experimentação deste instrumento no trabalho de pesquisa com a comunidade de Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, Bahia. O processo de construção coletiva de conhecimento, com e entre os camponeses e camponesas, nos revela a capacidade que estes sujeitos tem de, partindo da sua cultura, analisar de forma crítica a realidade e construir ações sociais coletivas transformadoras desta realidade analisada. Também nos revela a capacidade destes sujeitos de tomar as rédeas do seu destino e construir o seu próprio projeto histórico.

O texto busca apresentar o que foi realizado na pesquisa de campo utilizando o Círculo de Cultura como instrumento de coleta de dados, mas também, apresentar subsídios para que o leitor se aproprie do método e tenha condições de implementá-lo. Apresento uma proposta de como organizar o Círculo de Cultura na comunidade, com destaque para o papel e a postura de que vai coordenar os trabalhos e mediar os diálogos, a quem Paulo Freire chamou de *Coordenador de Debates*. Desta forma, é fundamental que todas/os compreendam os objetivos e a metodologia do trabalho para estimular o engajamento dos participantes e o sucesso do mesmo.

#### **O Círculo de Cultura**

O Círculo de Cultura foi criado por Paulo Freire na década de 1960, experimentando métodos, técnicas e processos de comunicação. Ao longo da sua experiência como educador popular, na alfabetização de adultos, atuação no Movimento de Cultura Popular do Recife e da sua relação com os trabalhadores do campo e da cidade, nunca abandonou a convicção de que só nas bases populares e com elas, poderia realizar algo de sério e autêntico para elas.

Coordenávamos, naquele Movimento, o “Projeto de Educação de Adultos”, através do qual lançáramos duas instituições básicas de educação e de cultura popular: o “Círculo de Cultura” e o “Centro de Cultura”. Na primeira, instituíramos debates de grupo, ora em busca do esclarecimento de situações, ora em busca de ação mesma, decorrente do esclarecimento das situações. De acordo com as teses centrais que vimos desenvolvendo, pareceu nos fundamental fazermos algumas superações, na experiência que iniciávamos. Assim, em lugar de escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar de professor, com tradições fortemente



“doadoras”, o *Coordenador de Debates*. Em lugar de aula discursiva, o *diálogo*. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o *participante de grupo*. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, *programação compacta*, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado. (Freire, 1967, p. 102-103).

Inicialmente os círculos de cultura foram criados para fazer a reflexão e o debate sobre as questões da realidade e a busca de ações sobre problemas concretos da vida dos trabalhadores. Posteriormente, com os resultados positivos da experiência, o círculo de cultura transformou-se em um espaço de alfabetização de adultos, que foi sendo desenvolvido a partir da prática e da realidade local. Conforme Freire, “desde logo, afastáramos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade” (Freire, 1967, p. 103-104).

Freire propunha que os círculos de cultura deveriam ser um método ativo que fosse capaz de tornar as pessoas mais críticas, através do debate de situações desafiadoras e existenciais para os grupos, uma educação identificada com as condições da nossa realidade, integrada ao nosso tempo e ao nosso espaço, levando os homens e mulheres a refletir sobre a sua ontológica vocação de ser sujeito.

Para Freire, o diálogo é elemento central no Círculo de Cultura e quem dialoga, dialoga com alguém sobre alguma coisa. Esta alguma coisa deveria ser o novo conteúdo programático da educação que defendia. A primeira dimensão deste novo conteúdo que ajudaria o analfabeto na superação de sua compreensão ingênua e no desenvolvimento da crescente crítica seria o conceito antropológico de cultura.

A distinção entre os dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicação dos homens. A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. A democratização da cultura — dimensão da democratização fundamental. O aprendizado da escrita e da leitura como uma chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita. O homem, afinal, *no mundo e com o mundo*. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto (Freire, 1967, p. 108).

Segundo Freire, “a partir daí, o analfabeto começaria a operação de mudança de suas atitudes anteriores. Descobrir-se-ia, criticamente, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que tanto ele, como o letrado, tem um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura

também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor, de um grande místico, ou de um pensador. Que cultura é a poesia dos poetas letrados de seu País, como também a poesia de seu cancionero popular. Que cultura é toda criação humana” (Freire, 1967, p. 108-109).

Da mesma forma, podemos fazer a mesma análise sobre o que Freire nos diz em referência às pessoas não alfabetizadas, em relação aos camponeses e camponesas das comunidades de Fundo de Pasto, sejam estes alfabetizados ou não, na descoberta como fazedores, criadores e recriadores da sua cultura, como resultado do seu trabalho, como também, da sua capacidade de analisar de forma crítica e de transformar o mundo.

Com o sucesso do Círculo de Cultura como método de alfabetização de adultos em um curto período de tempo, o governo do presidente João Goulart resolveu apoiar a ação e estender para todo o país, através do Programa Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura, que foi coordenado por Paulo Freire. A previsão era realizar 20 mil círculos de cultura por todo o país. Com o golpe militar de 1964, o presidente João Goulart foi deposto e os principais dirigentes de seu governo, líderes políticos e intelectuais de esquerda tiveram seus direitos políticos cassados, foram exilados ou entraram na clandestinidade. Com o golpe e a ditadura militar que se instalou, o Programa de alfabetização foi extinto e Paulo Freire exilado do país, retornando ao Brasil somente em 1980.

No entanto, durante o exílio, Paulo Freire teve a oportunidade de desenvolver seu método de alfabetização de adultos em vários países da América Latina e da África. No livro *Cartas à Guiné-Bissau* (Freire, 1978), relata a sua experiência em contribuir com o governo revolucionário da Guiné-Bissau na formulação do programa de alfabetização, pós-alfabetização e também da política nacional de educação. A Guiné-Bissau é um país africano que também foi colonizado por Portugal e conquistou a sua independência através da luta armada em 1973. Neste período, 90% da população do país era analfabeta.

Neste livro, Freire propõe iniciar os trabalhos de alfabetização, tomando uma área de produção agrícola, que esteja sofrendo alguma transformação infraestrutural, como um Círculo de Cultura em si mesma. Assim, experiência existencial da população, em que a atividade produtiva é uma dimensão central, se constituiria como a matriz de todo o fazer educativo, não só no plano da alfabetização e da pós-alfabetização de adultos, mas também no da educação de crianças e de adolescentes. Desta forma, segundo Freire:

Num tal projeto, na medida em que a vila é tomada, toda ela, como um grande Círculo de Cultura, todos nela se vão engajando, num processo educativo em que todos se vão tornando, ao mesmo tempo, educandos e educadores uns dos outros. O trabalho baseado na ajuda mútua, no tratamento da terra, na sementeira, na colheita, na construção de “palhotas”, nos serviços mínimos necessários à higiene local, deve ser



estimulado ao máximo, discutindo-se as vantagens do mesmo sobre as atividades de caráter individualista (Freire, 1978).

Pode-se observar a partir da experiência de Paulo Freire que o Círculo de Cultura, desde a sua origem, é uma ferramenta que vai para além da alfabetização de adultos, tornando-se um potente espaço educativo, de reflexão crítica da realidade, de construção e partilha de saberes, de comunhão, de busca de alternativas para transformação da realidade, onde todos se vão tornando, ao mesmo tempo, educandos e educadores uns dos outros.

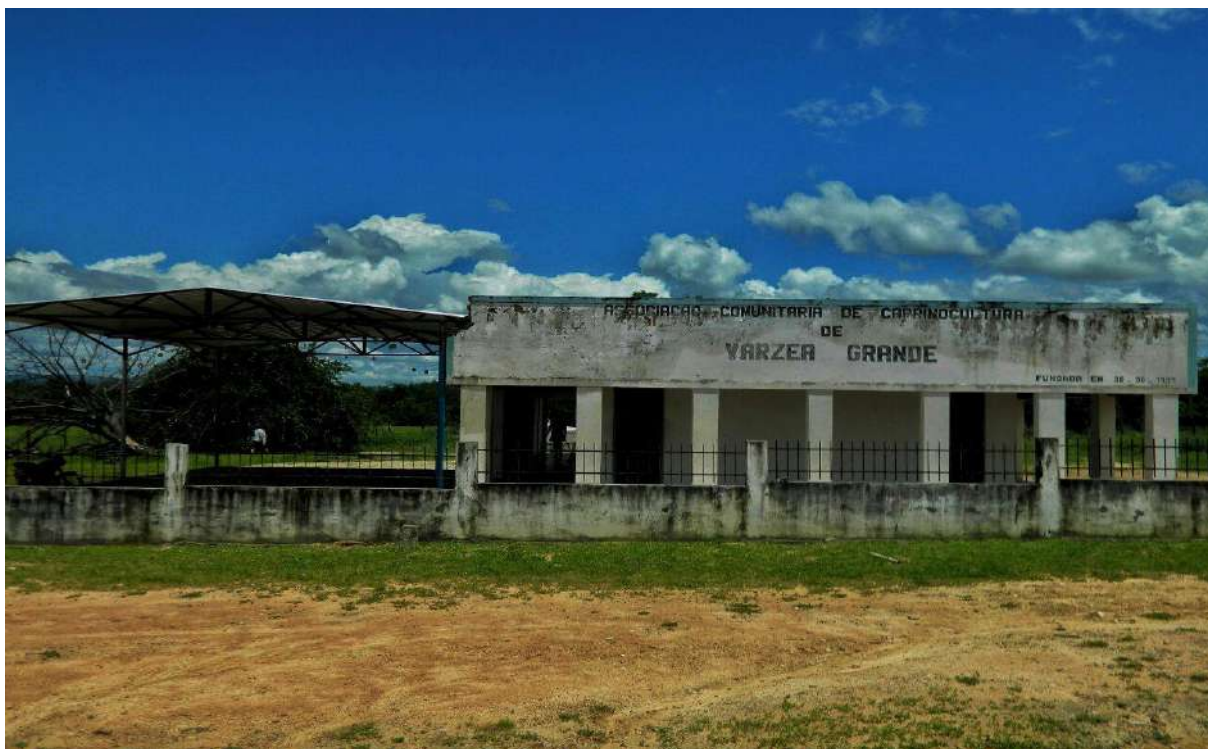
Segundo Romão, et al. (p. 15, mimeo), “o Círculo de Cultura reúne pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos para ser adotado não apenas como um método de alfabetização de adultos, mas, acima de tudo, como um método que mobiliza os participantes do grupo a pensar sobre sua realidade dentro de uma concepção de reflexão-ação. Na pesquisa ele pode ser considerado como método estratégico de desenvolvimento da pesquisa participante, na vertente da pesquisa qualitativa de intervenção. Nele, o sujeito pesquisador se interessa pela leitura que o sujeito pesquisando tem de seu mundo e, junto com ele, busca desvelar a realidade que está sendo investigada e revelar o conhecimento que dela deriva. Dessa forma, ambos reescrevem a história desse conhecimento”.

A partir destes fundamentos, é que, além de utilizar o Círculo de Cultura como uma ferramenta para a operacionalização da pesquisa participante, proponho o mesmo como um espaço para a reflexão da soberania alimentar das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto. Irei relatar o caminho percorrido na pesquisa realizada com a comunidade de Várzea Grande e posteriormente descrever alguns passos e desafios para utilizar este material e implementar o Círculo de Cultura pelas próprias lideranças das comunidades de Fundo de Pasto.

### **O caminho se faz ao caminhar: a construção coletiva de conhecimentos com as camponesas e camponeses**

A proposta deste trabalho é decorrente da minha experiência de assessoria junto às comunidades de Fundo de Pasto dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, quando trabalhei no CAA durante os anos de 2004 a 2008. Neste período, vivenciei com os agricultores e agricultoras um rico processo de experimentação participativa de práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido, com destaque para a comunidade de Várzea Grande, no município de Oliveira dos Brejinhos, que sempre se mostrou muito organizada, com grande interesse para o desenvolvimento das ações e com grande capacidade de experimentação e inovação.

Fotografia 7- Sede da Associação Comunitária de Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos, Bahia.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Como parte desta ação, buscávamos em parceria com as famílias das comunidades e suas organizações, através da ferramenta de experimentação participativa denominada “agricultores experimentadores”, construir experiências e referências exitosas de práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido. Assim, cerca de 15 famílias de Várzea Grande iniciaram o processo de experimentação das cisternas de placas de captação de água da enxurrada das chuvas para o manejo agroecológico dos seus quintais e a produção de alimentos. Através de recursos do projeto do CAA e da contrapartida das famílias através de mutirões, as primeiras cisternas de produção foram construídas em 2004, sendo que as cisternas de captação de água da chuva para consumo humano já tinham começado a ser implantadas na comunidade desde o ano 2000. Além da experimentação com as cisternas, as famílias também desenvolviam experiências com o manejo dos quintais, manejo sanitário e alimentar dos animais, o beneficiamento de frutas e leite de cabra, entre outros.

Como estratégia de disseminação das experiências para outras comunidades, utilizávamos o método conhecido como *camponês a camponês* (*campesino a campesino*), onde os agricultores e agricultoras experimentadores de Várzea Grande apresentavam suas experiências através do recebimento de visitas, dias de campo e palestras. Também, visitavam as experiências de outras comunidades através de intercâmbios.

Pela relação construída, não tive dúvidas de que a comunidade de Várzea Grande seria a parceira ideal para a realização deste trabalho. Fui à Várzea Grande reunir-me com a diretoria da associação para apresentar o projeto de pesquisa e propor a parceria. Na perspectiva da pesquisa participante, apresentei a proposta no sentido de construir coletivamente a pesquisa e entendendo as pessoas da comunidade como sujeitos detentores/produtores de conhecimentos. Neste momento, expliquei que a metodologia da pesquisa seria a partir da Pesquisa Participante e do Círculo de Cultura e propus que formássemos um grupo de pesquisa com 12 pessoas para participar de todo o processo de investigação. A sugestão foi que seriam 4 jovens de 16 a 29 anos, 4 adultos de 30 a 50 anos e 4 adultos a partir de 50 anos, respeitando a igualdade de gênero em cada faixa etária.

O projeto de pesquisa apresentado tinha o título ‘Comunidades de Fundo de Pasto: Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas no Semiárido da Bahia, Brasil’. O objetivo geral era elaborar um mapa de oportunidades de políticas públicas que promovessem o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional, com vistas a contribuir com as comunidades de Fundo de Pasto para o maior acesso às políticas públicas. Os objetivos específicos eram: 1) propiciar às comunidades de Fundo de Pasto o maior conhecimento sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional; 2) levantar as demandas das comunidades de Fundo de Pasto por políticas públicas de segurança alimentar e nutricional; 3) identificar os principais fatores que favorecem ou dificultam o acesso das comunidades às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional; 4) identificar políticas, programas e iniciativas, no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 do Governo da Bahia e do Governo Federal, que promovam o direito humano à alimentação e a segurança alimentar e nutricional das comunidades de Fundo de Pasto no estado da Bahia.

A diretoria da associação comunitária mostrou interesse na proposta de discutir a segurança alimentar e nutricional, pois, segundo eles, “isso sempre foi uma preocupação da comunidade”. No entanto, apresentou outras demandas e preocupações que também poderiam ser pesquisadas. Entre elas, a principal foi a “falta de alternativas de renda para os jovens permanecerem na comunidade”. Muitos jovens estão saindo da comunidade para buscar emprego fora e não voltam. Com isso, segundo eles, “a comunidade está envelhecendo e está faltando gente para fazer os trabalhos da roça”.

Após a apresentação da proposta da pesquisa e da primeira rodada de conversas, acordamos que a diretoria iria dialogar com as demais famílias da comunidade para ver o que os outros pensavam e que me dariam uma resposta, pois alguns achavam que a questão da juventude também seria importante de ser pesquisada. Deixei aberto para que eles pudessem

sugerir novos temas para a pesquisa, inclusive sobre a questão da juventude, no entendimento que os objetivos e estratégias da pesquisa devem ser construídos coletivamente. Após alguns dias, a presidenta da associação me comunicou que a comunidade tinha aprovado participar da pesquisa e que o tema seria mesmo a segurança alimentar e nutricional, pois também contemplava a questão da juventude. Também, informou os nomes indicados pela comunidade para compor o grupo de pesquisa sugerido e que poderíamos marcar a reunião para dar início aos trabalhos.

Fotografia 8- Grupo de pesquisa durante o Círculo de Cultura.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Assim iniciamos a nossa jornada na prática da Pesquisa Participante e do Círculo de Cultura como ferramentas de pesquisa, numa perspectiva de que as teorias e leituras sobre o método seriam fundamentais, mas mais valeria a minha postura e vigilância epistemológica de me despir da “persistente divisão entre sujeitos da pesquisa e objetos de pesquisa; entre quem pesquisa e quem é pesquisado; entre quem gera conhecimento e quem dá ao outro mais conhecimento” (Brandão e Streck, 2006, p. 12).

O 1º Círculo de Cultura foi realizado em Várzea Grande em dezembro de 2015, com os membros do grupo de pesquisa indicados pela comunidade e teve como finalidade



pactuar os objetivos, a metodologia e o cronograma da pesquisa; discutir o conceito de segurança alimentar e nutricional; e apresentar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional desenvolvidas pelo governo da Bahia e governo federal.

Fotografia 9- Círculo de Cultura em Várzea Grande.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Inicialmente, busquei valorizar, compreender e aprender com os conhecimentos do grupo refletindo sobre as experiências acumuladas ao longo do tempo através do trabalho cotidiano, na experimentação e desenvolvimento de novas tecnologias e processos na própria comunidade. Para estimular a conversa, assistimos ao vídeo ‘Conviver com o Sertão’<sup>13</sup>, que através da dramatização e auto representação, relata a experiência da comunidade de Várzea Grande com as cisternas de captação de água de chuva para o manejo dos quintais para produção de alimentos e, também, o beneficiamento de frutas e leite de cabra para a produção de sucos, geleias e doces.

Em seguida, foi apresentado o projeto de pesquisa, discutindo os objetivos, a metodologia e o cronograma, deixando claro que era uma construção coletiva e que estava

---

<sup>13</sup> CAA. *Conviver com o Sertão*. Centro de Assessoria do Assuruá, Irecê, 2006.

aberto para críticas, sugestões e alterações. Após uma breve discussão, o grupo considerou que estava bom e não sugeriu nenhuma alteração.

Procurei neste momento problematizar com o grupo o debate sobre quem eram os sujeitos da pesquisa e a relação do conhecimento científico e o conhecimento popular na produção do conhecimento; no sentido dado por Brandão, em que:

A relação tradicional de sujeito-objeto entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber, e que é da interação entre diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída através do exercício da pesquisa. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador (Brandão, 2006, p. 42).

Desta forma, quando perguntei aos participantes do grupo se eles também faziam pesquisa, inicialmente ficaram pensando sobre a questão e se realmente faziam pesquisa, mas logo em seguida obtivemos, entre outras falas, o seguinte diálogo:

Eu faço (Margarida Aquino de Oliveira).

Agente também. Eu e minha irmã estamos estudando na faculdade em Ibotirama. A partir dos trabalhos a gente vai está começando a fazer pesquisa. Que é na área da administração. Estamos começando (Armônica Jesus Vieira).

De certa forma não é uma pesquisa igual a essa que tá sendo feita, mas eu acho que cada um tem, né? Cada agricultor no caso, tem sim as suas pesquisas. A pesquisa vem de qual tipo de alimentação a sua criação come, não é uma pesquisa aprofundada, mas de uma certa forma é uma pesquisa. Eu vou fazer, guardar uma ração de certa árvore aqui, tem que fazer uma pesquisa, né?! Pra tentar ver se a criação consegue se adaptar a aquele tipo de ração. Acho que de certa forma é uma pesquisa, a gente vive no nosso dia a dia fazendo pesquisas e às vezes nós mesmos não percebemos que é realmente uma pesquisa aquilo a gente tá fazendo, né?! Mas eu acho que várias experiências que a gente tenta fazer em casa, até do tipo de planta que planta, né?! Eu planto uma fruta em casa, é... eu faço uma pesquisa em casa pra saber meu terreno, qual a fruta que se adapta melhor no terreno que eu tenho, ao redor de minha casa, o quê que produz melhor. Eu acho que de certa forma é uma pesquisa e várias coisas do nosso dia a dia a gente faz sim uma pesquisa (Silvânia de Oliveira Ferreira).

Eu fico aqui Flávio é surpresa como nosso povo é pesquisador. Quando você perguntou que pesquisa faríamos, eu fui no outro mundo e voltei, mas depois eu descobri que a gente faz pesquisa e muitas pesquisas, né! Eu mesma fiz a experiência de congelar a palma picadinha já no ponto da panela, congelei, ela durou seis meses, seis meses congelada e comotada e também tirada todo o ar, né?! Ali a gente coloca um canudo ali e retira todo ar e prensa ela ali durante seis meses. Então são várias coisas assim. Por exemplo, fiz com abóbora picada, que a abóbora, todo mundo já sabe, que ela não suporta, ela apodrece, né? A abóbora em pedaço, né?! Mas picar ela, dura de três a quatro semanas. E também fiz a experiência de congelar, não deu certo, ela virou uma pedra. Então são coisas que você no dia a dia pesquisa e nem sabe que tá pesquisando (Rosália Mendes de Oliveira).

Lembrei aqui assim. Daquele momento onde a gente tava descobrindo nossos assuntos como pesquisadores muitas vezes a gente faz um trabalho e não valoriza tanto, né?! De repente você se acha pesquisando alguma coisa e que vem a favorecer a vida no futuro. Não só a sua vida, como a vida dos que virão, né! É bom, é um momento bom,

muito importante pra gente descobrir que nós também pensamos dessa forma de inventar, né! De tá inventando alguma coisa, de tá pesquisando (Rosália Mendes de Oliveira).

Mas não sabia que a gente era pesquisador! (Rosália Mendes de Oliveira).

Este foi um momento muito rico da pesquisa, onde se observa o reconhecimento da condição de pesquisadores pelo grupo e o desvelamento, no sentido dado por Paulo Freire, da vocação de experimentadores e pesquisadores que é própria dos camponeses no seu dia a dia do trabalho e na relação com a natureza. Assumindo a autoria de suas produções e de sua forma de relacionar-se com os conhecimentos, os sujeitos tornam-se protagonistas de suas histórias. Essa foi uma questão importante, pois contribuiu para que durante todo o processo de pesquisa o grupo saísse da condição passiva de fornecedores de informações para a condição de sujeitos pesquisadores capazes de construir coletivamente conhecimentos sobre a sua realidade.

Fotografia 10- Jovens de Várzea Grande participantes do grupo de pesquisa.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Em seguida, buscando debater mais um tema gerador, problematizei com o grupo sobre o que eles entendiam por segurança alimentar e nutricional. Tivemos uma rica formulação pelo grupo que será apresentada e discutida no terceiro Círculo. Após as falas do grupo, para dialogar com o conhecimento já formulado na academia e nas políticas públicas,

apresentei o conceito de segurança alimentar e nutricional descrito na Lei Orgânica Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346/2006, e também, o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada formulado pela ONU, fazendo sempre uma relação dos conceitos com a realidade da comunidade para facilitar a decodificação e apropriação pelo grupo. Também, foram apresentadas as Políticas Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como, seus referidos Planos, discutindo principalmente os seus princípios e diretrizes, e de forma mais pormenorizada, os objetivos do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Por fim, fizemos uma avaliação do Círculo e marcamos o próximo.

O 2º Círculo de Cultura foi realizado em janeiro de 2016 e teve como objetivos identificar os principais problemas que a comunidade de Várzea Grande enfrenta para garantir a sua segurança alimentar e nutricional, levantar as demandas e os principais fatores que dificultam o acesso da comunidade às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional já elaboradas, seja para ampliá-las, seja para problematizar as suas falhas. Inicialmente, relembramos os principais pontos do Círculo anterior e revimos o resumo do projeto de pesquisa. A partir da Lei 11.046/2008, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia, reforçamos o entendimento do grupo sobre o conceito e o que abrange a segurança alimentar e nutricional.

Prontamente, passamos a discutir os principais problemas que a Comunidade de Várzea Grande enfrenta para garantir a sua segurança alimentar e nutricional. As questões levantadas foram: a insuficiência de água para a produção de alimentos, em especial no período da seca; dificuldade de produzir no período seco devido ao ataque de insetos e pássaros; baixa produção, produtividade, regularidade e qualidade da produção, principalmente de frutas, legumes e verduras; falta de organização da produção e da comercialização; dificuldade na comercialização da produção e geração de renda monetária; ausência de recursos financeiros para investir na infraestrutura produtiva; a falta de pessoas para trabalhar, além das pessoas saírem da comunidade, as famílias estão menores e a comunidade está ficando envelhecida; necessidade de alguns de trabalhar fora da comunidade para ter renda, em especial os jovens; a resistência às mudanças e em aceitar o novo. Problematizamos alguns pontos onde ocorreu um rico debate que vamos trazer para discussão ao longo do texto.

Em seguida, para discutir as demandas da comunidade por políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, organizamos três grupos (um com os/as jovens, outro com as mulheres adultas e outro com os homens adultos). Após o trabalho em grupos, cada um fez a apresentação para todos com posterior discussão. No grupo dos jovens, as principais demandas foram: maior investimento em reservatórios de água; crédito para os jovens; cursos técnicos e



superiores de educação no campo (sic), com acessibilidade para os jovens das comunidades de Fundo de Pasto; e opções de lazer. No grupo de mulheres, as principais demandas foram: cisternas de captação de água para produção e infraestrutura para desenvolver o trabalho de beneficiamento. Entre os homens adultos, os destaques foram: construção de barragens nos riachos para armazenar água para irrigação e criação de peixes; ensino contextualizado, a exemplo da escola família agrícola da região; assistência técnica e extensão rural (ATER). Na sequência, foram problematizados os principais fatores que dificultam o acesso da comunidade às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Essa discussão será apresentada posteriormente no quarto Círculo sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional do governo da Bahia e do governo federal.

O 3º Círculo de Cultura foi realizado em maio de 2016 e teve como objetivo elaborar coletivamente o mapa de oportunidades de políticas públicas de segurança alimentar para as Comunidades de Fundo de Pasto da Bahia. Neste, tal como no anterior, relemos o resumo do projeto de pesquisa, relembramos os principais pontos dos Círculos anteriores e reforçamos o entendimento sobre o conceito e o que abrange a segurança alimentar e nutricional.

Para elaborar o mapa de oportunidades organizamos o grupo de pesquisa em dois subgrupos, considerando a igualdade de gênero e geração. Um grupo ficou responsável por analisar e discutir o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e o outro o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, buscando destacar as ações e metas que consideravam que fossem oportunidades para as comunidades de Fundo de Pasto. Após o trabalho de grupos, voltamos ao Círculo para que fossem apresentados os principais destaques que os dois grupos consideraram nos Planos e abrimos a discussão problematizando o debate a partir dos temas geradores que surgiram.

Fizemos uma rica discussão que será apresentada ao longo dos tópicos que compõem este trabalho, mas os principais temas destacados foram: água, educação, ATER, produção, comercialização, feiras, alimentação escolar, controle da obesidade e prevenção de doenças, renda, crédito, regularização fundiária, sucessão rural, juventude, mulheres, saída de pessoas da comunidade de forma temporária e permanente. Um tema que foi apontado que não está presente em nenhum dos planos foi a “educação contextualizada e educação no campo” (sic). Outra questão levantada é que a comunidade está sendo invadida por garimpeiros para exploração de cristal. Por fim, cada grupo entregou uma cópia do seu respectivo Plano com os destaques realizados daquilo que eles consideraram oportunidades de políticas públicas.

Fotografia 11- Grupo de pesquisa analisando o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Um dos temas que mais provocou discussão foi sobre a questão da saída da juventude da comunidade, seja para estudar ou trabalhar, pois segundo o grupo cada dia mais tem ficado as pessoas mais velhas na comunidade e isto tem gerado uma diminuição na força de trabalho para executar as atividades de produção. Cabe ressaltar, e vou discutir isso posteriormente no quinto Círculo, que um número significativo da atual geração de jovens de Várzea Grande tem acessado o ensino superior. Vários jovens já se graduaram e outros estão estudando, seja em faculdades privadas com ensino na modalidade à distância ou universidades públicas estaduais e federais em diferentes estados da federação. Inclusive, tem um jovem que está fazendo mestrado em Goiânia e outro graduação na Universidade de São Paulo (USP). Durante este trabalho, Ézio, um jovem da comunidade que fazia parte do grupo de pesquisa saiu para estudar em São Paulo.

Esta questão tem me chamado atenção e quando conversei com uma liderança jovem de Campo Formoso que faz parte da direção da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, ele relatou que este fato não é comum nas demais comunidades de Fundo de

Pasto do estado. Isso torna ainda mais pertinente a discussão sobre educação do campo com estas comunidades.

O 4º Círculo de Cultura foi realizado em janeiro de 2017 e teve como objetivo a apresentação e discussão das informações da pesquisa com o grupo de pesquisa da comunidade e representantes da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto. Nesta reunião estiveram presentes representantes das 6 regiões do estado que formam a Articulação Estadual.

Fotografia 12- Círculo de Cultura à sombra do juazeiro na comunidade de Várzea Grande.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Do 3º Círculo realizado em maio de 2016 para o 4º Círculo, muita coisa aconteceu no Brasil. Com o golpe de Estado que derrubou a presidenta eleita Dilma Rousseff, a crise política e econômica se agravou e o governo golpista iniciou a implantação no país de um projeto ultra neoliberal, antinacional, de destruição dos direitos da classe trabalhadora, autoritarismo, repressão aos movimentos sociais e de desmonte das políticas sociais implementadas no último período.

Este fato não alterou apenas os rumos do país, mas também da minha pesquisa. Se inicialmente pensava como objetivo geral construir um mapa de oportunidades de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, a partir das ações do governo da Bahia e do governo federal, para que contribuísse com as comunidades de Fundo de Pasto para o maior

acesso às políticas públicas, com o desmonte das políticas sociais em curso, esse objetivo perdeu força na centralidade da pesquisa, pois com o golpe, os programas e ações de promoção da segurança alimentar e nutricional foram dos mais atingidos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelas políticas para a agricultura familiar e produção de alimentos, foi extinto. Com isso, as ações de apoio e fomento a agricultura familiar foram praticamente paralisadas, a exemplo da assistência técnica e extensão rural, crédito agrícola, apoio às agroindústrias familiares e à comercialização, entre outras.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), que incorporou o MDA, importantes programas tiveram seus orçamentos reduzidos e entraram em inanição, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o programa de cisternas e diversas outras ações de promoção da segurança alimentar e nutricional. Na Conab, o PAA também teve seu orçamento reduzido e está em franco declínio. Ainda, com a aprovação da proposta emenda constitucional que congela os gastos públicos para os próximos 20 anos (PEC 241/PEC 55), o financiamento das políticas sociais fica ainda mais comprometido.

Ainda, percebendo os impasses no processo de negociações da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto com o governo da Bahia para a regularização fundiária das comunidades; a ameaça da Lei estadual nº 12.910/2013 ao direito de auto reconhecimento e à soberania das comunidades, limitando até o dia 31 de dezembro de 2018 o prazo para que as associações protocolizem nos órgãos competentes os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária; e, também, o avanço acelerado do capital sobre os territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades camponesas, compreendi que, se a conjuntura havia mudado significativamente e que grandes desafios se colocam para as comunidades, os objetivos da pesquisa também deveriam ser alterados à luz da nova realidade.

Assim, a partir desta análise, do aprofundamento da leitura sobre as comunidades de Fundo de Pasto e dos temas geradores da pesquisa ao longo do curso, como também, das informações coletadas no trabalho de campo nos Círculos de Cultura já realizados e das considerações da banca de professores durante a qualificação da pesquisa, compreendi que a centralidade do trabalho da pesquisa estaria no tema da soberania alimentar das comunidades, onde a questão da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável estariam incluídos.

Desta forma, no 4º Círculo de Cultura, apresentando esta justificativa, propus a alteração dos objetivos e do título do trabalho para o grupo de pesquisa e a Articulação Estadual. Inicialmente, o objetivo geral da pesquisa era elaborar um mapa de oportunidades de

políticas públicas que promovessem o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional, com vistas a contribuir com as comunidades de Fundos de Pasto para o maior acesso às políticas públicas.

A nova proposta apresentada tinha como objetivo geral fazer a reflexão sobre a soberania alimentar das comunidades de Fundo de Pasto, numa perspectiva de contribuir com a construção de processos educativos que estimulassem a análise crítica da realidade sobre este tema e que motivassem as pessoas a construir ações coletivas transformadoras desta realidade analisada. Pela importância que tem para as comunidades, a questão do acesso às políticas públicas se mantém, só que em outra dimensão no debate, fazendo-o de forma mais reflexiva e crítica sobre as mesmas e também no campo das possibilidades de acesso pelas comunidades a partir da articulação política, mobilização e luta.

Estas transformações na pesquisa têm a ver, claro, com o aprofundamento dos estudos e das alterações na conjuntura, mas também, com a potência metodológica da pesquisa participante e do Círculo de Cultura, que estão sensíveis às movimentações da realidade e da cultura, onde através das relações estabelecidas e das reflexões realizadas a partir dos diálogos no Círculo, vai transformando a pesquisa, mas também, o pesquisador. Confesso que este pesquisador que vos escreve é outro ao término deste trabalho.

Sendo assim, após uma boa discussão sobre os conceitos de soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional e se as comunidades de Fundo de Pasto tinham soberania alimentar, o grupo concordou com as mudanças propostas e demos continuidade a apresentação e discussão das informações da pesquisa. Também, debatemos novos temas geradores, em especial, sobre os conflitos que ameaçam as comunidades em todo o estado e as potencialidades para a produção de alimentos saudáveis. Uma proposta importante apresentada pelo grupo foi que a palavra ‘tradicionais’ fosse incorporada ao título do trabalho após a palavra comunidades, como forma de dar destaque para a questão. Assim, ficou ‘Refletindo sobre a soberania alimentar das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto’.



### **A organização do Círculo de Cultura nas comunidades**

Os Fundos de Pasto, em seus diferentes graus e com uma riqueza de experiências, são comunidades organizadas e tem na base da sua formação histórica e modo de vida, as práticas coletivas de uso do território tradicionalmente ocupado, faz a gestão coletiva dos recursos naturais e tem nas práticas solidárias, grupais, religiosas, associativas e cooperativas a base de sua organização social e política, de sua reprodução social e do modo de vida tradicional e camponês.

Ao mesmo tempo em que é um grande desafio pensar e desenvolver o Círculo de Cultura no e com os Fundos de Pasto, estamos tratando de um terreno muito fértil e com múltiplas possibilidades. Portanto, esta é uma parte importante do trabalho, pois é a partir da apropriação dos princípios e do método do Círculo de Cultura, que as lideranças poderão implementá-lo de forma autônoma nas comunidades. Esta é a chave de partida para que as comunidades possam iniciar e viver a experiência dos Círculos de Cultura.

Sendo assim, como nos alertou Paulo Freire, a formação dos “*Coordenadores de Debates*” é parte fundamental para esta tarefa. Irei fazer algumas considerações em relação ao trabalho dos coordenadores a partir da experiência relatada por Freire (1967; 1978). Esta é uma primeira tentativa de síntese sobre a questão. Assim, não pretendo finalizar este debate, mas apenas iniciar a discussão sobre o processo de formação de coordenadores de Círculos de Cultura nas comunidades de Fundo de Pasto.

Esta é um bom desafio para a Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto e para as associações comunitárias. Este material pretende apontar alguns caminhos e possibilidades, mas será a organização política das comunidades que vai garantir que estas ideias saiam da escrita e virem ação e reflexão e mais ação. Se isso acontecer, com certeza teremos uma rica experiência, como já dito, mas importante repetir, com enorme potencial para se tornar um espaço continuado de formação intelectual e política, de crítica, de construção coletiva de conhecimentos, de planejamento e ação coletiva.

Desta forma, como as comunidades já estão acostumadas a fazerem reuniões, corremos o risco do Círculo de Cultura ser visto como uma simples reunião com as pessoas sentadas em uma roda para discutir um assunto. Não deixa de ser, mas é muito mais que isso, conforme nos disse o mestre Paulo Freire. O caminho se faz ao caminhar e de acordo com a realidade de cada comunidade, mas é fundamental seguir alguns princípios para garantir que o mesmo cumpra os seus objetivos e que realmente se desenvolva um processo educativo como

prática da liberdade e da emancipação dos participantes, numa perspectiva de construir processos coletivos de transformação da realidade.

De acordo com Marinho (2009, p. 99-100), os princípios do Círculo de Cultura fazem-se presentes num contexto que ultrapassa a lógica temporal. Seja em meados da década de 1960 ou na atualidade, tais princípios são bases para quaisquer iniciativas. Assim, um dos princípios fundamentais é a **dialogicidade no processo educativo**<sup>14</sup>. Assim, a referida autora nos diz que, “a **dialogicidade** é a essência da educação que se faz dialógica e emancipatória, ela inicia pela investigação temática na **busca** da educação como prática da liberdade. Para tal ação, se faz necessário que os sujeitos inseridos no **diálogo**<sup>15</sup> estejam em **comunhão** no mesmo projeto educativo que visa uma **iniciativa** a priori, trazendo assim, a **conviviabilidade** como decurso necessário<sup>16</sup>”.

Desta forma, para existir um diálogo horizontal e verdadeiro no Círculo de Cultura, um pensar crítico e transformador, é necessário haver a comunhão e a solidariedade entre os participantes; a busca pelo conhecimento de forma crítica, com profundidade e como prática da liberdade; uma iniciativa coletiva em busca de um projeto coletivo; e uma convivialidade que busca escutar e entender o outro sem julgá-lo e compreender a si próprio entre os outros.

Para Paulo Freire (1967), o Círculo de Cultura deveria ser um método ativo, dialogal, crítico e participante. Assim, entendia o diálogo como uma relação de comunicação horizontal entre as pessoas, nascido de uma matriz crítica e que gera criticidade, nutrindo-se do amor, da humildade, da esperança, da fé e da confiança, oposto ao antidiálogo, que implica numa relação vertical de uma pessoa sobre a outra, sendo acrítico e que não gera criticidade, arrogante, desamoroso, desesperançoso e autossuficiente. O antidiálogo não comunica, faz comunicados.

Outro importante princípio apontado por Marinho (2009, p. 105), é o da **reciprocidade como estímulo à vida participativa**<sup>17</sup>. Assim, segundo a autora, “as atividades nos Círculos de Cultura nos levam, notoriamente, a uma vida participativa, mas já sabemos que há diversas formas de participação, a manipulação é uma delas e não queremos cair nesse desacerto. O princípio da reciprocidade (o dom da troca) traz, ao nosso olhar, quatro categorias fundamentais para desenvolvermos de forma cidadã, são eles: comprometimento, colaboração, co-responsabilidade e solidariedade”.

---

<sup>14</sup> Grifo nosso.

<sup>15</sup> Grifo nosso.

<sup>16</sup> Grifos da autora.

<sup>17</sup> Grifo nosso.

Neste sentido, para que estes princípios sejam seguidos, o coordenador do Círculo de Cultura deve ficar bastante atento a isso, pois o sucesso do trabalho depende muito da postura do coordenador. Este tem que criar as condições favoráveis para o franco diálogo e assumir um papel de animador e mediador das discussões. Nunca assumir o papel de palestrante, monopolizador da fala, dono da verdade e do conhecimento. Mas sim o de provocar, entre os participantes, a troca de ideias, de opiniões, para uma melhor compreensão da realidade, dos problemas e de suas soluções.

Segundo Marinho (2009, p. 52, apud Freire, 1963), o coordenador ainda deveria seguir as seguintes orientações:

- Ser pontual;
- Criar um clima de confiança e simpatia, possibilitando um espaço mais dinâmico e fecundo;
- Posição de humildade e nunca autoritária, pois o coordenador aprende com seus participantes;
- Problematizar as discussões para que as opiniões sejam apontadas, conhecer o universo vocabular dos participantes, o seu saber traduzido por meio de seus “causos” e valorizá-las na leitura de mundo;
- Devolver ao grupo as perguntas que lhe são feitas possibilitando a reflexão grupal;
- Estimular a fala de todos, inclusive dos tímidos, para um efetivo crescimento crítico do grupo;
- Elaborar um relatório sobre o percurso de cada atividade, incluindo as participações, falas e dificuldades;

Ainda, de acordo com Marinho (2009, p. 54), para que os Círculos de Cultura ocorressem de fato, alguns elementos tornaram-se estruturas fundamentais desse processo, são elas: a codificação e descodificação, tema gerador e o conteúdo programático. Vamos buscar entender cada elemento descrito pela autora em seu trabalho de dissertação e adaptar ao que estamos propondo para as comunidades de Fundo de Pasto para orientar o trabalho dos coordenadores.

Sobre a **codificação e descodificação**, a autora nos diz que “a priori, a codificação e descodificação, constituem técnicas necessárias no processo de alfabetização de Paulo Freire. Mas sabemos, que seu método, muito mais do que codificar e descodificar letras em palavras, ou seu inverso, era acima de tudo, uma alfabetização política. (...) A realidade e a situação



existencial apresenta-se codificadas e é necessário descodificá-las para que o sujeito possa construir seu conhecimento a partir da sua leitura de mundo. No entremeio da descodificação, os participantes revelam sua visão de como eles veem o mundo e como o abordam (de forma fatalista, estático ou dinâmico, manipulador)” (Marinho, 2009, p. 54-56).

Trazendo para este trabalho, a codificação, a princípio, tomaria forma abstrata de uma frase, uma pergunta, uma imagem ou de um elemento artístico e estético. É a primeira apresentação, o primeiro retrato, do objeto ou da realidade a ser analisada. Sua descodificação implica na passagem do abstrato ao concreto, da parte ao todo, para voltar depois às partes. Isto implica que o participante se reconheça no objeto como uma situação em que não está só, mas se encontra com outras pessoas. (...) O fim da descodificação é chegar ao contexto real a partir do conhecimento cotidiano a qual cada participante tem, afinal, a codificação e descodificação constituem as duas fazes da mesma moeda que juntas, buscam legitimar outro importante elemento do Círculo de Cultura: o tema gerador (Marinho, 2009, p. 55-56).

Sobre o **tema gerador**, a autora nos diz que “no Círculo de Cultura, a primeira tarefa do coordenador é a criação das condições para que todos os participantes descubram, no contexto gerador, os temas geradores ou a temática significativa para a compreensão crítica da realidade. (...) Procurar o tema gerador é procurar o pensamento do homem sobre a realidade e a sua ação sobre esta realidade que está em sua práxis. Na medida em que os homens tomam uma atitude ativa na exploração de suas temáticas, nessa medida, sua consciência crítica da realidade se aprofunda e anuncia essas temáticas da realidade” (Marinho, 2009, p. 56).

Segundo a referida autora, “caminhar com um grupo que tem um tema gerador, uma temática a debater, inicia o desenho de um novo **conteúdo programático**. (...) A partir da situação presente, concreta, existencial, refletida pelo povo, que se organiza o conteúdo programático no Círculo de Cultura. (...) Os participantes vão assim tomando a sua própria experiência cotidiana, a sua maneira espontânea de ‘mover-se’ no mundo. Como objeto e reflexão crítica, o conteúdo programático emerge das inter-relações do processo. É devolução organizada e sistematizada dos saberes que tacitamente trouxeram os alunos e alunas. (...) A essência do conteúdo programático por Paulo Freire apresentado é a práxis que dele se faz. É dinâmica, é ação refletida, é pensamento que emerge do diálogo, é investigação da realidade e do sujeito, é objetividade e subjetividade em constante movimento no e do sujeito. (...) Ninguém pode conhecer por outro, logo, o animar de debate deve desafiar o grupo a perceber-se na e pela própria prática como sujeitos capazes de saber. Assim, não se dicotomiza prática de teoria, pensamento de ação, filosofia de linguagem e tampouco se separa objetividade de subjetividade do sujeito que aprende e ensina ao aprender, que desenvolve sua curiosidade

epistemológica à produção de seu conhecimento e do conhecimento coletivo. Construção essa, que se constitui em mais um elemento essencial do Círculo de Cultura” (Marinho, 2009, p. 57-58).

Trazendo novamente o que diz a autora para a particularidade deste trabalho, onde o objetivo de realizar o Círculo de Cultura não é a alfabetização de adultos, e sim, a reflexão sobre a soberania alimentar das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, vamos adaptar à luz dos nossos objetivos, este processo de codificação e descodificação, elaboração de temas geradores e do conteúdo programático. É importante ressaltar que é preciso pensar estes elementos de forma dinâmica, que acontecem ao mesmo tempo e de forma contínua ao longo das discussões.

## ❖ Orientações aos coordenadores para o primeiro Círculo de Cultura

Fotografia 13- Círculo de Cultura em Várzea Grande.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Inicialmente proponho que os coordenadores, junto com a diretoria da associação, façam uma reunião preparatória e de mobilização com a comunidade antes do primeiro Círculo para explicar a proposta do trabalho, seus objetivos, metodologia e a importância da participação em todos os Círculos. É importante ressaltar a necessidade de participação da juventude para incluí-los cada vez mais nos processos organizativos da comunidade.

A forma de organizar o Círculo fica a critério de cada um. O importante é criar um ambiente agradável e confortável que favoreça o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal. Este é um momento especial para dialogar com a cultura e com o patrimônio histórico, artístico e cultural da comunidade e do povo sertanejo. Trazer elementos da cultura popular para o Círculo faz deste um momento muito rico de celebração da vida, da comunhão, da partilha, das lutas e da esperança de um mundo melhor.

Portando, a criatividade e um bom planejamento dos detalhes da organização do Círculo faz uma boa diferença. Entre tantas outras formas de animação, de mística e integração utilizadas pelos movimentos sociais populares, podemos citar as canções, poesias, danças, místicas, teatro, dinâmica de grupo, vídeos, fotografias, palavras de ordem, orações, etc. Enfim,

vai utilizando os elementos ao longo dos trabalhos conforme o momento, a conveniência e o tema a ser discutido.

A partir dos princípios e orientações sobre o método já apresentados no item ‘A organização do Círculo de Cultura nas comunidades’, na página 34, os coordenadores devem garantir que após o momento de acolhimento os/as participantes estejam acomodados em formato de um círculo, para que todos/as possam se enxergar e para criar as condições para que participem em situação de igualdade.

No início da conversa é fundamental que o coordenador explique o que é o Círculo de Cultura, seus princípios, metodologia de trabalho e por que esta reunião está sendo conduzida com essa metodologia. É importante que os participantes tenham consciência de onde eles estão, de quem eles estão participando e o que vai acontecer neste dia e nos próximos círculos. Assim, devem ficar bem claro os motivos e objetivos da reunião.

Deve-se chamar a atenção de que a reflexão sobre a soberania alimentar das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto vai acontecer em cinco Círculos de Cultura, apresentando para o grupo a programação com os títulos dos cinco Círculos, conforme citado na introdução. Também, deve ressaltar que é importante que as pessoas participem de todos, para que o trabalho cumpra os seus objetivos de refletir sobre a realidade e analisar os problemas, mas também, apontar os caminhos para superá-los e organizar ações coletivas que transformem esta realidade analisada.

Feita essa parte introdutória, mas fundamental, deve iniciar as reflexões a partir das perguntas geradoras formuladas com base nos temas geradores que se pretende discutir. Como estamos em um Círculo de Cultura, vamos iniciar o diálogo a partir da reflexão dos participantes sobre a sua cultura, a importância desta para o seu modo de vida, sua tradição, no trabalho e na relação com a natureza e com a sociedade. Como nos disse Paulo Freire, a dimensão da cultura ajudaria as pessoas na superação de sua compreensão ingênua e na descoberta como fazedores, criadores e recriadores da sua cultura, como resultado do seu trabalho, como também, da sua capacidade de analisar de forma crítica e de transformar o mundo.

Neste caso, faço a sugestão das seguintes perguntas geradoras:

- ✓ O que é cultura?
- ✓ Os camponeses também produzem cultura?
- ✓ Qual a cultura das comunidades de Fundo de Pasto?
- ✓ O que significa o modo de vida tradicional das comunidades de Fundo de Pasto?

- ✓ O que caracteriza as comunidades de Fundo de Pasto?
- ✓ Nós produzimos conhecimentos? De que forma?

Esse primeiro diálogo sobre a cultura é importante para a comunidade, pois a leva a fazer uma auto reflexão sobre sua cultura, princípios, valores, modo de vida e sobre os significados e características do que é ser uma comunidade de Fundo de Pasto. O coordenador deve fazer uma pergunta de cada vez e abrir o diálogo de forma que flua normalmente.

Caso perceba que no início o pessoal esteja um pouco travado ou poucas pessoas estão falando, o coordenador deve provocar os demais para participar do diálogo. Quando sentir que o grupo já colocou os elementos mais importantes e achar que deve passar a próxima questão, faça uma nova pergunta de forma natural e provoque o grupo novamente para estimular a participação de todos/as.

Fique atento para novos temas geradores que possam aparecer durante as discussões e que não estavam previstos na lista de perguntas geradoras previamente elaboradas. Estimule com novas perguntas aqueles que achar interessante de ser aprofundados. Também, se for conveniente, devolva ao grupo em forma de perguntas àquelas questões que são dirigidas ao coordenador. O objetivo é estimular o diálogo entre os participantes.

Após essa primeira rodada, vamos fazer uma discussão sobre a realidade das comunidades de Fundo de Pasto e como a conjuntura política que estamos vivendo impacta nas comunidades. Assim, pode-se fazer as seguintes perguntas geradoras:

- ✓ Qual a realidade das comunidades de Fundo de Pasto hoje?
- ✓ Como a conjuntura política e econômica que estamos vivendo impacta nas comunidades?

Estimular o diálogo entre o grupo sobre a primeira pergunta e quando perceber que já fez uma boa discussão, passar naturalmente para a próxima buscando ampliar a análise da realidade local para a conjuntura estadual e nacional. A intenção é buscar uma análise a partir da totalidade e não ficar preso apenas a situação local. Muitos temas vão surgir e não haverá tempo suficiente para aprofundar todos.

Como a intenção é abrir a reflexão sobre a soberania alimentar das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, sugiro ao coordenador que oriente o diálogo para a produção de alimentos e a alimentação das famílias, para poder chegar de forma crítica na questão da soberania alimentar. Então, pode se fazer as perguntas abaixo e seguir as orientações conforme as anteriores.

- ✓ A comunidade produz alimentos suficientes para alimentar todas as famílias de forma adequada, em quantidade, qualidade e regularidade?
- ✓ As famílias da comunidade se alimentam de forma adequada e saudável?
- ✓ As comunidades de Fundo de Pasto tem soberania alimentar? Por que não ou por que sim?

Vamos voltar a discutir sobre estes temas no terceiro Círculo, portanto, neste momento, a ideia é fazer uma breve discussão e provocar a reflexão crítica sobre o tema para fazer a ponte com os próximos Círculos. Apesar de que o objetivo é fazer a reflexão e organizar ações coletivas para transformar a realidade, penso que neste primeiro Círculo não precisa se preocupar com a elaboração destas ações. Elas vão aparecer e serão organizadas nos próximos, com as orientações específicas para este fim.

Para finalizar, o coordenador deve fazer uma avaliação do trabalho do dia, combinar a data do próximo Círculo de Cultura, explicar qual será o assunto, se o pessoal tiver esta publicação impressa, recomendar a leitura prévia e por fim fazer o encerramento de forma a fortalecer os laços de comunhão, amor ao próximo, solidariedade, partilha e esperança, como nos ensinou o mestre Paulo Freire.

É importante ressaltar que este é apenas uma sugestão de roteiro com base no material elaborado, ficando livre para cada coordenador adaptar a condução dos trabalhos conforme o seu perfil e a realidade de cada comunidade. Independente de que caminho tomar, o fundamental é que o coordenador se prepare bem para a condução do círculo e esteja sempre alerta que o seu papel é de mediar discussões e garantir o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal.

Também, sem prejudicar a participação de todos/as, é importante que o coordenador fique atento ao tempo estabelecido em acordo com o grupo na reunião preparatória. No seu planejamento, deve-se já prever o tempo que vai precisar para cumprir a programação e debater todas as perguntas geradoras. Desta forma, o controle e a distribuição equilibrada do tempo são primordiais para garantir a qualidade e o sucesso do trabalho.





## **Segundo Círculo de Cultura**

### **O direito à autodeterminação, ao reconhecimento e ao território tradicionalmente ocupado como condição para a garantia da soberania alimentar**

Neste segundo Círculo de Cultura vou refletir sobre o direito das comunidades de Fundo de Pasto à autodeterminação e ao reconhecimento enquanto comunidade tradicional, portadoras de outros direitos legalmente reconhecidos por instrumentos jurídicos nacionais e internacionais. Também, vamos discutir sobre o direito ao território tradicionalmente ocupado como condição para a garantia da soberania alimentar das comunidades.

Assim, vou fazer uma breve discussão sobre a questão agrária, que considero central para compreender e situar as comunidades de Fundo de Pasto no contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e das lutas dos camponeses para garantir o seu pedaço de terra e preservar o seu modo de vida. Desta forma, proponho a reflexão a partir dos conflitos e ameaças às comunidades na atualidade, dos instrumentos legais de garantia de direitos e os desafios para a regularização fundiária dos seus territórios tradicionalmente ocupados.

#### **❖ A questão agrária e as ameaças às comunidades de Fundo de Pasto**

Iniciarei a discussão a partir conflitos e ameaças às comunidades de Fundo de Pasto relatadas pelas lideranças durante o Círculo de Cultura realizado em Várzea Grande, com as presenças do grupo de pesquisa da comunidade e lideranças da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto. Fizemos um diálogo onde os participantes destacaram as principais ameaças que as comunidades sofrem de acordo com as seis regiões onde o movimento está organizado no estado. Assim, quando perguntado ao grupo quais os principais conflitos e ameaças às comunidades, obtivemos, entre outras falas, o seguinte diálogo:

Região de Oliveira dos Brejinhos:

(...) uma das ameaças que tem na nossa comunidade, no município, outras comunidades também já tá chegando, é a mineração (Dionísio José Nogueira – Oliveira dos Brejinhos).

(...) essa questão dos grandes empreendimentos que já tá chegando, a exploração mineral. Você vê, se você for olhar aqui, a área dessas comunidades tá toda mapeada, tá toda cheia de requerimento de exploração de minério. E a tendência que a gente tá apontando é de uma exploração muito grande de minério nessas comunidades. Então, realmente isso é uma insegurança, porque deixa a invasão de pessoas que de uma certa forma interfere no modo de vida das comunidades. Traz toda uma relação pra

comunidade que altera o modo de vida das comunidades. Pra gente é uma ameaça mesmo (Nilza Francisca Vieira – Oliveira dos Brejinhos).

### Região de Barra:

No município de Barra tem comunidade grilada duas vezes. A gente não sabe qual é o objetivo. Uma grilagem de 229 mil hectares de terra que envolve mais de 40 comunidades. (...) essa daí a gente considera uma grilagem mesmo, que efetuou o registro, todo processo que chamam de legal, legal assim, mas fez todo no cartório, com INCRA, depois o cartório registrou. Só que depois de toda uma ação das organizações da sociedade, aí a promotoria pública pediu o posicionamento desse registro. Mas o que tá acontecendo hoje, ela ainda não cancelou, só fez um bloqueio, ele continua sendo dono dessa área, mas tá bloqueada, ele não pode fazer nenhum benefício (Nilza Francisca Vieira – Oliveira dos Brejinhos).

Tem outra grilagem no município de Buritirama, que é de cento e poucos mil hectares e envolve as Comunidades de Cruz D'água, (...) também nessa mesma situação que é pra energia eólica (Idem).

Gentio do Ouro a coisa ainda é mais escandalosa, estão todos lá sendo ameaçados no seu território pelos empreendimentos eólicos. Porque teve gente que já ganhou até ação na justiça, o juiz já deu favorável a empresa. É uma varredura mesmo nas comunidades, então os casos é realmente uma insegurança territorial das comunidades tradicionais. A gente não sabe nem que rumo vai ter aquilo ali. A gente tá preocupado com aquelas comunidades, muito preocupado. Inclusive nós pretendemos fazer uma reunião lá, de novo, com aquelas comunidades porque você não tem noção. A gente tava preparando pra ir lá, porque a coisa não é bonita e a gente percebe que a comunidade está desprotegida do Estado. O estado não age a favor das comunidades, não tem, não decreta nenhum processo de regularização, não protege essas comunidades, pelo contrário (Idem).

Outro problema grande é o Baixio Irecê, é uma grande ameaça, inclusive várias pessoas já saíram de lá. E o problema maior lá é porque é o governo, é o governo que tá grilando. Lá já é o governo através da Codevasf e que muitas famílias já saíram de lá. Umas estão resistindo lá (Idem).

### Região de Correntina:

Então, Correntina, quando Nilza falou que teve uma terra que foi grilada duas vezes, nós temos uma comunidade que tem cinco fazendeiros em cima, mais a comunidade, então, tem seis. Então é muito complicado. O processo de grilagem lá é como os meninos citaram, a região é muito rica em água, então é muito visado pelas fazendas, pelo agronegócio. E aí, se tem uma coisa que irrita, é quando passa aquele comercial “Agro é pop, agro é vida”. Isso é vida de quê, hein?! E lá é mais o plantio de soja, é o plantio de eucalipto e com isso as comunidades vai só perdendo seus territórios, as comunidades tá sendo sempre empurradas. A maioria dos grileiros são estrangeiros e o processo de pistolagem é muito pesada (Eugênia Abreu – Santa Maria da Vitória).

E a outra questão é o seguinte: só tem área preservada da área de fecho e os fechos que as comunidades tão dias após dias sendo ameaçadas, lideranças das comunidades sendo ameaçadas de morte quase todos os dias. Comunidades ficando dois, três dias sem dormir, pra não deixar o correntão passar nas fazendas. O pessoal nas fazendas colocaram os fechos como área de reserva legal das fazendas. Como que as comunidades são os guardiões, estão lá preservando, mas lá pro estado é a fazenda que tá, é área de reserva legal da fazenda. E quase todos os fechos que nós fizemos alguns levantamentos, todos eles estão como área de reserva legal (Eugênia Abreu – Santa Maria da Vitória).

### Região de Senhor do Bonfim:

Eu acho que a realidade é parecida com as outras regiões, mas quando se fala da região de Bonfim, aí vem a questão muito forte das mineradoras, várias comunidades, inclusive municípios da região de Bonfim são atingidas por essas mineradoras. E agora mais recente, a questão das energias eólicas também. As comunidades tão perdendo seus territórios, a maioria, muitas comunidades, estão perdendo seus territórios para essas empresas de energia eólicas. Quando eles chegam fazendo aquelas diversas promessas, que a partir do momento que passam a ocupar aquela área, aí as comunidades não tem acesso mais naquele lado daquele território e as promessas não são cumpridas. E também tem a questão dos fazendeiros né, várias comunidades sofrem com a questão da grilagem aí (Robervânio Guimarães Ribeiro – Monte Santo).

Ficou um elemento que a gente não pode esquecer né, que é o próprio fazendeiro, né, grileiro, que ainda é muito forte na região, principalmente Monte Santo (Cosme da Silva Araújo – Andorinha).

### Região de Juazeiro:

Essa região de Juazeiro, o mais forte que tem lá mesmo é as mineradoras. Têm uns cinco municípios aí que tem, aí vem depois os madeireiros, vem os grileiros de terra também, mas o mais forte mesmo é as mineradoras. Inclusive já tem além do mapeamento, já tem mineradora implantada há mais de 15 anos de atuação na região. Mas é isso mesmo, é as mesmas ameaças das outras regiões. São as mineradoras, as carvoarias, o agronegócio, as eólicas e também agora o desmatamento para o plantio de cana pra açúcar (Ronaldo Rodrigues Carvalho – Pilão Arcado).

### Região de Canudos, Uauá e Curaçá:

Não é tão diferente das outras, assim, mas o foco tem sido as mineradoras. Então, a gente tem município que tá praticamente todo mapeado com a questão de minério. Aí vai da área ribeirinha para as comunidades, tem até mapeamento dentro da cidade. (...) a gente vê como uma grande ameaça essa questão que vai de destruição total. (...) Outra coisa também, a gente fez uma audiência pública, o pessoal do Inema<sup>18</sup> tava lá e ele disse que a mineradora era progresso na cidade. Aí a gente tá na comunidade, fazendo a comunidade fortalecer, denunciar tudo, aí eles vão pra audiência e vê o Inema dizer que a mineradora é progresso chegando, aí fica umas coisas contraditórias. A energia eólica também já tá chegando no município (Naiara – Curaçá).

(...) Outra coisa também é as pessoas, que eu digo, que é apaixonado por cerca. Pega e cerca o mundo todo aí, não tem nada dentro, você pode olhar, você não vê o plantio de nada, não vê uma criação dentro. É só aqueles fios de arame enorme e as comunidades tendo que viver cada vez mais em beco, são até obrigadas a irem embora pra outros lugares, pra cidade, porque não vai ter onde ficar, tá ficando nas estradas, algumas comunidades de tanta gente que chega de fora e vai só cercando, cercando, cercando. Ah! (Idem)

Lá no município também de Curaçá teve um negócio, um mosaico que eles criaram de reserva ambiental. A gente pensou que ia ser pra ajudar, mas é uma reserva ambiental, numa área de fundo de pasto em que a comunidade não pode ter acesso. Diz eles que não vão cercar, mas como é que a gente vai falar pro bode não ir ate lá no pé da serra? É meio complicado assim. Tento um diálogo pra vê se a gente consegue já desconstruir algumas coisas, porque do jeito que tá vai sair muito prejudicado para as comunidades, que é uma área que a comunidade utiliza e que se for aprovado as coisas do mosaico, a comunidade de repente não vai poder usar. (Idem)

<sup>18</sup> Instituto Estadual do Meio Ambiente, órgão vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Eu sou de Uauá, ela é de Curaçá, o que Naiara fala é verdade, os grandes conflitos que nós temos na região, principalmente no município de Curaçá, são as mineradoras da mineração Caraíba avançado cada vez mais pra essas regiões. Curaçá, por exemplo, tem mais de 80% do território do município mapeado pela mineração, inclusive de uma área já em avanço de exploração. Em questão dos parques eólicos também tá em fase de teste em várias comunidades. A questão da grilagem ainda é um problema sério na região de Canudos, Uauá nem tanto, mas tem ameaças fortes também (Valdivino Rodrigues – Uauá).

O Parque, o mosaico da ararinha azul em Curaçá é outra situação, que é uma sobreposição em comunidades de fundo de pasto, comunidades que além da criação de animais, utiliza-se também dos recursos naturais. Criando o mosaico ecológico, mosaico pra proteção da ararinha azul, essas comunidades vão ter que sair. Também tem esse problema da sobreposição com área de conservação, nesse caso do mosaico em Curaçá, é um problema, uma ameaça, um conflito com as comunidades e é interessante que o Inema não tem trazido tanta discussão. Apresentou o projeto, mas não há uma discussão mais aprofundada com as comunidades, simplesmente ignora a importância da participação das comunidades. Temos essas situações e isso não é diferente das outras regiões do estado, as comunidades vivem, como eu já disse, constantemente em conflito com esses empreendimentos. Enfim, a resistência precisa ter pra que não se perca os territórios, a identidade dessas comunidades, é importante manter a identidade, preservar a identidade, o modo tradicional de vida, mas infelizmente tem que enfrentar esses desafios, esses conflitos que não são fáceis (Valdivino Rodrigues – Uauá).

A partir dos relatos das lideranças podemos observar que cada região ou município tem uma realidade e intensidade de conflitos, mas os problemas são comuns, pois estes setores econômicos se expandem em todas as regiões do Semiárido, que representa 70% do território do estado da Bahia<sup>19</sup>. A grilagem, forma comum de expropriação das terras dos camponeses, persiste de forma violenta e avassaladora em pleno século XXI.

A expansão e territorialização do capital no campo, representados principalmente pelo agronegócio, mineração, empreendimentos de energia eólica, obras de infraestrutura e a tradicional grilagem de terras pelos fazendeiros, seguem em direção aos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades tradicionais de Fundo de Pasto ao longo de muitos anos e ameaçam a sua existência, a reprodução social e modos de vida.

A forma predatória que o capitalismo se manifesta no Brasil, com o domínio sobre os territórios e a expropriação e exploração dos bens naturais para a produção de matérias-primas para abastecer a indústria nacional e para exportação, revela o grau de insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento adotados no nosso país ao longo da sua história. A busca ilimitada do crescimento econômico, o superávit na balança comercial para pagamento das dívidas ao mercado financeiro e a máxima acumulação de capital, coloca a produção da riqueza nas mãos de uma pequeníssima minoria que representa menos de 1% da

---

<sup>19</sup> Temos o relato também das lideranças da região de Correntina, que fica no Cerrado e onde se localizam principalmente as comunidades de Fecho de Pasto. Estas comunidades estão cercadas pelas grandes fazendas do agronegócio oeste da Bahia e sofrem com a grilagem de terras, contaminação por agrotóxicos e todo tipo de opressão. No entanto, conforme já justificado, vou focar a minha análise nas comunidades de Fundo de Pasto.

população, sempre à frente dos interesses da maioria da sociedade, e neste caso particular, das populações camponesas.

Com a expansão do capital e o aumento da demanda por terras no Semiárido, os espaços ocupados pelas comunidades tradicionais vão se valorizando e de acordo com Germani (2010, p. 13), vai ser na valorização espacial que vamos encontrar a base dos conflitos territoriais no campo. Segundo a autora, só vai ter conflito onde tiver valorização do espaço e quando se evidenciam lógicas contraditórias de apropriação do espaço geográfico.

Ainda, segundo Germani (2010, p. 14), o Estado cumpre um importante papel neste processo como agente de produção e valorização do espaço, quer através de seus investimentos diretos, quer através de suas políticas em diferentes áreas, dimensões e escalas. Esta compreensão coloca possibilidades e limitações à perspectiva de mudanças que não passa só pela atuação dos movimentos e partidos políticos. Passa, também, pelo Estado e suas instituições e por parte significativa da sociedade.

Assim, o Estado, ao planejar o desenvolvimento econômico e incentivar as empresas do agronegócio, de mineração, de energia e outros empreendimentos econômicos das grandes empresas, contribui com a expansão do capital, que precisa se territorializar em algum lugar, onde de uma forma geral é sobre os territórios das comunidades camponesas, gerando uma série de conflitos. Este é um processo histórico, mas que nas comunidades de Fundo de Pasto se intensificou nos últimos anos com a expansão destes setores no Semiárido.

A notícia ruim para as comunidades camponesas é que estes setores vão continuar crescendo e se expandindo nos próximos anos. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia fez uma apresentação dos principais setores econômicos do estado com informações sobre as potencialidades, atrativos e os investimentos atuais e futuros. São muitas informações importantes e recomendo a visita ao site para ver os detalhes e se apropriar das informações para ajudar na leitura da realidade e projetar as lutas.

Na área de energia eólica são 239 projetos aprovados em leilões e mercado livre, sendo que 70 estão em operação, 65 em construção e 104 a iniciar a construção. São 49 projetos de energia solar comercializados em leilões e mercado livre, sendo 15 em construção e 34 a iniciar a construção. Com relação à mineração, a Bahia possui um vasto potencial mineral, com mais de 40 bens minerais em exploração. Estado mais bem estudado geologicamente, com seu território totalmente coberto por mapeamento geológico e levantamento aerogeofísico, o que faz do estado um dos alvos mais procurados para pesquisa e prospecção do país. Em 2016, registrou exploração em 167 municípios, sendo 10 deles responsáveis por 68% da produção.



Em relação ao agronegócio, o Brasil teve a maior safra de grãos da história com uma grande contribuição do oeste baiano<sup>20</sup>.

Fotografia 15- Parque de energia eólica em Brotas de Macaúbas, visto da comunidade de Várzea Grande.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

As lideranças da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto veem com muita preocupação a chegada destes empreendimentos às áreas das comunidades, pois na maioria das vezes chegam prometendo o desenvolvimento e a geração de empregos, mas que na verdade, para as comunidades tradicionais, é uma ameaça dos territórios e ao modo de vida destas comunidades, conforme diz Jaziel e Valdivino nas falas abaixo:

Então as comunidades de fundo e fecho de pasto vivem constantemente em conflito com esses empreendimentos principalmente. E interessante é que tem o apoio do Estado. Então, recentemente a Secretaria de Comercio e Mineração publicou uma revista que na capa da revista dizia assim: “Mineração, a riqueza da Bahia!”. Quer dizer, o estado investe muito nisso e quem sofre as consequências são justamente essas comunidades onde tá a mineração, onde tá os parques eólicos, os empreendimentos. A gente não tem nada contra ao desenvolvimento, se é para desenvolver, se é para ser riqueza da Bahia, a gente não tem nada contra, o problema é a forma que esses empreendimentos chegam, sabe? Prometendo o céu quando chega e quando sai diz assim, como é a música que tava falando: “Você bem sabe que eu não prometi um mar de rosas”. Cai fora e deixa só os buracos e as consequências na saúde, o povo doente, o povo miserável. Sabe, são situações que impactam diretamente a vida dessas populações que vivem nas comunidades (Valdivino Rodrigues – Uauá).

Em algum determinado momento a gente tem até discutido que precisa de outras formas de geração de energia e tal, e a gente se discute se precisa, né. E a gente vê que

---

<sup>20</sup> Bahia. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. [www.sde.ba.gov.br](http://www.sde.ba.gov.br). Acesso em 25/06/2017.

é necessário, só que tratando de segurança alimentar e da soberania alimentar, isso não corresponde ao nosso modo de vida. Se precisa, que seja fora das nossas áreas. Vá procurar outros espaços pra colocar, porque nas nossas áreas a gente precisa exatamente garantir a segurança alimentar, soberania alimentar, que é o espaço que a gente faz e o nosso modo de vida é isso né. O nosso modo de vida não é um grande empreendimento dentro das nossas áreas, né. Então, mais de forma geral, os conflitos, principalmente nos fundos de pasto, se repetem e essa questão da especulação pra arrendamento, pra implantação de parque de energia eólica, tem que se acirrado nos últimos meses lá na região (Jaziel dos Santos Silva – Campo Formoso).

Essa visão de que as comunidades tradicionais são um empecilho e problema para a implantação de projetos de infraestrutura e empreendimentos produtivos ainda é uma visão corrente no Estado brasileiro e nas empresas capitalistas. Na maioria das vezes, as forças do Estado e do capital passam por cima dos direitos destas comunidades, não levando em consideração que estas chegaram antes e vivem historicamente naqueles territórios. Assim, muitas comunidades foram ou estão sendo destruídas e desterritorializadas pela apropriação privada dos seus territórios pelo capital.

Desta forma, é na frente para permanecer na terra que lutam as comunidades de Fundo de Pasto e foi a partir do conflito pela posse da terra em defesa dos seus territórios que estas comunidades saíram da invisibilidade e se revelaram para a sociedade brasileira. Desta forma, para entender a história, o modo de vida tradicional e como essas comunidades se organizam é importante compreender a questão agrária no Brasil.

O termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra.

Germani (2010, p. 2), discutindo a questão agrária e o papel dos movimentos sociais na territorialização da luta pela terra na Bahia faz a seguinte leitura:

Embora a Questão Agrária possa ser analisada de várias dimensões, ela vai ter sempre uma dimensão territorial e vai ser sempre expressão de uma questão territorial. Como conceito Questão Agrária é uma abstração, mas adquire concretude e materialidade através da apropriação privada da natureza pelos grupos sociais e que se manifesta na estrutura de propriedade da terra. Esta, a estrutura da propriedade da terra, por sua vez representa a concretização no espaço da forma como os diferentes grupos atuam e se relacionam na sociedade.

Para transformar com esta estrutura significa ter que romper também com a estrutura de poder que mantém a relação estabelecida entre os grupos. A continuidade da alta concentração da estrutura da propriedade da terra revela, também, as contradições e a “ordem” existente e está na base das tensões e conflitos que historicamente marcam o campo brasileiro.

De acordo com Stedile (2012, p. 639), a natureza da questão agrária no Brasil atualmente é analisada sob dois enfoques básicos. O primeiro, defendido por pesquisadores que

se somam à visão burguesa da agricultura, argumenta que existe um intenso desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, que aumentou enormemente a produção e a produtividade da terra. Para essa concepção, a concentração da propriedade e seu uso já não representam um problema agrário no Brasil, pois as forças capitalistas resolveram os problemas do aumento da produção agrícola a seu modo, e a agricultura se desenvolve muito bem, do ponto de vista capitalista. Ou seja, a agricultura é uma atividade lucrativa, com aumento permanente da produção e da produtividade agrícolas.

O outro enfoque, de pensadores marxistas, críticos, analisa que a forma como a sociedade brasileira organiza o uso, a posse e a propriedade dos bens da natureza ocasiona ainda graves problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental. Esses problemas aparecem no elevado índice de concentração da propriedade da terra – apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; (...) na dependência econômica externa à que a agricultura brasileira está submetida, por causa do controle do mercado, dos insumos e dos preços pelas empresas agrícolas transnacionais; e na subordinação ao capital financeiro, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões do capital financeiro, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura (Idem).

Para Sauer (2013, p.168), a atualidade da questão agrária em pleno século XXI não fica restrita às disputas políticas, como parte de um problema social (pobreza rural) não resolvido, mas há um crescente interesse mundial por commodities agrícolas e não agrícolas, consequentemente por terras, nos últimos anos. A atual demanda por terras – não só para a expansão da fronteira agrícola, mas também para a apropriação das demais riquezas territoriais – está na base dos embates e disputas territoriais.

Lutas e embates sociais, especialmente mobilizações e reivindicações de acesso à terra por famílias sem-terra, mas também demandas e resistências de outros grupos sociais do campo, oficialmente denominados comunidades tradicionais, afirmam e reafirmam a contemporaneidade das disputas territoriais. Mais do que simples resistência ao progresso – ou ao desenvolvimento das forças capitalistas no campo –, essas disputas são expressões ou lutas sociais e políticas por um lugar e pelo direito de ser e existir.

A lógica de extração, combinada com a especulação, são as principais características das agroestratégias em curso no Brasil, as quais se materializam através da negação de direitos territoriais de povos e comunidades que ocupam e vivem no campo. A presença destas populações e suas lutas por reconhecimento e respeito a direitos são percebidas e anunciadas como empecilhos ao progresso e ao desenvolvimento.

Ainda segundo Sauer (2013, p.185), “do ponto de vista teórico, portanto, é fundamental rejeitar a noção de comunidade tradicional como grupo sociocultural em oposição à noção de progresso e de desenvolvimento. O enfrentamento dessa nova agroestratégia deve

ser pautado por visões que não restrinjam a terra a sua dimensão econômica produtiva, mas a tomem como território, espaço de ser e existir”.

Segundo Oliveira (2001, p. 185), a história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social. Para este autor, a compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parte do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua conseqüente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. O capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente o trabalho assalariado no campo e, por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa.

Para Oliveira, “o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele. Assim, é em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas”.

Ao discutir a ressignificação para a reforma agrária no Brasil, Carvalho (2013) propõe que o processo de reforma agrária deva ser considerado num âmbito mais geral e como parte do complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais pela terra. Não só a terra para produzir e dela se usufruir, mas a Terra como totalidade planetária, ou, resumidamente, no âmbito das lutas pela Terra.

Isso pressuporá que as lutas sociais e políticas pela reforma agrária a serem desencadeadas pelos trabalhadores rurais sem-terra (assalariados rurais, arrendatários, posseiros, parceiros, foreiros, camponeses com pouca terra...) devam ser organicamente articuladas com as lutas dos povos indígenas, dos extrativistas, dos quilombolas, dos ambientalistas, dos atingidos por grandes obras de infraestrutura, das mulheres e dos ambientalistas. E articuladas com as lutas populares urbanas (Carvalho, 2013, p. 133).

Não será suficiente a articulação política entre os movimentos e organizações sociais e sindicais populares do campo e da cidade para romper com a hegemonia capitalista e, em particular, alterar a estrutura fundiária do país se esses movimentos e organizações não forem portadores de uma nova concepção de sociedade para o campo e, como sugestão, não contemplem nas suas concepções a possibilidade de uma “reapropriação social da natureza” capaz não apenas de negar a apropriação privada da natureza pelo capital, mas de instaurar o poder popular para a reinvenção e emancipação das multiterritorialidades rurais (Carvalho, 2013, p. 140).

Assim, à luz da questão agrária, podemos pensar que o modo de vida das comunidades de Fundo de Pasto é uma forma de “reapropriação social da natureza”, mais

especificamente, uma reapropriação social dos Biomas Caatinga e Cerrado, onde estas comunidades construíram uma relação com a natureza que é a base dos seus modos de vida, da produção de sua sobrevivência e da sua cultura.

Também, que as suas lutas sociais e políticas devem estar organicamente articuladas com as lutas dos trabalhadores rurais sem-terra, dos povos indígenas, dos extrativistas, dos quilombolas, dos ambientalistas, dos atingidos por grandes obras de infraestrutura, das mulheres, dos ambientalistas e das lutas populares urbanas, na perspectiva de construir uma nova concepção de sociedade para o campo e para as cidades.

#### ❖ **O direito à autodeterminação e ao reconhecimento**

As comunidades de Fundo de Pasto estão inseridas em um contexto de mobilização e lutas protagonizadas por diversos povos e comunidades tradicionais, no Brasil e em todo o planeta, pelo reconhecimento de direitos, valorização dos seus modos de vida, defesa dos seus territórios tradicionalmente ocupados, visibilidade política e acesso às políticas públicas.

No Brasil, além das comunidades de fundo e fecho de pasto, podemos citar os povos indígenas, povos quilombolas, povos de terreiro, povos ciganos, ribeirinhos, geraizeiros, extrativistas, pescadores artesanais, marisqueiras, caiçaras, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, pantaneiros, pomeranos, catadores de mangada, catadores de sempre viva, retireiros do Araguaia, dentre outros que ainda continuam invisíveis nesse imenso país.

Para compreender o direito das comunidades de Fundo de Pasto à autodeterminação, ao reconhecimento e ao território tradicionalmente ocupado é importante conhecer alguns instrumentos jurídicos nacionais e internacionais que reconhecem os povos e comunidades tradicionais enquanto sujeitos portadores de direitos individuais e coletivos.

Assim, destaco a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais; o Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, que aprova o texto da Convenção nº 169 e garante a sua ratificação pelo Brasil; a Constituição baiana de 1989; e decretos federais e estaduais instituindo as Políticas Nacional e Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, respectivamente.

#### **Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**

Shiraishi Neto (2007: p. 36), analisando a importância para os povos e comunidades tradicionais das declarações e convenções internacionais no interior do sistema jurídico brasileiro, diz que “enquanto as Declarações servem como “princípios jurídicos” que orientam

instrumentos e ações, as Convenções, por serem Tratados, geram obrigações, vinculando os países na ordem internacional e impondo sanções em caso de descumprimento das normas acordadas”.

Ainda, segundo este mesmo autor:

Sobre a Convenção n.º 169 da OIT é importante afirmar que além de ser um Tratado, contém uma especificidade por se tratar de matéria relacionada aos direitos dos “povos indígenas ou tribais”, tidos como fundamentais. O entendimento de que o direito dos povos indígenas e tribais é direito fundamental tem consequências importantes, entre as quais a sua aplicação imediata (§ 1.º do Art. 5.º), não sendo necessários nenhum dispositivo que o regulamente. É o § 2., do art. 5.º, da Constituição Federal de 1988, que garante a possibilidade de recepção dos direitos enunciados nesses dispositivos, conferindo aos Tratados que versam sobre questões relacionadas aos direitos fundamentais, em particular, natureza hierárquica de norma constitucional e de aplicação imediata (Shiraishi Neto, 2007: p. 40-41).

Adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989, a Convenção n.º 169 entrou em vigor em 1991 após ter sido ratificada por dois Estados membros. No Brasil, o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção através do Decreto Legislativo nº 143<sup>21</sup>, de 20 de junho de 2002, entrando em vigor no país um ano depois, em 2003.

No seu artigo 1º, item 1, define que a Convenção 169 aplica-se a: a) povos tribais em países independentes cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais; b) povos em países independentes considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que viviam no país ou região geográfica na qual o país estava inserido no momento da sua conquista ou colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, independente de sua condição jurídica, mantêm algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou todas elas.

Ainda, no artigo 1º, item 2, define que a autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção.

A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça. Este é um item importantíssimo, pois é a chave

---

<sup>21</sup> <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>, acesso em 25/12/2016.



para fundamentar a interpretação jurídica da aplicação da Convenção nº 169 para os povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Cito aqui a interpretação dada por Shiraishi Neto (2007: p. 45-46):

Para a Convenção, o critério de distinção dos sujeitos é o da consciência, ou seja, da auto-definição. Em outras palavras, é o que o sujeito diz de si mesmo, em relação ao grupo ao qual pertence.

No Brasil, não há “povos tribais” no sentido estrito em que há em outros países, mas existem grupos sociais distintos que vivem na sociedade e essa distintividade é que aproxima da noção de “povos tribais”. O significado de “tribal” aqui deve ser considerado “lato sensu”, envolvendo todos os grupos sociais de forma indistinta: seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto, dentre outros grupos.

Desde que os grupos sociais autodesignados como povos e comunidades tradicionais se definam enquanto tal devem ser “amparados” pela Convenção. A Convenção não define a priori quem são esses “povos indígenas e tribais”, apenas oferece instrumentos para que o próprio sujeito se auto-defina, como o da “consciência de sua identidade”.

Neste caso, a Convenção n.º 169 faz acertadamente, pois se definisse de antemão, excluiria uma infinidade de povos e comunidades tradicionais desse dispositivo. No caso, compete a cada país a decisão sobre quais grupos sociais recai a aplicação dessa Convenção.

Assim, é importante esta interpretação da Convenção nº 169 da OIT, pois a partir dela foram elaborados os normativos legais que instituíram as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades no Brasil e no estado da Bahia. A aplicação efetiva desta convenção, juntamente com o que estabelece a Constituição brasileira, cria as possibilidades para o avanço efetivo no reconhecimento e regularização fundiária dos territórios das comunidades.

### **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Seguindo esta interpretação da aplicabilidade da Convenção nº 169 para os povos e comunidades tradicionais do Brasil, o presidente Lula assinou o decreto nº 6.040<sup>22</sup>, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme segue:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.

---

<sup>22</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm), acesso em 15/07/2016. No anexo do referido decreto estabelece os princípios, os objetivos e os instrumentos de implementação da PNPCT. Para leitura do decreto e seu anexo na íntegra consultar os anexos desta publicação.

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

Neste movimento, os Fundos de Pasto ganham força e evidência nacional, ao ponto de serem reconhecidos e conquistam uma vaga na composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT. Esta é uma conquista importante, pois uma organização social típica do Semiárido baiano consegue projeção nacional ao ponto de estar inserida em um importante espaço de debate, construção e controle social de políticas públicas.

### **Constituição do Estado da Bahia**

Na Bahia, de acordo com a Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto (2004: p. 3) a luta em defesa da preservação dos Fundos de Pasto, sobretudo da manutenção da posse e direito de uso da terra, remonta à década de 1970, e nos anos 80 transformou-se em um dos elementos mais expressivos da questão fundiária no estado, a ponto de ter sido objeto de uma emenda popular apresentada à constituinte estadual de 1988, resultando no artigo 178 da Constituição do Estado<sup>23</sup> que reitera:

Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio.

<sup>23</sup> <http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=73273>, acesso em 25/12/2016.

## Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Seguindo a mesma linha política do governo federal, durante o governo de Jaques Wagner, também se avançou para a elaboração de uma Política estadual, instituindo primeiramente através do decreto nº 13.247<sup>24</sup>, de 30 de agosto de 2011, a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais – CESPCT, como “instância deliberativa, com a finalidade de coordenar a elaboração e implementação da Política e do Plano Estadual de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado da Bahia”.

Posteriormente, o decreto nº 15.634<sup>25</sup>, de 06 de novembro de 2014, institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, altera o Decreto nº 13.247, de 30 de agosto de 2011, e dá outras providências. Assim, “O vice-governador, no exercício do cargo de governador do Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 105, inciso V, da Constituição Estadual e, tendo em vista o que reza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, o disposto pelo Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, e o Decreto no 13.247, de 30 de agosto de 2011”, decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PEDSPCT, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, culturais e educacionais, com respeito e valorização a sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Art. 2º - Compete à Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais - CESPCT coordenar a elaboração e a implementação da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PEDSPCT e do Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º - Para os fins da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PEDSPCT, compreende-se por:

I - povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados, tais como povos indígenas, povos ciganos, povos de terreiro, comunidades quilombolas, geraizeiros, marisqueiras, **comunidades de fundos e fechos de pasto**<sup>26</sup>, pescadores artesanais, extrativistas que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionais, de forma permanente ou temporária, tendo como referência sua ancestralidade e reconhecendo-se a partir de seu pertencimento baseado na identidade étnica e na autodefinição, que conservam suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, línguas específicas e relação coletiva com o meio ambiente, que são determinantes na preservação e manutenção de seu patrimônio material e imaterial,

<sup>24</sup> <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/c.pdf>, acesso em 15/07/2016.

<sup>25</sup> <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/1/decretonovo.pdf>, acesso em 15/07/2016. No decreto estabelece os princípios, os objetivos específicos e os instrumentos de implementação da PEDSPCT. Para leitura do decreto na íntegra consultar os anexos desta publicação.

<sup>26</sup> Grifo nosso.

através da sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando práticas, inovações e conhecimentos gerados e transmitidos pela tradição;

II - territórios tradicionalmente ocupados: os espaços necessários à vivência de práticas comunitárias e ancestrais e à reprodução cultural, social e econômica dos Povos e Comunidades Tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, que estejam ou tenham estado na posse desses Povos e Comunidades;

III - desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: promoção da melhoria da qualidade de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais para as gerações atuais e futuras, considerando seus direitos territoriais, a equidade social, a conservação ambiental, a valorização cultural e ancestral e o desenvolvimento econômico, respeitando as suas identidades, modos de vida, tradições, formas de produção, organizações tradicionais, bem como as suas instituições, em conformidade com as suas respectivas especificidades;

IV - regularização fundiária dos Povos e Comunidades Tradicionais: legalização da propriedade ou posse de territórios tradicionalmente ocupados e utilizados pelos Povos e Comunidades Tradicionais, necessários a sua reprodução cultural, social e econômica, segundo seus usos, costumes e tradições, imprescindíveis à conservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e à efetivação da função socioambiental da propriedade.

No referido decreto estabelece os princípios, os objetivos específicos e os instrumentos de implementação da PEDSPCT. Para conhecimento da íntegra do decreto consultar os anexos desta publicação. No entanto, destaco aqui os seus objetivos específicos:

Art. 5º - São objetivos específicos da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PEDSPCT:

I - promover os meios para garantir aos Povos e Comunidades Tradicionais os seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural, econômica e ancestral, mediante a regularização fundiária, na forma da lei;

II - estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, garantindo a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais no processo de criação, implantação e gestão, observados os limites de competência dos demais entes federativos;

III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e ambientais das demandas específicas dos Povos e Comunidades Tradicionais;

IV - garantir os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos, sugerindo ações responsáveis dos empreendedores e dos setores governamentais nas atividades de licenciamento, fiscalização e acompanhamento do cumprimento das condicionantes socioambientais, objetivando a compensação, mitigação, e indenização dos danos físicos, ambientais e socioeconômicos eventualmente causados aos povos e comunidades tradicionais;

V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, respeitando a participação e o controle social dos sujeitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nos processos educativos formais e não-formais, assegurando, inclusive, o cumprimento da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008<sup>27</sup>;

---

<sup>27</sup> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

VI - reconhecer, com celeridade, a autoidentificação dos Povos e Comunidades Tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;

VII - promover estratégias de identificação, localização e caracterização socioeconômica e demográfica, que assegurem o reconhecimento da sociodiversidade e o planejamento por parte do poder público, resguardando os direitos territoriais, sociais, culturais, ancestrais e econômicos dos Povos e Comunidades Tradicionais;

VIII - garantir aos Povos e Comunidades Tradicionais o acesso a serviços de saúde de qualidade e adequados as suas características socioculturais, suas necessidades e demandas, respeitando e estimulando práticas da medicina tradicional e fitoterápica;

IX - propor às instâncias competentes a adequação do sistema público previdenciário às especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais, no que diz respeito as suas atividades ocupacionais e as doenças decorrentes destas atividades;

X - propor às instâncias competentes uma política pública de saúde, voltada aos Povos e Comunidades Tradicionais;

XI - articular ações necessárias para possibilitar aos Povos e Comunidades Tradicionais o acesso às políticas públicas sociais federal, estadual e municipais;

XII - indicar que, nos programas de inclusão social, haja recortes diferenciados voltados especificamente para os Povos e Comunidades Tradicionais;

XIII - implementar e fortalecer programas e ações voltados às dimensões de gênero junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, notadamente quanto à participação feminina nas ações governamentais, difundindo e valorizando a importância histórica das mulheres, sempre em consonância com a experiência cultural de cada grupo ou comunidade;

XIV - garantir aos Povos e Comunidades Tradicionais o acesso e a capacitação para a gestão dos recursos financeiros provenientes de órgãos governamentais, propondo a adequação dos instrumentos e mecanismos de acesso a esses recursos;

XV - assegurar aos povos e comunidades tradicionais, a proteção e o pleno exercício dos seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito, nas situações de ameaça a sua integridade física e cultural e nos processos de incriminação de lideranças na defesa dos interesses coletivos;

XVI - reconhecer, proteger e promover os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais, sem prejuízo do acesso a inovações e práticas relevantes que contribuam para a conservação da biodiversidade e utilização sustentável de seus componentes;

XVII - apoiar e garantir o processo de formalização institucional dos Povos e Comunidades Tradicionais, quando solicitado, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais;

XVIII - promover a permanência de Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios, mediante celeridade nos processos administrativos de regularização fundiária, ações de geração de trabalho e renda e de outros incentivos para conter a migração sazonal ou definitiva;

XIX - apoiar e garantir ações de sustentabilidade socioeconômica e produtiva, com promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando as potencialidades e limites de biomas e ecossistemas, as formas de organização dos povos e comunidades tradicionais, valorizando recursos naturais locais, práticas, saberes e tecnologias tradicionais;

XX - garantir aos Povos e Comunidades Tradicionais a participação na formulação e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento que os impactem direta ou indiretamente.

### **Lei Estadual Nº 12.910, de 11 de outubro de 2013**

De acordo com a lei nº 12.910, de 11 de outubro de 2013, Art. 2º - § 1º - Compete ao Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - Sepromi, declarar a existência da Comunidade de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, mediante certificação de reconhecimento expedida após regular processo administrativo, dela cientificando a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Para os fins desta Lei, são consideradas Comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos aquelas certificadas pela Sepromi, mediante autodefinição da comunidade, a qual caberá indicar a área ocupada, observando-se os critérios previstos.

Conforme previsto na referida lei, em 31 de março de 2014 a Sepromi publicou a portaria nº 007, que institui o Cadastro das Comunidades de Fundos de Pasto e Fechos de Pasto do Estado da Bahia. No âmbito da Sepromi, compete à Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais - CPCT a execução dos procedimentos de que trata esta Portaria.

Ainda segundo a portaria nº 007, Art. 4º, a certidão de reconhecimento das Comunidades de Fundos de Pasto e Fechos de Pasto é condição para celebração do contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) destas comunidades em terras públicas estaduais, rurais e devolutas.

Apesar de todo esse aparato jurídico em favor dos povos e comunidades tradicionais, e particularmente das comunidades de Fundo de Pasto, muitos desafios ainda estão colocados para a garantia e efetivação dos seus direitos, em especial a garantia dos direitos de propriedade e posse de suas terras (territórios) tradicionalmente ocupadas como estabelece a Convenção nº 169 da OIT, que vamos discutir em seguida.

#### **❖ O direito ao território tradicionalmente ocupado**

Para discutirmos o direito ao território tradicionalmente ocupado das comunidades de Fundo de Pasto é importante analisarmos os marcos institucionais que dão a base jurídica para tal. Desta forma, é fundamental retomarmos a Convenção nº 169 da OIT, na sua Parte II – Terra:

##### **ARTIGO 13**

1. Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.
2. O uso do termo terras nos artigos 15 e 16 incluirá o conceito de territórios, que abrange todo o ambiente das áreas que esses povos ocupam ou usam para outros fins.



## ARTIGO 14

1. **Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos**<sup>28</sup>. Além disso, quando justificado, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência. Nesse contexto, a situação de povos nômades e agricultores itinerantes deverá ser objeto de uma atenção particular.

2. **Os governos tomarão as medidas necessárias para identificar terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados e garantir a efetiva proteção de seus direitos de propriedade e posse**<sup>29</sup>.

3. Procedimentos adequados deverão ser estabelecidos no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar controvérsias decorrentes de reivindicações por terras apresentadas pelos povos interessados.

## ARTIGO 15

1. O direito dos povos interessados aos recursos naturais existentes em suas terras deverá gozar de salvaguardas especiais. Esses direitos incluem o direito desses povos de participar da utilização, administração e conservação desses recursos.

2. Em situações nas quais o Estado retém a propriedade dos minerais ou dos recursos do subsolo ou direitos a outros recursos existentes nas terras, os governos estabelecerão ou manterão procedimentos pelos quais consultarão estes povos para determinar se seus interesses seriam prejudicados, e em que medida, antes de executar ou autorizar qualquer programa de exploração desses recursos existentes em suas terras. Sempre que for possível, os povos participarão dos benefícios proporcionados por essas atividades e receberão indenização justa por qualquer dano que sofram em decorrência dessas atividades.

## ARTIGO 16

1. Sujeito ao disposto nos próximos parágrafos do presente artigo, os povos interessados não deverão ser retirados das terras que ocupam.

2. Quando a retirada e o reassentamento desses povos forem considerados necessários como uma medida excepcional, eles só serão realizados com seu livre consentimento e conhecimento. Não sendo possível obter seu consentimento, essa transferência só será realizada após a conclusão dos procedimentos adequados previstos na lei nacional, inclusive após consultas públicas, conforme o caso, nas quais os povos interessados tenham oportunidades de ser efetivamente representados.

3. Sempre que possível, esses povos terão o direito de retornar às suas terras tradicionais tão logo deixem de existir as razões que fundamentaram sua transferência.

4. Quando esse retorno não for possível, como definido em acordo ou, na falta de um acordo, por meio de procedimentos adequados, esses povos deverão receber, sempre que possível, terras de qualidade e situação jurídica pelo menos iguais às das terras que ocupavam anteriormente e que possam satisfazer suas necessidades presentes e garantir seu desenvolvimento futuro. Quando os povos interessados manifestarem preferência por receber uma indenização em dinheiro ou espécie, essa indenização deverá ser adequadamente garantida.

5. Pessoas transferidas de uma terra para outra deverão ser plenamente indenizadas por qualquer perda ou dano.

---

<sup>28</sup> Grifo nosso.

<sup>29</sup> Idem.

## ARTIGO 17

1. Procedimentos estabelecidos pelos povos interessados para a transmissão de direitos sobre a terra entre seus membros deverão ser respeitados.
2. Os povos interessados deverão ser sempre consultados ao se considerar sua capacidade de alienar suas terras ou de outra maneira transmitir seus direitos fora de suas comunidades.
3. Deverão ser tomadas medidas para impedir que pessoas alheias a esses povos tirem proveito de seus costumes ou do desconhecimento das leis por parte de seus membros para assumir a propriedade, posse ou uso de terras que lhes pertencam.

## ARTIGO 18

Sanções adequadas devem ser estabelecidas em lei contra a intrusão ou uso não autorizado de terras dos povos interessados e os governos tomarão medidas para impedir a ocorrência de delitos dessa natureza.

## ARTIGO 19

Os programas agrários nacionais garantirão aos povos interessados o mesmo tratamento concedido aos demais segmentos da população por meio das seguintes medidas:

- a) disponibilizando mais terras a esses povos quando as áreas que ocupam não forem suficientes para lhes garantir meios essenciais para uma existência normal ou acomodar seu crescimento demográfico;
- b) disponibilizando os meios necessários para promover o desenvolvimento das terras que esses povos já possuem.

Essa parte da Convenção nº 169 da OIT que trata sobre a questão dos direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos é importantíssima e é ela que fundamenta, como já citado anteriormente, o decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). No anexo do decreto, dos objetivos específicos, Art. 3º, são objetivos específicos da PNPCT:

- I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

Neste mesmo sentido, o decreto nº 15.634, de 06 de novembro de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PEDSPCT), cita explicitamente que está baseado o que reza a Convenção nº 169 da OIT. Assim, no seu Art. 5º, são objetivos específicos da PEDSPCT:

- I - promover os meios para garantir aos Povos e Comunidades Tradicionais os seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural, econômica e ancestral, mediante a regularização fundiária, na forma da lei;

(...)

- IV - garantir os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos, sugerindo ações responsáveis

dos empreendedores e dos setores governamentais nas atividades de licenciamento, fiscalização e acompanhamento do cumprimento das condicionantes socioambientais, objetivando a compensação, mitigação, e indenização dos danos físicos, ambientais e socioeconômicos eventualmente causados aos povos e comunidades tradicionais;

Neste momento, é importante também retomarmos o artigo 178 da Constituição do Estado da Bahia que trata da regularização fundiária das áreas de Fundos e Fechos de Pasto.

Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio.

Existe um debate jurídico sobre essa questão entre o governo do Estado e a assessoria jurídica da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto. Isso tem gerado controvérsias e impasses no processo de negociação da regularização fundiária das áreas das comunidades. Vou destacar alguns pontos que considero fundamentais neste processo e que precisam ser destravados para avançar na regularização fundiária e garantia dos direitos das comunidades.

Observo um flagrante descompasso, entre o que estabelece a Convenção nº 169 da OIT e a Constituição Estadual. Enquanto a Convenção 169 garante que “*os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos*”, a Constituição Estadual estabelece que “*Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso*”, e ainda define que esta concessão deverá ter um prazo.

Cabe ressaltar que a atual Constituição do Estado da Bahia foi promulgada em 05 de outubro de 1989. A Convenção nº 169 foi aprovada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em 26 de junho de 1989. Somente em 20 de junho de 2002 é que o Congresso Nacional aprova o decreto legislativo nº 143 ratificando o texto da Convenção nº 169 no Brasil, entrando a mesma em vigor no país um ano após a sua ratificação. Ou seja, a Convenção nº 169 entrou em vigor no Brasil apenas a partir de junho de 2003.

Este descompasso de tempo é importante para entendermos as diferenças entre os dois dispositivos legais, pois a Constituição estadual não atende aos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Bahia ao não garantir o direito de propriedade e posse dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades. Isso tem gerado um impasse no

processo de regularização fundiária das áreas coletivas das comunidades e nas negociações da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto com o governo do Estado.

Até o ano de 2006 o governo do Estado emitiu 104 títulos de domínio de propriedade das áreas coletivas para as comunidades de Fundo de Pasto. No entanto, houve uma determinação da Procuradoria Geral do Estado, com base no artigo 178 da Constituição Estadual, que suspendeu a imissão dos títulos de domínio de propriedade e recomendou instituição de uma nova lei regulamentando o processo de regularização fundiária das áreas através de contratos de concessão de uso.

Desta forma, foi instituída a lei nº 12.910 de 11 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências:

Art. 2º - Fica autorizada a concessão de direito real de uso das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente, de forma coletiva, pelas comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, com vistas à manutenção de sua reprodução física, social e cultural, segundo critérios de autodefinição, e em que sejam observadas, simultaneamente, as seguintes características (...);

Art. 3º - O contrato de concessão de direito real de uso da área será celebrado por instrumento público com associação comunitária, integrada por todos os seus reais ocupantes, e gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

§ 1º - O contrato terá duração de 90 (noventa) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

**§ 2º - Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018<sup>30</sup>.**

Art. 4º - Compete ao Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI, a identificação, demarcação e regularização das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas pelas comunidades de que cuida esta Lei.

(...)

Art. 8º - Não serão objeto de emissão de título de domínio nem de celebração de contrato de concessão de direito real de uso, previstos nesta Lei, as terras de domínio particular, cujos titulares apresentem títulos de propriedade em conformidade com o disposto nas legislações estadual e federal.

Com a lei de regulamentação da Constituição, o governo do Estado fica proibido de imitar títulos de domínio de propriedade para as associações comunitárias, devendo ser o instrumento de regularização fundiária o contrato de concessão de direito real de uso. Mesmo discordando que o contrato de concessão não seria o melhor instrumento para a regularização

---

<sup>30</sup> Grifo nosso.

fundiária das comunidades, no processo de negociação com o governo, a Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto aceitou discutir os termos do contrato.

Este processo tem sido conflituoso e lento. No momento da elaboração desse texto, a minuta do contrato estava em análise na Procuradoria Geral do Estado (PGE) e não existia acordo sobre os termos do contrato entre a Articulação Estadual e o governo. Durante o Seminário Estadual das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto realizado em novembro de 2016 em Correntina, foi aprovada uma posição contrária à celebração dos contratos de concessão de direito real de uso e favorável a celebração de contratos de título de domínio das terras.

Cabe ressaltar que, para o governo possa imitar os títulos de domínio será necessário fazer uma emenda alterando a Constituição Estadual, o que precisa da aprovação de dois terços dos deputados estaduais. Este é um tema polêmico, pois tem posições contrárias e a favor da mudança. E ainda há aqueles que mesmo sendo a favor da alteração, teme que se for apresentar uma emenda à Constituição na Assembleia Legislativa, com a correlação de forças e o perfil dos deputados estaduais, corre o risco de além de não aprovar, piorar a situação.

Sou favorável à alteração da Constituição Estadual para que as comunidades garantam os seus direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas, conforme estabelece a Convenção nº 169 da OIT e as Políticas Nacional e Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Para o objetivo desta publicação, não cabe a este pesquisador opinar se este é o melhor momento para encaminhar o projeto de lei de emenda à Constituição para fazer a alteração. Esta é uma decisão que será tomada em fórum político das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto de forma autônoma e soberana. Também depende da luta política e da negociação com o governo do Estado e com os deputados estaduais.

Com relação ao parágrafo 2º do artigo 3º da lei nº 12.910/2013, que estabelece que “os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018”, entendo que este corte temporal viola os direitos de autodeterminação e auto reconhecimento das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, conforme estabelece os dispositivos legais citados anteriormente. Independente do prazo, é um direito dos povos e comunidades tradicionais reivindicarem o seu auto reconhecimento e a regularização de seus territórios tradicionalmente ocupados.

Sendo assim, entendo que, “independente ou junto à” discussão da alteração do Art. 178 da Constituição Estadual, esta é outra luta que as comunidades terão que travar para excluir

este parágrafo 2º do artigo 3º da lei nº 12.910/2013. Por ser uma lei ordinária, que para ser alterada basta uma maioria simples na Assembleia Legislativa, entendo que é mais fácil de ser alterada. No entanto, para que alcance sucesso nesta reivindicação será necessário fazer um grande trabalho de convencimento, negociação e pressão política sobre o governo do estado para que o mesmo encaminhe a proposta de alteração da lei para a Assembleia. Como sempre, a conquista e garantia de direitos acontecem via ações sociais coletivas e muita mobilização política.

Concluindo este ponto, observo que, apesar dos avanços em termo de marcos legais e a institucionalização das políticas públicas que os povos e comunidades tradicionais conquistaram com muita luta política no último período, quando se trata de resolver a regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades, especialmente no sentido de garantir a posse e a propriedade sobre as terras para as comunidades, esta questão trava nos marcos jurídicos estabelecidos pelo Estado burguês, que está organizado para atender os interesses das classes dominantes, onde a propriedade privada da terra é um pilar de sustentação da sociedade de classes que vivemos.

Desta forma, cabe às comunidades fortalecer cada vez mais a mobilização social e a luta política para pressionar o Estado da Bahia, incluindo o executivo, o legislativo e o judiciário, para que estes se movam no sentido de promover os ajustes na legislação e nos procedimentos burocráticos para garantir e acelerar o processo de regularização fundiária das comunidades, tendo em vista o acelerado e violento avanço do capital para ocupar, expropriar, grilar e tomar as terras dos povos e comunidades tradicionais, conforme discutimos.

#### ❖ **Orientações aos coordenadores para o segundo Círculo de Cultura**

A forma de organizar o Círculo fica a critério de cada um. O importante é criar um ambiente agradável e confortável que favoreça o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal. Este é um momento especial para dialogar com a cultura e com o patrimônio histórico, artístico e cultural da comunidade e do povo sertanejo. Trazer elementos da cultura popular para o Círculo faz deste um momento muito rico de celebração da vida, da comunhão, da partilha, das lutas e da esperança de um mundo melhor.

Portando, a criatividade e um bom planejamento dos detalhes da organização do Círculo faz uma boa diferença. Entre tantas outras formas de animação, de mística e integração utilizadas pelos movimentos sociais populares, podemos citar as canções, poesias, danças, místicas, teatro, dinâmica de grupo, vídeos, fotografias, palavras de ordem, orações, etc. Enfim,

vai utilizando os elementos ao longo dos trabalhos conforme o momento, a conveniência e o tema a ser discutido.

A partir dos princípios e orientações sobre o método já apresentados no item ‘A organização do Círculo de Cultura nas comunidades’, na página ??, como também, da experiência e da avaliação do primeiro Círculo, os coordenadores devem buscar aprender com a prática, corrigir possíveis dificuldades e aprimorar a condução dos trabalhos.

Novamente, deve garantir que os/as participantes estejam acomodados em formato de um círculo, para que todos/as possam se enxergar e para criar as condições para que participem em situação de igualdade. Como é possível que tenha novos participantes e para relembrar os objetivos da reunião, no início da conversa é fundamental explicar novamente o que é o Círculo de Cultura, seus princípios, metodologia de trabalho e por que esta reunião está sendo conduzida com essa metodologia. É importante que os participantes tenham consciência de onde eles estão, de quem eles estão participando e o que vai acontecer neste dia e nos próximos círculos. Assim, devem ficar bem claro os motivos e objetivos da reunião.

Deve-se explicar que a reflexão sobre a soberania alimentar está acontecendo em cinco Círculos de Cultura e que é importante que as pessoas participem de todos, para que o trabalho cumpra os seus objetivos de refletir sobre a realidade e analisar os problemas, mas também, apontar os caminhos e organizar ações coletivas para superá-los na busca de transformar a realidade analisada.

Também, é importante relembrar o que aconteceu no círculo anterior para começar a aquecer a mente do pessoal, recuperar as discussões já realizadas, reforçando as principais questões e os conceitos de direito humano à alimentação adequada e saudável, de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar. Provocar inicialmente que os próprios participantes falem sobre os que eles lembram. O coordenador pode relembrar os temas geradores, mas é interessante que no primeiro momento faça o papel de provocador e de instigar a memória do pessoal. Somente depois das falas é que deve trazer para o círculo de forma sistematizada os conceitos acima citados. Pode até escrever numa cartolina ou outro papel e pregar na parede para facilitar a visualização e memorização.

Feita essa parte introdutória, mas fundamental, deve-se iniciar as reflexões a partir das perguntas geradoras formuladas com base nos temas geradores que se pretende discutir. Cabe ressaltar que este é um assunto bastante amplo e complexo. Como é um tema que vai tratar de instrumentos legais (convenções, leis e portarias), o coordenador deverá fazer a reflexão a partir dos conhecimentos dos participantes, mas também trazer de forma sistematizada e sintética o conteúdo destes instrumentos legais de garantia dos direitos das



comunidades. É um bom desafio para articular o conhecimento popular com o conhecimento jurídico e transformar este momento é um rico espaço de formação dos participantes.

Desta forma, deve planejar e controlar bem o uso de tempo para poder debater todas as perguntas geradoras, apresentar o conteúdo programático e que ao final tenha tempo para pensar e construir as ações coletivas para atuar sobre os problemas.

Sendo assim, listo uma série de perguntas geradoras abaixo para orientar o planejamento e organização do Círculo de cultura pelo coordenador. Faço a sugestão de iniciar as discussões a partir da realidade local, dos conflitos e ameaças que afetam a comunidade, buscando identificar as causas e os agentes externos provocadores destas ameaças, com as seguintes perguntas:

- ✓ Quais os principais conflitos e ameaças à comunidade e ao seu território?
- ✓ O quê a comunidade precisar fazer para se defender destas ameaças e resolver os conflitos?

Após a primeira rodada de diálogo, trazer a discussão sobre o significado de povos e comunidades tradicionais, o direito ao reconhecimento e à autodeterminação e os instrumentos legais para a garantia destes direitos, com as seguintes perguntas:

- ✓ O que são os povos e comunidades tradicionais?
- ✓ O quê significa o direito ao reconhecimento e à autodeterminação das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto?
- ✓ Quais os instrumentos legais que garantem este direito e o que eles dizem?
- ✓ O que significa a certificação das comunidades de Fundo de Pasto?

Provocar o grupo sobre estes temas, dando um tempo para o pessoal pensar e formular a sua própria ideia. Estimular o diálogo e após as falas dos participantes, apresentar os instrumentos legais, os conceitos e conteúdos de forma sistematizada e sintética. Pode-se utilizar de cartazes, imagens, vídeos e outros instrumentos didáticos como forma de apoio e enriquecer a discussão. Após isso, abrir novamente o diálogo com o grupo para concluir esta etapa das discussões.

Não queira ter a pretensão de querer esgotar o debate sobre todas as questões, pois poderia tomar um círculo todo somente com estas perguntas. O importante é o pessoal conhecer os principais conceitos e instrumentos legais de garantia dos seus direitos, fazendo-os refletir sobre eles. Isso vale também para as próximas perguntas.

Assim, o próximo passo é refletir sobre o conceito de território das comunidades de Fundo de Pasto, pensando-o para além do termo muito conhecido e usado pela comunidade que é a “terra” enquanto espaço físico. Também, refletir sobre os instrumentos legais de garantia do

direito das comunidades de Fundo de Pasto às suas terras e ao território tradicionalmente ocupado. Assim, sugiro as seguintes perguntas geradoras:

- ✓ O que é o território tradicionalmente ocupado?
- ✓ Quais os instrumentos legais que garantem do direito das comunidades de Fundo de Pasto ao território tradicionalmente ocupado?
- ✓ O quê estes instrumentos dizem?

Conforme a orientação anterior, dar um tempo para o pessoal pensar e formular a sua própria ideia. Estimular o diálogo e após as falas dos participantes, apresentar os instrumentos legais, os conceitos e conteúdos de forma sistematizada e sintética. Pode-se utilizar de cartazes, imagens, vídeos e outros instrumentos didáticos como forma de apoio e enriquecer a discussão. Após isso, abrir novamente o diálogo com o grupo para concluir esta etapa das discussões.

Por fim, discutir a situação da regularização fundiária da comunidade e as ações coletivas para garantir o seu direito de reconhecimento como comunidade tradicional de Fundo de Pasto e garantir a posse e a regularização fundiária do seu território. Sugiro as seguintes perguntas:

- ✓ Qual a situação da regularização fundiária das áreas coletivas e individuais da comunidade?
- ✓ O quê a comunidade precisa fazer para garantir o seu direito de reconhecimento como comunidade tradicional de Fundo de Pasto e garantir a posse e a regularização fundiária do seu território?
- ✓ Quais ações coletivas a comunidade precisa organizar para fortalecer a sua luta?
- ✓ Como colocar em prática?
- ✓ Quais parceiros e aliados a comunidade deve buscar apoio?

Nesta etapa final o grupo como um todo, mas principalmente o coordenador, deve ter a preocupação de registrar e organizar as propostas das ações coletivas para resolver os problemas levantados e encaminhar a luta da comunidade, pois o objetivo do Círculo de Cultura é promover a reflexão e a organização de ações coletivas para transformar a realidade.

Para finalizar, o coordenador deve fazer uma avaliação do trabalho do dia, combinar a data do próximo Círculo de Cultura, explicar qual será o assunto, se o pessoal tiver esta publicação impressa, recomendar a leitura prévia e por fim fazer o encerramento de forma a fortalecer os laços de comunhão, amor ao próximo, solidariedade, partilha e esperança.

É importante ressaltar novamente que este é uma sugestão de roteiro com base no material elaborado, ficando livre para cada coordenador adaptar a condução dos trabalhos

conforme o seu perfil e a realidade de cada comunidade. Independente de que caminho tomar, o fundamental é que o coordenador se prepare bem para a condução do círculo e esteja sempre alerta que o seu papel é de mediar discussões e garantir o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal.

Também, sem prejudicar a participação de todos/as, é importante que o coordenador fique atento ao tempo estabelecido em acordo com o grupo no início da reunião. No seu planejamento, deve-se já prever o tempo que vai precisar para cumprir a programação e debater todas as perguntas geradoras. Desta forma, o controle e a distribuição equilibrada do tempo são primordiais para garantir a qualidade e o sucesso do trabalho.



## **Terceiro Círculo de Cultura**

### **Refletindo sobre os conceitos de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável**

Este terceiro Círculo de Cultura tem como objetivo refletir e compreender os significados dos conceitos de Soberania Alimentar, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Buscarei discutir e entendê-los de forma articulada e complementar. Ou seja, a luta pela conquista da soberania alimentar está articulada à luta pelo direito humano à alimentação adequada e saudável e pela garantia da segurança alimentar e nutricional.

Também, que estas lutam se dão no campo e na cidade; em diferentes espaços e arenas políticas; na construção e organização dos sistemas alimentares locais, regionais, nacionais e globais; na produção de alimentos saudáveis, na cooperação e na comercialização; na economia, educação, cultura, saúde e comunicação; na construção e controle social de políticas públicas que contribua no sentido da soberania alimentar; no combate às forças políticas e às políticas públicas contrárias à soberania alimentar, entre eles o agronegócio e os impérios alimentares das corporações globais; na construção e propaganda de um projeto contra hegemônico de sociedade, de modo de produção, de educação, de campo e cidade, e, de modo especial, da produção de alimentos saudáveis.

As comunidades tradicionais de Fundo de Pasto estão inseridas e se desenvolvem em um contexto de crise ambiental, energética, climática, econômica, social e alimentar jamais visto na história da humanidade. Estas crises têm afetado a sustentabilidade do planeta e não podem ser compreendidas de forma isolada e dissociadas da crise maior, que é a crise do modo de produção capitalista e do paradigma dominante de sociedade e ciência.

De acordo com Boff (2012), “pesam sobre ao sistema Terra e o Sistema Vida, incluindo a espécie humana, graves ameaças vindas da atividade humana descuidada e irresponsável, a ponto de destruir o frágil equilíbrio do planeta. A consequência mais perceptível é o aquecimento global, que se revela com os eventos extremos como os tsunamis, as grandes secas e as devastadoras enchentes”.

Vários problemas pesam sobre as comunidades camponesas, incluindo as de Fundo de Pasto, entre eles posso destacar: a) o domínio das corporações e do capital financeiro sobre os sistemas agroalimentares; b) a questão agrária e o acesso a terra pelos agricultores familiares camponeses, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas; c) a contaminação dos

alimentos e agroecossistemas por agrotóxicos; d) o domínio das corporações sobre as sementes e a expansão dos cultivos transgênicos, contaminando inclusive as sementes crioulas dos camponeses; e e) os efeitos da crise ambiental e das mudanças climáticas sobre as comunidades camponesas, a água, a agricultura e a produção de alimentos.

Assim, a partir da realidade da comunidade, da cultura e dos conhecimentos acumulados pelos participantes, vamos refletir sobre estas questões de forma a organizar temas geradores e um conteúdo programático para subsidiar a organização do Círculo de Cultura e contribuir com as comunidades para analisar de forma crítica a realidade que está inserida, analisando o seu agroecossistema, mas também a totalidade do contexto, na perspectiva de organizar ações coletivas transformadoras desta realidade.

### **O Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável**

De acordo o relator especial da ONU, “o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva” (ABRANDH, 2013, p. 29).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) buscou alargar o conceito de alimentação adequada, incorporando a expressão “saudável” ao termo. Assim, definiu que “a alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo da vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados” (ABRANDH, 2013, p. 29). Desta forma, ao longo do texto, vamos utilizar sempre a expressão direito humano à alimentação adequada e saudável.

No entanto, este é um dos direitos humanos e sociais mais violentados do mundo contemporâneo (Toledo, 2016, p.13). Nunca antes na história da humanidade existiu tanta gente passando fome no mundo. Estimativas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, 2015, p. 9), entre os anos 1990 e 2014, o número de pessoas subalimentadas no mundo variou entre cerca de 1 bilhão a 800 milhões de pessoas.

A despeito dos dados indicarem uma trajetória de redução da quantidade de pessoas subalimentadas, os números absolutos de seres humanos passando fome são chocantes e inaceitáveis. Para ter uma ideia desta tragédia humana, uma a cada sete pessoas passa fome no mundo atualmente. Por outro lado, a quantidade de alimentos produzida mundialmente é suficiente para garantir as necessidades diárias de energia e nutrientes para toda a população mundial.

A fome no Brasil é um problema histórico, estrutural, social e político, atingindo grandes parcelas da nossa população. O grande marco do debate sobre a fome e a alimentação no Brasil foi a publicação em 1946 por Josué de Castro do livro *Geografia da Fome* e posteriormente a publicação de *Geopolítica da Fome*, em 1951. Até hoje, Josué de Castro é o brasileiro de maior destaque neste assunto, nos deixando um grande legado com suas obras. As suas análises nas décadas de 1940 a 1960 são muito profundas e continuam atuais para o mundo e o Brasil que vivemos.

Em *Geografia da Fome*, Castro (1984) escreve que “o assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização. (...) Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais”. Assim, segundo Castro “a fome e a desnutrição não é uma ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si”.

Questionando os fatores ocultos da verdadeira conspiração de silêncio em torno do tema, denuncia que os interesses econômicos das minorias dominantes trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome. Afirma, que o problema da fome não é somente uma questão econômica e de produção de alimentos, mas que os interesses do imperialismo econômico eram antagônicos aos interesses da saúde pública:

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. E a dura verdade é que as mais das vezes esses interesses eram antagônicos (Castro, 1984).

Castro também questionou a estrutura agrária brasileira, dizendo que era “preciso enfrentar o tabu da reforma agrária — assunto proibido, escabroso, perigoso — com a mesma coragem com que enfrentamos o tabu da fome”. Ao lado da estrutura agrária, haveria outros obstáculos estruturais a vencer, como os processos de distribuição da produção agrícola com



sua rede interminável de intermediários e atravessadores. Este é um problema que perdura até hoje, ou até se agravou. A posse e propriedade da terra continuam altamente concentradas e a distribuição dos alimentos está cada vez mais monopolizada pelas grandes empresas.

Josué de Castro foi um grande pensador das questões do desenvolvimento nacional e formulou algumas conclusões por onde o problema da fome deveria ser atacado, entre elas que:

Nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado, daí a importância da meta “Alimentos para o povo”, ou seja, “a libertação da fome” (Castro, 1984).

Assim, finaliza o livro *Geografia da Fome* conclamando o país à luta contra a fome: “A vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração — como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento” (Idem).

Os dados oficiais são imprecisos, mas chegamos ao século XXI com pelo menos 30 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza e fome. Vários expoentes, entre eles Herbert de Souza, o Betinho, lutaram contra a fome e denunciaram que a mesma era produto das injustiças, da desigualdade social e da falta de políticas públicas estruturantes no país para resolver o problema. No entanto, precisou chegar à Presidência da República um nordestino que sofreu com a fome na infância e conhecia o fenômeno de perto para atacar o problema de frente. Com seu histórico discurso de posse em 1º de janeiro de 2003, o presidente Lula colocou o tema da fome e do direito humano à alimentação no centro da pauta de prioridades das políticas públicas no Brasil, conclamando o país a transformar o fim da fome em uma grande causa nacional. Assim, pronunciou:

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do país<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Discurso de posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u44275.shtml>, acesso em 10/08/2016.

Com este compromisso, em 15 de setembro de 2006 o Presidente Lula sancionou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, nº 11.346/200632, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Este tem como principal propósito a promoção, em todo o território nacional, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Em 2010, este direito foi assegurado entre os direitos sociais na Constituição Federal, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64/2010.

Como resultado de um conjunto de políticas econômicas e sociais implementadas a partir de 2003, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014<sup>33</sup>, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014 revela que o Brasil reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e subalimentação nos últimos anos. O Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu nível abaixo de 5%, o limite estatístico da medida, abaixo do qual se considera que um país superou o problema da fome (FAO, 2014, p. 6).

Os avanços no combate à fome e pobreza decorrem, na análise apresentada no Relatório da FAO, da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de 2003, com destaque ao lançamento da Estratégia Fome Zero, à recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Consea, à institucionalização da política de SAN e à implementação, de forma articulada, de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola (Idem).

Isso não quer dizer que não existe mais fome no Brasil. Ela existe e persiste nas camadas mais excluídas e oprimidas da população. A fome e a miséria é subproduto do sistema capitalista. A imoral e inaceitável concentração de renda no planeta, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, deixa milhões completamente excluídas sem sequer o direito à alimentação adequada atendido. Em sociedades desiguais como o Brasil, sempre vai haver uma parcela da população na situação de fome e miséria.

A forte concentração de terra, da renda e riqueza e a hegemonia do modelo do agronegócio no campo trazem uma série de contradições que perpetuam a estrutural desigualdade social e exclusão de um contingente enorme da população camponesa. Também por isso, os povos e comunidades tradicionais continuam a representar ampla parcela da população mais pobre e socialmente mais vulneráveis do país.

---

<sup>32</sup> Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm), acesso em 10/08/2016.

<sup>33</sup> <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>, acesso em 10/08/2016.

Por isso, é fundamental o debate sobre a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável<sup>34</sup>, a segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar dos povos do campo e da cidade, das comunidades, municípios, estados e da nação, e neste caso em especial, das Comunidades de Fundo de Pasto.

### **A Segurança Alimentar e Nutricional**

Embora o Brasil tenha saído do Mapa Mundial da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014<sup>35</sup> e dos consideráveis avanços das políticas econômicas e sociais implementadas a partir do governo do presidente Lula, demonstrando que o Brasil reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e subalimentação nos últimos anos (FAO, 2014, p. 6), os povos e comunidades tradicionais continuam ainda a apresentar significativos índices de insegurança alimentar e nutricional nas suas famílias.

Sendo assim, vamos refletir sobre a segurança alimentar e nutricional das famílias de Várzea Grande e quais os principais problemas que a comunidade enfrenta para garantir a sua segurança alimentar e nutricional, fazendo conexões e diálogos com o contexto social, econômico e político que estão inseridas na atualidade, cheio de problemas, desafios e contradições.

Busquei fazer a discussão conceitual com o grupo de pesquisa partindo da realidade da comunidade de Várzea Grande, da cultura e dos conhecimentos acumulados das pessoas participantes, construindo posteriormente uma compreensão comum em diálogo com os conceitos formulados na academia, nos movimentos sociais e nas políticas públicas. Desta forma, a partir de perguntas geradoras questionei o grupo sobre: a) O que eles entendiam por segurança alimentar e nutricional; b) Se as famílias da comunidade de Várzea Grande têm segurança alimentar e nutricional; c) Quais os principais problemas que a comunidade enfrenta para garantir a sua segurança alimentar e nutricional.

---

<sup>34</sup> O CONSEA buscou alargar o conceito de alimentação adequada, incorporando a expressão “saudável” ao termo. Assim, definiu “a alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo da vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados” (ABRANDH, 2013, p. 29).

<sup>35</sup> O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), revela que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu nível abaixo de 5%, o limite estatístico da medida, abaixo do qual se considera que um país superou o problema da fome (FAO, 2014, p. 6).

Fotografia 17- Círculo de Cultura em Várzea Grande.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Assim, quando perguntado sobre o que eles entendiam sobre segurança alimentar e nutricional obtive, entre outras falas, o seguinte diálogo:

Eu acho que segurança alimentar é ter uma alimentação sadia, procurar produzir esses alimentos pra não ter tanta química. Eu penso assim. (Margarida Ferreira)

Segurança alimentar é a gente ter certeza do que a gente tem é suficiente e é nutritivo (Marizélia Aquino de Oliveira Nogueira).

É garantir alimentação de verdade e com qualidade (Armônica Jesus Vieira).

É descobrir novas formas de armazenamento e conservação (Rosália Mendes de Oliveira).

Segurança alimentar e nutricional tá ligada à informação, você está tendo informação e essas informações você se esforçar pra colocar em prática pra que isso se torne realidade. Informação e ação. Informação dessa área acho que é uma coisa que ainda falta. Claro, sempre mais é bom, mas já tem. Falta que a pessoa se conscientize e que precisa colocar em prática, os produtos que é mais saudável, os produtos orgânicos, os produtos produzidos por a gente mesmo, que é mais saudável, que precisamos se esforçar mais pra ter ele em quantidade e regularidade pro ano todo, pra que essa alimentação e nutrição seja completa (Eduardo Martins Ferreira).

É valorizar esses nossos produtos. Hoje, se a gente produz os produtos orgânicos, e claro, produtos orgânicos não tem aquela mesma qualidade visível dos produtos convencionais, dos produtos produzido por aí. Quando chega lá na feira a gente tem a maior dificuldade na comercialização deles, mesmo pra vender para as pessoas das comunidades tradicionais, das comunidades que faz parte desse mesmo trabalho. Mesmo pra essas certas pessoas a gente tem uma dificuldade pra vender, por que o produto não tem aquela beleza visual toda igual a aqueles produtos da feira. Sempre produzido em pequena escala, toda ali da forma artesanal, que a gente produz na roça

e tal, dá muito trabalho e não pode ser vendido mais barato que o outro, não dá pra concorrer com o mesmo preço do outro e a gente tem essa dificuldade. Então, eu acho que segurança alimentar e nutricional é um pouco disso, conhecimento, mas também ação prática das pessoas, pra colocar isso em prática pra se tornar uma coisa concreta (Idem)

Eu acredito que uma segurança alimentar seja uma alimentação mais correta, digamos assim. Hoje, mesmo com o conhecimento que a gente tem, eu acho que a gente acaba ainda desperdiçando muita coisa, a gente deixa de investir em alguma coisa que poderia ser muito mais propício pra nossa saúde, pro nosso bem-estar. Hoje a gente acaba alimentando muito errado, não por falta de conhecimento, mas, talvez, pela facilidade das coisas, não sei. E a gente não procura buscar uma alimentação que seja nutritiva realmente e que te dê segurança de que você não tá comprando tomate cheio de toxinas, cheio de agrotóxicos, sendo que você tenha a condição de tá com o alimento aqui, mais propício à nossa própria saúde (Margarida Aquino de Oliveira).

É descobrir novas formas de armazenamento, como a desidratação das coisas na época certa, por exemplo, tempero, ervas medicinais e outras coisas, até legumes mesmo, a gente tem condições de desidratá-los e armazenar. Eu já fiz essa experiência, dá certo, mas nem sempre é constante. Ele desidrata e na hora de você usar, você tem uma boa qualidade deles, tal como congelado. Então são práticas que a gente deixa por conta da modernidade e que a gente não devia abandoná-las (Rosália Mendes de Oliveira).

Nas discussões foram levantadas várias questões e elementos importantes, tais como: alimentação sadia, suficiente e nutritiva; produção sem produtos químicos e agrotóxicos; alimentação de verdade e com qualidade; acesso à informação; produtos saudáveis em quantidade e regularidade para o ano todo pra que a alimentação e nutrição seja completa; valorização dos produtos locais; alimentação mais correta, mais propícia à saúde e ao bem estar; descobrir novas formas de armazenamento dos alimentos.

Também já aparecem nas falas iniciais as dificuldades para obter a segurança alimentar e nutricional, tais como: o acesso às informações; a dificuldade de colocar os conhecimentos em prática; a dificuldade de produzir em quantidade e regularidade durante todo o ano; a qualidade visual da produção; as dificuldades de comercialização; e a alimentação inadequada devido às facilidades de acesso aos produtos convencionais e industrializados.

Após esse primeiro momento de reflexão e discussão, apresentei o conceito de segurança alimentar e nutricional presente na Lei Orgânica Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, nº 11.346/2006<sup>36</sup>, que no artigo 3º, define da seguinte forma:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

No Brasil, este conceito foi formulado a partir do acúmulo histórico das organizações da sociedade civil, que conseguiram incidir sobre a institucionalização da política

<sup>36</sup> Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm), acesso em 10/08/2016.

pública e a elaboração dos marcos legais a partir de longos debates nas conferências de segurança alimentar e nutricional e também no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Segundo a ABRANDH (2013, p. 16), no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, consideram-se dois elementos distintos e complementares:

A dimensão alimentar refere-se à produção e disponibilidade de alimentos, que devem ser:

- ✓ Suficientes e adequadas para atender a demanda da população, em termos de quantidade e qualidade;
- ✓ Estáveis e continuadas para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais;
- ✓ Autônomas para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos;
- ✓ Equitativas para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas, haja vista manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população;
- ✓ Sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural, com vistas a assegurar a segurança alimentar e nutricional das próximas gerações.

A dimensão nutricional incorpora as relações entre o ser humano e o alimento, implicando:

- ✓ Disponibilidade de alimentos saudáveis;
- ✓ Preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário;
- ✓ Consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo da vida;
- ✓ Condições de promoção da saúde, da higiene e de uma vida saudável para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos;
- ✓ Condições de promoção de cuidados com a própria saúde, com a saúde da família e da comunidade;
- ✓ Direito à saúde, com o acesso aos serviços de saúde garantido de forma oportuna e resolutiva;
- ✓ Prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição, tais como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais;
- ✓ Boas oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social no local em que se vive e se trabalha.

O grupo tenciona a partir de sua cultura as questões que se referem à autonomia: escolha, definição, descoberta, autossuficiência, evidenciando que tem condições de apontar e gerar o que é melhor para ela. Eles não falam somente de uma etapa da produção, mas de meandros e articulações entre produção, desenvolvimento, beneficiamento, armazenamento, distribuição. Entendem que o melhor é uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos, em quantidade e regularidade para o ano todo, o que significa que os princípios fundamentais da segurança alimentar e nutricional estão apropriados pela comunidade.

Avançando a reflexão, passamos a discutir a realidade da comunidade de Várzea Grande. Quando perguntado ao grupo se as famílias da comunidade têm segurança alimentar e nutricional, obtivemos, entre outras falas, o seguinte diálogo:

Em quantidade sim, em qualidade deixa um pouco a desejar, não é tanto assim. Ninguém passa por falta de alimento, falta de condições de adquirir esses alimentos. Agora a qualidade desses alimentos adquiridos é pouca, a qualidade é pouca, e a produção deles, por que a gente produz da forma natural, da forma orgânica e por diversos fatores ela é meio comprometida e é completado com os de fora e os de fora não é tão seguro assim. A nossa alimentação daqui fica um meio complicado na questão de qualidade (Eduardo Martins Ferreira).

Falta um pouco, é isso que não condiz, a gente tem a comida natural, mas às vezes não é suficiente, a gente precisa complementar com algo que não é tão natural, então, pra ter cem por cento não dá pra ter (Marizélia Aquino de Oliveira Nogueira).

O grupo relata que as famílias da comunidade têm segurança alimentar e nutricional em quantidade, mas em qualidade não. Ninguém passa por falta de alimento ou fome na comunidade. No entanto, como não produzem todos os alimentos para satisfazer suas necessidades alimentares, tem que comprar fora, na feira ou nos mercados locais.

Carvalho (2016, p. 50-52), já havia observado esta questão em pesquisa realizada nas comunidades de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos, inclusive em Várzea Grande. Analisando o processo de territorialização de cinco famílias, o autor identifica as terras tradicionalmente ocupadas e seus usos, bem como a relação entre produção e consumo. Observou que as terras de uso comum se reduziram, novas técnicas agrícolas foram utilizadas e a organização do sistema produtivo passou a ter na caprinocultura sua principal orientação. A diversidade produtiva se reduz, diminuem as áreas plantadas com gêneros alimentares e aumentam as áreas destinadas à produção animal. Boa parte da base da alimentação diária é adquirida por compra na feira.

Aqui está colocada a questão da produção e do abastecimento alimentar. As famílias da comunidade não conseguem produzir todos os alimentos necessários para o seu auto abastecimento e para satisfazer suas necessidades alimentares tem que ir ao mercado comprar alimentos, que, em sua maioria, são produzidos de forma convencional, com o uso de agrotóxicos e adubos químicos.

A criação animal de pequeno porte (caprinos, ovinos, galinhas e porcos) é a principal fonte de renda monetária dos Fundos de Pasto, sendo esta uma estratégia de convivência com o Semiárido, onde as estiagens cíclicas mais longas tornam a produção dos cultivos agrícolas uma incerteza. Também, a limitada infraestrutura para captar e armazenar a água da chuva dificulta a produção grãos, frutas e verduras em maiores quantidades e com



maior regularidade. Assim, é com a comercialização dos animais que a maioria das famílias gera renda para comprar parte da sua alimentação e suprir outras necessidades.

O grande desafio está em como fazer a gestão do território da comunidade e o manejo dos seus agroecossistemas, de forma familiar e coletiva, para a produção diversificada de alimentos saudáveis, que sejam suficientes em quantidade, qualidade e regularidade, para suprir as necessidades alimentares de todas as famílias e em todos os períodos dos anos, como também, que gere excedentes para a comercialização e geração de renda para atender outras necessidades das famílias e fazer reservas.

A consciência do grupo de que para ter segurança alimentar e nutricional é preciso consumir alimentos de qualidade, naturais, saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos é muito importante neste processo, pois a sustentabilidade do território tradicionalmente ocupado e a soberania alimentar depende desta disposição das famílias de organizarem os seus sistemas produtivos de forma diversificada e agroecológica.

Isto é essencial para pensar a soberania alimentar, pois quanto mais a comunidade consegue produzir os alimentos diversificados e saudáveis para o seu abastecimento, mas ela se aproxima da soberania alimentar, sendo o contrário verdadeiro, quanto mais ela depende do mercado para se alimentar, menos soberania vai alcançar.

Desta forma, o debate entre as famílias dos Fundos de Pasto e também com as demais pessoas do campo e da cidade sobre o grave problema da contaminação dos alimentos por agrotóxicos e transgênicos é fundamental para avançarmos na agenda da produção e consumo de alimentos saudáveis e da soberania alimentar. Atualmente o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (2011), um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todos os 26 estados do Brasil.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer – INCA<sup>37</sup> (2015, p. 2-3), o modelo de cultivo com o intensivo uso de agrotóxicos gera grandes malefícios, como poluição ambiental e intoxicação de trabalhadores e da população em geral. Dentre os efeitos associados à exposição crônica a ingredientes ativos de agrotóxicos podem ser citados infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer.

---

<sup>37</sup>[http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento\\_do\\_inca\\_sobre\\_os\\_agrotoxicos\\_06\\_abr\\_15.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf), acesso em 07/01/2016.

Ainda, no mesmo documento, o INCA ressalta que “a presença de resíduos de agrotóxicos não ocorre apenas em alimentos *in natura*, mas também em muitos produtos alimentícios processados pela indústria, como biscoitos, salgadinhos, pães, cereais matinais, lasanhas, pizzas e outros que têm como ingredientes o trigo, o milho e a soja, por exemplo. Ainda podem estar presentes nas carnes e leites de animais que se alimentam de ração com traços de agrotóxicos, devido ao processo de bioacumulação. Portanto, a preocupação com os agrotóxicos não pode significar a redução do consumo de frutas, legumes e verduras, que são alimentos fundamentais em uma alimentação saudável e de grande importância na prevenção do câncer. O foco essencial está no combate ao uso dos agrotóxicos, que contamina todas as fontes de recursos vitais, incluindo alimentos, solos, águas, leite materno e ar”.

Continuando o diálogo com o grupo se as famílias de Várzea Grande têm ou não têm segurança alimentar e nutricional, além do exposto acima, apontaram para a questão dos hábitos alimentares e do consumo de produtos industrializados, chamando a atenção para a alimentação das crianças, conforme segue abaixo:

Agora a maior dificuldade é às vezes mudar os hábitos alimentares, principalmente das crianças, por que na maioria das vezes a gente tem dificuldade de inserir certos alimentos que a gente sabe que é nutricional, que é saudável e que as crianças às vezes recusam. Os pais têm que ter certo cuidado de está ali colocando diversos alimentos na refeição da criança, eles não gostam geralmente verdura, se colocou no prato a criança diz logo “ah eu não quero”. Muitas vezes o pai ou mãe não insistem, deixam e não muda a forma de preparar aquele alimento, às vezes a criança não gosta da cenoura, da salada ou da cenoura crua, mas se você ralar a cenoura e depois cozinhar junto ali a criança já come sem nenhuma dificuldade. Eu acho que hoje em dia na nossa comunidade, no nosso meio, pelo o que eu posso analisar assim, tá sentindo um pouco de dificuldade mais nisso, na insistência, na mudança de hábitos alimentares, principalmente das crianças, que é a geração que vai crescendo aí, que precisa ser mudado muito nisso. Acabou de almoçar tem o refrigerante, a criança sempre vai preferir o refrigerante, se o adulto não tiver ali incentivando o suco que é da fruta, o suco natural, acho que tá precisando melhorar muito nesse sentido (Silvânia de Oliveira Ferreira).

Os lanches da escola né? Se se botar uma banana, uma maçã pra comer no lanche eles não querem, quer o suquinho artificial do coleguinha, quer o toddynho, é o danoninho. Todo dia que eu arrumava a mochila da escola das crianças, eu colocava uma salada de fruta. Pra comer tinha que colocar um suco artificial (Armônica Jesus Vieira).

E é o que a gente vê né. Na Pastoral da Criança quando a gente se reúne com as mães pra saber o peso ideal da criança e saber o que tá acontecendo, todas as mães relatam dificuldade nesse assunto de inserir a alimentação adequada na vida dessas crianças (Silvânia de Oliveira Ferreira).

O que comemos está diretamente relacionado com a nossa vida. Uma alimentação saudável favorece o bem estar e uma vida mais saudável, com menos problemas com doenças crônicas. As mudanças no padrão alimentar da nossa sociedade com o aumento do consumo de

alimentos industrializados tem levado a um alarmante crescimento da quantidade de pessoas com problemas de sobre peso e obesidade.

Pesquisa do Ministério da Saúde (2015)<sup>38</sup> alerta que o número de brasileiros acima do peso é cada vez maior, atingindo 52,5% da população adulta do país. Essa taxa, nove anos atrás, era de 43% - o que representa um crescimento de 23% no período. Também preocupa a proporção de pessoas com mais de 18 anos com obesidade, 17,9%. Os quilos a mais na balança são fatores de risco para doenças crônicas, como as do coração, hipertensão e diabetes, que respondem por 72% dos óbitos no Brasil.

O grande paradoxo é que enquanto existe cerca de um bilhão de pessoas passando fome no mundo, segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS<sup>39</sup>), existem mais de um bilhão de adultos no mundo com excesso de peso, sendo 300 milhões considerados obesos. A fome e a obesidade são faces da mesma moeda. Ou seja, são consequências da concentração de renda e do acesso aos bens naturais, como também, da transformação dos alimentos em produtos industrializados que são levados ao mercado acompanhados de grandes mecanismos de propaganda para estimular o consumo pela população.

O grande problema é que uma absurda minoria de empresas controlam enormes porcentagens de alimentos, agroindústrias e mercados básicos para a sobrevivência de bilhões de seres humanos. A padronização dos alimentos pelas empresas transnacionais afeta diretamente os hábitos alimentares e as práticas domésticas tradicionais das populações de proverem seus próprios alimentos, com base nos biomas onde vivem e na sua cultura alimentar centenária.

Inseridas neste contexto, as comunidades de Fundo de Pasto também sofrem as consequências deste processo, com transformações importantes nos seus sistemas produtivos e alimentares e nos hábitos alimentares de suas famílias, conforme destacado acima. Desta forma, quando perguntado sobre quais os principais problemas que a Comunidade de Várzea Grande enfrenta para garantir a sua segurança alimentar e nutricional, entre outras falas, o seguinte diálogo:

A água aqui não é suficiente, tá faltando água. Agora no momento não tem nem como dizer que tá faltando, com tanta água que tá tendo agora, mas precisa melhorar muito. É que às vezes a gente planta enquanto tá tendo água e às vezes é obrigado a parar por que não dá (Aldeir Guimarães Oliveira).

Hoje a gente acredita na falta de pessoas pra trabalhar. É claro que água nos ajuda bastante, mas quando se faz uma coisa daqui outra dali, quando você dá uma olhada, além da água não ser suficiente, as pessoas também são poucas hoje. Muita gente

<sup>38</sup> <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/17445-obesidade-estabiliza-no-brasil-mas-excesso-de-peso-aumenta>, acesso em 07/01/2016.

<sup>39</sup> <http://www.inca.gov.br/inquerito/docs/sobrepesoobesidade.pdf>, acesso em 07/01/2016.

ainda sai e acaba ficando difícil a mão de obra. Pra você ter uma ideia, há momentos aqui que gente procura alguém pra pagar pra trabalhar e não encontra. E as famílias, cada família é uma menor que a outra. E, também, essa falta de chuva acaba fazendo as pessoas não investirem muito. Quando de repente vem um ano tão bom como esse, as pessoas não estão totalmente preparadas (Margarida Aquino de Oliveira).

Pra que a gente tenha uma alimentação de qualidade e de quantidade, acho que depende muito da comercialização, que a gente ainda não tem, assim, uma forma de comercializar aquilo que excede, aquilo que a gente cultiva demais, que ainda é o bode, né?! A gente não tem uma comercialização garantida. (...) Tem outras necessidades gritantes como a saúde e outras coisas que não esperam, né! E muitas vezes você, por falta desse comércio, a gente acaba padecendo de outras formas, não só pela alimentação, não só da alimentação, às vezes a alimentação você tá até num equilíbrio, mas, às vezes, por outro lado, padece por conta da falta do dinheiro, falta do comércio (Rosália Mendes de Oliveira).

Há um problema também, é que assim: essa época agora você pode fazer, plantar as hortaliças e tudo, que eu acho que vai dar tudo certo. Tem mato pros bichos comer verde, mas na seca... Minha mãe esse ano ficou lá em casa por causa de outros problemas, ficou lá cuidando do menino, meu filho, né?! Que eu trabalho na escola e aí quem tem criança dentro de casa não deixa de ficar um pouco preso, mas o que ela pôde plantar de horta lá não deu nada certo. Porque os bichos vinham e comia tudo. Na seca não tem outro verde em local nenhum, só pó e terra e a sandália chega fica preta, né?! Então tudo que eles veem de verde, eles vai pra lá e quer comer mesmo. Quer comer as frutas, quer comer os legumes, as coisas que a gente planta, as folhas. Tudo que for de verde quer comer. Se não tiver um lugar assim fechado, próprio e pra isso tem que ter dinheiro pra comprar as coisas. Tem hora que a gente não tem, e aí você fica se batendo sem saber o que você faz. Mãe, a última horta que ela fez lá de coisa verde, cheiro verde que ela plantou, nasceu tudo bonitinho, num dia só os passarinhos foi lá e comeu tudo (Armônica Jesus Vieira).

Acho que dinheiro aí é o maior problema. Se a gente tivesse pra conseguir fazer uma estrutura boa pra trabalhar (Idem).

Realmente, a situação financeira ela influencia em tudo que a gente vai movimentar. No meu ponto de vista, você até quer ir mais um pouco, tem um projeto, mas não tem condições, não tem o financeiro suficiente (Marizélia Aquino de Oliveira Nogueira).

Igual a gente precisa melhorar mais, melhorar na criação, melhorar na parte de hortaliças e tudo. Lá em casa meus irmãos pensam muito assim nessa questão, melhorar a criação, mas e agora vai fazer o quê, largar o emprego que eles têm? E como é que vai ficar? Porque pra dar uma melhorada você tem que tá com o ponta pé mais ou menos. Eu tinha vontade de trabalhar hortaliças lá, mas também como é que eu vou trabalhar sem tempo, se eu trabalho 40h às vezes. Falta muito tempo. Quando você vai dividir, aí fica o pai e mãe dentro de casa, cuidando do principal do dia a dia ali (Armônica Jesus Vieira).

Mas aí volta na questão da comercialização como Rosália falou, né?! A questão do tempo. Se tivesse uma boa comercialização a gente largaria o serviço que a gente tem e se dedicaria naquilo. Eu poderia largar meu emprego e me dedicar em casa, em minhas hortaliças, né?! (...) eu acho que se a gente tiver uma boa comercialização, uma valorização maior dos produtos da região, que você plantasse ali nessa semana, no sábado você levasse na feira, fosse bem comercializado, fosse bem valorizado, eu acho que a gente se sentia mais bem motivada pra isso (Silvânia de Oliveira Ferreira).

É um problema porque se você tem baixa produção, você não tem a comercialização. Falando de comercialização, pra comercialização você precisa ter: produção, produtividade, qualidade e regularidade, né?! Pra você ter como comercializar nos doze meses no ano, você tá ali na sua barraca. Ou chova, ou faça sol, ou aquele sobe ou desce, você tá ali, concorrendo com outros que vem de fora. (...) Então, se a gente tivesse uma produção, produtividade, regularidade e qualidade pra tá lá competindo com eles com produtos orgânicos da região é claro que se saía muito bem. Porque eles tão vindo e tão se saindo bem. E aí, se nós tivéssemos os nossos produtos, eles

compram pra revender, eles não são produtores, eles compram desses grandes produtores por aí (Eduardo Martins Ferreira).

Eu acho que é organização, falta de uma organização, de uma iniciativa. Porque a gente fala assim: vai lá e não vende. Mas se tiver um grupo daqui da Várzea Grande forte lá, com as verduras bonitas, ainda mais todo mundo sabendo que é verdura natural, quem é que vai deixar de comprar lá? (Armônica Jesus Vieira).

As principais questões levantadas foram: a insuficiência de água para a produção de alimentos, em especial no período da seca; dificuldade de produzir no período seco devido ao ataque de insetos e pássaros; baixa produção, produtividade, regularidade e qualidade da produção, principalmente de frutas, legumes e verduras; dificuldade na comercialização da produção e geração de renda monetária; ausência de recursos financeiros para investir na infraestrutura produtiva; a falta de pessoas para trabalhar, além das pessoas saírem da comunidade, as famílias estão menores e a comunidade está ficando envelhecida.

Resumindo, podemos observar que as questões giram em torno da produção e da comercialização. Produzir alimentos saudáveis e com sustentabilidade no Semiárido, e de modo particular nas comunidades de Fundo de Pasto, não é tarefa fácil. Exige muita sabedoria, paciência, resistência e um profundo conhecimento da natureza e dos agroecossistemas. Quando ocorrem longos períodos de precipitação muito abaixo da média, como está acontecendo agora, fica ainda muito mais complicado.

Portanto, as estratégias e práticas agroecológicas na perspectiva da convivência com o Semiárido são fundamentais para viabilizar a produção de alimentos saudáveis e a sustentabilidade dos Fundos de Pasto. Daí a necessidade de processos educativos e de políticas públicas que caminhem no sentido de desenhar, estruturar e manejar agroecossistemas produtivos, resilientes e sustentáveis, conforme vamos discutir com mais profundidade no quarto e quinto Círculos de Cultura.

A comercialização da produção é outro grande gargalo para as comunidades. Produção e comercialização se retroalimentam, ou seja, quanto mais produção mais comercialização, quanto mais comercialização mais produção, até certo limite, é claro. Mas o fato é que a comercialização puxa o aumento da produção. Quando as famílias conseguem comercializar o que produz, aumenta a sua renda e capital, estimulando mais investimentos de recursos e trabalho na produção.

Fotografia 18- Animais no Fundo de Pasto.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Assim, a estocagem, o beneficiamento e agroindustrialização são estratégicos para agregar valor à produção e ampliar as possibilidades de comercialização e acesso a mercados. As experiências de beneficiamento de leite de cabra e frutas nativas como o umbu e o maracujá silvestre, realizadas por diversos grupos produtivos, associações e cooperativas, tem revelado que o caminho é a valorização da riqueza da Caatinga, da sabedoria e criatividade do povo sertanejo e a organização coletiva nos processos de produção e comercialização.

No entanto, os camponeses não jogam sozinhos no campo. Os seus sistemas de produção e processos de comercialização estão subordinados ao modo de produção dominante e as relações sociais capitalistas. Querendo ou não, parte do seu trabalho e da renda da terra é apropriada pelo mercado. Assim, estão em embate constante com as forças que operam a sua exploração, subordinação e extinção, que na atualidade se expressa no que conhecemos como agronegócio.

Para a Articulação Nacional de Agroecologia (2006),

O agronegócio é a expressão atual do modelo de desenvolvimento econômico que perpetua há cinco séculos a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro. Esse modelo se expressa nos desertos verdes das monoculturas de eucalipto, pinus, soja, cana-de-açúcar, algodão, nos sistemas de integração agroindustrial do fumo, de aves, suínos e, mais recentemente, de biocombustíveis. Ele se apresenta também nos

perímetros irrigados do semiárido brasileiro, nos latifúndios de criação de gado e em várias outras atividades essencialmente orientadas para a exportação. Sua expansão no território brasileiro tem sido favorecida pela implantação de grandes obras de infraestrutura, tais como rodovias, hidrovias, barragens, projetos de mineração, dentre outras. Essas obras têm sido promovidas ou fortemente apoiadas pelos poderes públicos e resultam na expropriação de amplos setores das populações do campo que são penalizados com a perda de seus direitos sobre os territórios e seus recursos (ANA, 2006).

Contrariamente à imagem de modernidade e de eficiência técnica e econômica propalada pela grande mídia, o agronegócio está associado na realidade a uma criminosa cadeia de impactos negativos que se irradiam no conjunto da sociedade brasileira. O que a experiência prática de populações rurais demonstra e estudos confirmam é que o modelo do agronegócio é o principal responsável pela concentração da terra, pela violência no campo, pelo êxodo rural, pelo desemprego urbano e está ainda associado à degradação sem precedentes do patrimônio ambiental: os recursos da biodiversidade, os solos e a água. Além de ser um instrumento de desagregação das culturas dos povos tradicionais, esse modelo é também o responsável pela insegurança alimentar e nutricional de famílias no campo e nas cidades e a perda da soberania alimentar do povo brasileiro. A se manter a atual hegemonia do modelo do agronegócio exportador, esses impactos negativos para a sociedade vão se multiplicar e aprofundar (Idem).

De forma contraditória, ao mesmo tempo em que nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma houve um conjunto de políticas públicas para combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, houve também um grande incentivo para a expansão do agronegócio e a produção de *comodities* para exportação, fortalecendo ainda mais a hegemonia do capital e do modelo do agronegócio no campo. Desta forma, a forte concentração de terra, da renda e riqueza no campo trazem uma série de conflitos e problemas que perpetuam a estrutural desigualdade social e exclusão de um contingente enorme da sociedade, comprometendo a soberania alimentar das populações do campo e da cidade.

### **A Soberania Alimentar**

No período após a segunda guerra mundial, com boa parte da Europa destruída e um contingente significativo passando fome, o tema da segurança alimentar ganha destaque no cenário internacional, sobretudo relacionado às questões relativas à segurança nacional. Segundo Rigon e Bógus (2016, p. 34), neste período pós-guerra intensifica-se o debate internacional sobre as causas da pobreza no mundo e a fome passa a ser identificada como um dos seus aspectos determinantes. Nesse enfoque, ao contrário de ser uma consequência, a fome é utilizada para explicar a pobreza e sua existência é atribuída ao problema da produção insuficiente de alimentos. Com base nessa perspectiva, procuraram justificar o processo de modernização da agricultura introduzido em vários países, criando um mercado extremamente lucrativo para as multinacionais detentoras dos insumos agrícolas.



Este processo, conhecido como Revolução Verde, foi baseado na industrialização da agricultura através da introdução de um pacote tecnológico baseado na mecanização, adubos químicos, agrotóxicos, sementes e animais geneticamente melhorados em laboratórios, irrigação e o plantio em monoculturas em grandes extensões de terra. Os impactos desse modelo geram debates até hoje, mas a promessa de acabar com a fome através do aumento da produtividade e da produção de alimentos não ocorreu. O que ficou foi uma grande devastação e contaminação do meio ambiente; empobrecimento, endividamento e expulsão dos agricultores de suas terras; concentração de terras e da riqueza no campo; contaminação dos alimentos por agrotóxicos; erosão genética e redução da variedade de cultivos alimentares; controle das sementes pelas empresas multinacionais; e um padrão de agricultura totalmente inadequado para os camponeses em todo o mundo.

Neste sentido, na visão dominante, o uso do termo segurança alimentar pelos organismos internacionais e empresas ficou entendido apenas como a garantia do acesso aos alimentos para a população, independente de quem produz, da forma como é produzido e de quem se apropria dos resultados dessa produção. Nesta concepção, a solução do problema se dá através da via do mercado a partir da modernização da agricultura, produção intensiva de alimentos em larga escala, livre comércio internacional e o domínio das corporações multinacionais sobre os sistemas alimentares em todo o mundo.

Contrapondo-se à concepção de segurança alimentar formulado pelos organismos internacionais no âmbito da ONU, com forte influência da Organização Mundial do Comércio (OMC), que transformava o alimento em uma simples mercadoria e o direito à alimentação a ser resolvido pelo livre comércio de alimentos, as organizações articuladas à Via Campesina Internacional apresentaram durante os debates no Fórum paralelo à Cúpula Mundial sobre a Alimentação, realizada em 1996 pela FAO, em Roma, o conceito de Soberania Alimentar, entendida como o direito dos povos e comunidades terem acesso aos alimentos, mas também o direito de produzir alimentos saudáveis de forma livre e soberana.

Dando continuidade a este debate no âmbito dos movimentos sociais, o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado no povoado de Nyéléni, em Mali, em 2007, reuniu mais de 500 representantes de mais de 80 países para fortalecer o movimento global pela soberania alimentar. No documento final do evento, Declaração de Nyéléni<sup>40</sup>, afirma que os povos presentes são produtores de alimentos e estão dispostos, são capazes e tem a vontade de alimentar todos os povos do mundo. Porém, se veem ameaçados pelo neoliberalismo e pelo

---

<sup>40</sup> <https://nyeleni.org/spip.php?article291>, acesso em 08/01/2016.

capitalismo global. Frente a isso, a soberania alimentar dá a esperança e o poder para conservar, recuperar e desenvolver os conhecimentos e a capacidade para produzir alimentos nutritivos, de qualidade e em abundância. Assim, declara que:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses e inclui as futuras gerações. Oferece-nos uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual, e para canalizar os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para que passem a ser gestados pelos produtores e produtoras locais. A soberania alimentar dá prioridade às economias e mercados locais e nacionais. Outorga o poder aos camponeses, a agricultura familiar, aos pescadores artesanais e às diversas formas de pastoreio tradicional e coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente, que garante renda digna para todos os povos e os direitos dos consumidores para controlar sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nosso gado e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livre da opressão e desigualdade entre homens e mulheres, entre povos, entre grupos étnicos, entre classes sociais e entre gerações.

No último Círculo de Cultura realizado em Várzea Grande, reunimo-nos à sombra do juazeiro, o grupo de pesquisa da comunidade e lideranças da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, representantes das comunidades das seis regiões que o movimento está organizado. Quando iniciamos a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar das comunidades, a primeira dúvida que veio foi qual a diferença entre estes dois conceitos?

Este é um ponto importante para o debate, pois nem sempre os camponeses organizam o pensamento na forma de conceitos como estamos acostumados na academia. A racionalidade camponesa se dá a partir da sua cultura e do seu território. Portanto, foi a experiência do diálogo no Círculo de Cultura que me motivou a elaborar essa discussão sobre estes três conceitos, buscando sempre trazer para a realidade concreta dos sujeitos.

Quando perguntado ao grupo se as comunidades de Fundo de Pasto têm soberania alimentar, obtivemos, entre outras falas, o seguinte diálogo:

(...) nós não tem a soberania alimentar, por que muitas comunidades não estão com seu território garantido. Então nesse aspecto, no meu ponto de vista, eu acho que a soberania alimentar envolvendo a questão do conceito que os movimentos sociais traz, a gente não tem, por que a gente não estamos garantido em nosso território. É meu pensamento, a companheirada aí precisa ver o que eles estão achando, mas eu acho isso (Cosme da Silva Araújo - Andorinha).

A gente que viajou e tem viajado em outras comunidades de fundo e fecho de pasto, já tem percebido que segurança alimentar existe né, em termo de ter alimento e não

passar fome. Agora soberania não, soberania aí é outra questão. Mas assim, eu trabalhei na região de Barra, lá nos brejos, uma região riquíssima, de muitas frutas, tava perdendo. Não tem uma política pra aproveitar bem aquela comunidade, (...) uma riqueza tão grande de alimento eles tem. Não vou dizer que é a soberania, por que falta uma política do governo pra isso, falta muito, muito mesmo, iniciou-se algumas políticas, mas na verdade a gente tem dificuldade que essas políticas cheguem lá na ponta né, lá na ponta mesmo e faz a revolução (Nilza Francisca Viera – Oliveira dos Brejinhos).

Acredito que até existe essa questão da segurança alimentar, agora soberania já é bem mais diferente. Apesar da definição conceitual ser tão bonitinha aqui da segurança, eu vi que não corresponde, inclusive se correspondesse ao conceito aqui, não precisaria criar outro conceito de soberania, já que era tão bonitinho o conceito de segurança, não precisava mudar esse conceito de soberania por que a própria resolução já atendida a necessidade. (...) Nós temos as nossas comunidades de fundo de pasto e a grande maioria a principal economia é a criação de bode e aí tem que vender o bode pra comprar os outros alimentos da cesta básica. Inclusive tem uma dificuldade muito grande de fazer a produção agrícola, principalmente nesses últimos períodos, então cria o bode pra garantir a cesta básica e quando vai pro mercado compra o que tá mais em conta. (...) Então tem a produção das comunidades de fundo e fecho de pasto, mas o difícil é garantir essa soberania alimentar como está colocado. Então eu acho que falta muito a gente ter a visibilidade dessa potencialidade das comunidades de fundo de pasto, inclusive pra investir em políticas públicas que atendam aquelas demandas da comunidade. Eu acho que a gente deve se debruçar um pouco mais nisso, pra trazer realmente quais são as potencialidades das comunidades de fundo e fecho de pasto, inclusive pra garantir que tenha soberania e segurança alimentar de qualidade realmente, pra você não só chegar lá e comprar o que tem de mais barato no mercado por que as condições foi aquela (Jaziel dos Santos Silva – Campo Formoso).

(...) As comunidades de fundo de pasto produzem, tem facilidade de produzir principalmente a questão da pecuária, da produção animal, mas é essa situação, eu não vejo que as comunidades tenha segurança e nem soberania alimentar. Não tem segurança quando se trata da questão do acesso e da permanência nos territórios. Aí eu digo que não tem segurança alimentar. Por que na situação que está, muito das comunidades de fundo de pasto, com relação ao território vive na vulnerabilidade, por que ainda não tem segurança do território. Se não tem segurança do território, como é que tem segurança da produção? Não vejo que tenha segurança alimentar quando essas comunidades estão vulneráveis às situações de mineradoras, não só aqui na região, mas em outras regiões também, a questão da ameaça das mineradoras, ameaça da grilagem, ameaça das eólicas, enfim desses empreendimentos, tornam as comunidades vulneráveis ao acesso e a permanência no território. Estando nessa situação, também estão inseguras do ponto de vista da produção e da alimentação. (...) Nós não temos nem segurança, nem soberania alimentar, ainda falta muito, principalmente no tocante a questão da garantia do acesso e da permanência no território (Valdivino Rodrigues - Uauá).

Assim, eu vou ser um pouco contraditório com a fala de Cosme e de Valdivino. Por exemplo, nós temos uma diferença nas comunidades de fundo e fecho de pasto né. Realmente, nós não temos a regularização dos nossos territórios né, mas nós temos o diferencial, que mesmo que a gente com essa insegurança quanto ao território, essa questão mais legal mesmo, mas a gente tem a posse da terra né. Então, ainda permite que a gente use nossas terras, mesmo elas não estando regularizadas pelo Estado né. Então assim, por mais que a gente tenha o conflito com mineradoras, nós temos a posse da área, que ainda consegue produzir, nós não temos garantia, a garantia do território, então, nós estamos no nosso território. Então, o fato de não ter o nosso território regularizado não tem impossibilitado a produção, dificulta, mas não tem impossibilitado não. É uma regra geral, por que em nosso território a gente consegue produzir, o problema é que a gente não tem a segurança de permanência naquele território. As comunidades de fundo de pasto são caracterizadas justamente por isso, pelo uso comum da área e também de posse daquela área né. A grande maioria consegue produzir dentro do território. Então, o que falta mesmo, é essa segurança de permanência no território (Jaziel dos Santos Silva – Campo Formoso).

Por exemplo, quando pega lá pros fechos, eu ainda acho que é um bom exemplo de soberania alimentar, por que você consegue produzir a carne, consegue produzir o arroz, consegue produzir o açúcar, então tem uma diversidade das frutas nativas de lá, tem uma diversidade, do pequi, do buriti, enfim, tem uma diversidade de plantas nativas ou de fatores favoráveis naturais que conseguem produzir grande parte da alimentação de vocês. Por exemplo, o açúcar que vocês conseguem produzir lá, tem toda uma questão que ainda possibilita, então eu acho que os fechos lá da região de Correntina, ainda tem um pouco mais de soberania, por que você ainda pode escolher se compra o açúcar de lá ou se vocês fazem o açúcar de vocês, se vocês querem comprar o arroz de lá do mercado ou vocês querem plantar o arroz de vocês, por que eu vi lá a plantação de arroz. Então ainda consegue ter a carne, o porco, o gado, o leite, tudo, muita coisa você consegue produzir ainda. Então eu acho que chega um pouco mais próximo da soberania alimentar, onde vocês produzem e come daquela produção de vocês e tem a condição de escolher entre o industrializado e o que é produzido na comunidade (Idem).

Assim, existe, e existe muito, mas se você for ver a porcentagem de pessoas que conseguem fazer isso, não por falta de terra pra fazer, mas por falta de educação voltada pra isso e não tem a formação certa, aí acaba indo comprar na cidade, por que não tem orientação correta e às vezes não tem recurso para poder produzir isso (Elcio Moreira Barreto – Correntina).

Como podemos observar no diálogo, há um consenso entre as lideranças de que as comunidades tradicionais de Fundo de Pasto não têm soberania alimentar. No entanto, não há consenso que as comunidades têm segurança alimentar e nutricional. Uns acham que sim, outros que não. Volto aqui à discussão dos conceitos, cada um constrói a sua opinião conforme a interpretação que faz dos conceitos e da leitura da realidade. Como não havia intenção no Círculo que construir consensos, este é um debate interessante de ser aprofundado pelas comunidades e pelas lideranças da Articulação Estadual.

Um tema importante levantado foi sobre a necessidade de maior visibilidade das potencialidades das comunidades de Fundo de Pasto para produção de alimentos saudáveis, inclusive pra investir em políticas públicas que atendam às demandas destas comunidades, como forma de garantir que tenham segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar. Vou apresentar essa discussão no próximo círculo, mas com certeza este é um tema para ser aprofundado em outras oportunidades de pesquisa.

Mas a questão central discutida pelo grupo foi o território tradicionalmente ocupado. Há a opinião de que as comunidades tem segurança alimentar, pois ninguém passa fome, mas devido às comunidades não terem o território regularizado e garantido legalmente o acesso e a permanência, não tem a soberania alimentar.

Há também a opinião de que mesmo as comunidades produzindo e sem ninguém passando fome, estas não tem nem segurança alimentar e nutricional, nem soberania alimentar, pois se não tem segurança do território, como é que tem segurança da produção? Nesta opinião, as comunidades não tem segurança alimentar quando se tornam vulneráveis ao acesso e a

permanência no território devido à ameaça das mineradoras, das empresas de energia eólica, da grilagem e de outros empreendimentos.

Conforme Stédile e Carvalho (2012) nos alerta, há um avanço sobre as terras dos agricultores familiares camponeses, das comunidades tradicionais e dos povos indígenas pelos capitais nacionais e estrangeiros, para a produção de commodities que compromete os biomas e afeta o meio ambiente, além da profunda desarticulação social e cultural que provocam nestas comunidades, agravando ainda mais a questão agrária, a concentração de terras e os conflitos. Essa tendência geral pelo controle oligopolizado mundial da produção, processamento e distribuição de alimentos tende a sugerir novas formas de colonialismo e segue no sentido inverso de qualquer consideração e proposta de soberania alimentar.

Segundo Stédile e Carvalho (2012, p. 716), “nunca antes na história os alimentos estiveram tão concentrados e sob o controle de uma mesma matriz de produção. Nunca antes na história tão poucas empresas oligopolizaram o mercado internacional e tiveram tanto controle sobre a produção e o comércio de produtos alimentícios como agora. As grandes empresas transnacionais têm o controle majoritário da produção de sementes e insumos agrícolas, e da produção e distribuição de alimentos em todo mundo”.

Na visão de Ploeg (2008), hoje existem verdadeiros “impérios alimentares” que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, criando um novo e global regime alimentar, que está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição.

O que estamos vivenciando hoje, no Brasil e no mundo, é um avanço dos níveis de exploração dos bens naturais e aumento da desigualdade social em níveis insuportáveis para a grande maioria da sociedade que vive explorada e excluída socialmente. Essas crises geram tensões, críticas e disputas sociais para buscar alternativas. Estas disputas se dão entre os setores dominantes, mas especialmente entre os polos do capital e do trabalho, que no campo brasileiro se expressam na questão agrária e no embate de classes entre diferentes projetos de agricultura, de campo e de sociedade protagonizados entre o agronegócio de um lado e a agricultura familiar camponesa, povos indígenas e comunidades tradicionais de outro.

Sendo assim, é importante entender que as comunidades de Fundo de Pasto estão inseridas neste contexto de disputa política entre diferentes projetos de agricultura, de campo e de sociedade, onde o debate sobre a soberania alimentar dos povos do campo e da cidade toma a dimensão de uma bandeira de luta importante para enfrentar o debate político na sociedade e na sua relação com o Estado, e ao mesmo tempo, para garantir a sua reprodução social e modo

de vida camponês enquanto comunidades tradicionais sujeitas de direitos internacionalmente reconhecidos.

Desta forma, a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável é o primeiro passo para a garantia da segurança alimentar e nutricional, e ambos, imprescindíveis para a conquista da soberania alimentar. Assim, é fundamental que estes conceitos sejam abordados de forma articulada, integrada e complementar para que os mesmos tomem a dimensão política necessária para estimular ações sociais coletivas transformadoras na perspectiva de promover autonomia e emancipação humana.

#### ❖ **Orientações aos coordenadores para o terceiro Círculo de Cultura**

A forma de organizar o Círculo fica a critério de cada um. O importante é criar um ambiente agradável e confortável que favoreça o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal. Este é um momento especial para dialogar com a cultura e com o patrimônio histórico, artístico e cultural da comunidade e do povo sertanejo. Trazer elementos da cultura popular para o Círculo faz deste um momento muito rico de celebração da vida, da comunhão, da partilha, das lutas e da esperança de um mundo melhor.

Portando, a criatividade e um bom planejamento dos detalhes da organização do Círculo faz uma boa diferença. Entre tantas outras formas de animação, de mística e integração utilizadas pelos movimentos sociais populares, podemos citar as canções, poesias, danças, místicas, teatro, dinâmica de grupo, vídeos, fotografias, palavras de ordem, orações, etc. Enfim, vai utilizando os elementos ao longo dos trabalhos conforme o momento, a conveniência e o tema a ser discutido.

A partir dos princípios e orientações sobre o método já apresentados no item ‘A organização do Círculo de Cultura nas comunidades’, na página 34, os coordenadores devem garantir que os/as participantes estejam acomodados em formato de um círculo, para que todos/as possam se enxergar e para criar as condições para que participem em situação de igualdade.

No início da conversa é fundamental explicar o que é o Círculo de Cultura, seus princípios, metodologia de trabalho e por que esta reunião está sendo conduzida com essa metodologia. É importante que os participantes tenham consciência de onde eles estão, de que eles estão participando e o que vai acontecer neste dia e nos próximos círculos. Assim, devem ficar bem claro os motivos e objetivos da reunião.

Deve-se chamar a atenção de que a reflexão sobre a soberania alimentar está acontecendo em cinco Círculos de Cultura, e que é importante que as pessoas participem de

todos, para que o trabalho cumpra os seus objetivos de refletir sobre a realidade e analisar os problemas, mas também, apontar os caminhos para superá-los e organizar ações coletivas que transformem esta realidade analisada.

Feita essa parte introdutória, mas fundamental, deve iniciar as reflexões a partir das perguntas geradoras formuladas com base nos temas geradores que se pretende discutir. Neste caso, faço a sugestão das seguintes perguntas geradoras:

- ✓ As famílias da comunidade tem uma alimentação saudável?
- ✓ O que entendemos por segurança alimentar e nutricional?

Após as falas do pessoal, antes de avançar a discussão, trazer os conceitos de direito humano à alimentação adequada, alimentação saudável e segurança alimentar e nutricional apresentados neste capítulo. O objetivo é articular o conhecimento popular com o conhecimento científico já formulado, de forma a complementar e consolidar a compreensão dos participantes sobre os conceitos.

Abre-se novamente o diálogo para dar continuidade as discussões. Se ninguém quiser falar mais sobre as perguntas anteriores, passa-se para as próximas perguntas:

- ✓ As famílias da comunidade tem segurança alimentar e nutricional?
- ✓ Quais os principais problemas que a comunidade enfrenta para garantir a sua segurança alimentar e nutricional?

Provocar no grupo a reflexão sobre a hegemonia do agronegócio sobre os sistemas agroalimentares, os problemas gerados pela obesidade, pelos agrotóxicos e pelos transgênicos, a questão da água, das sementes, do modo de produção de alimentos, da comercialização, enfim, ao longo das discussões os temas geradores vão surgindo e o coordenador tem que ter a sensibilidade de buscar com o grupo quais temas devem ser destacados e aprofundados.

Por fim, abre-se a discussão sobre a soberania alimentar a partir das seguintes perguntas:

- ✓ O que entendemos por soberania alimentar?

Provocar a reflexão e o debate sobre o que se entende por soberania alimentar e depois apresentar o conceito formulado pelo Fórum Mundial de Soberania Alimentar descrito na página 87.

Abrir novamente o diálogo entre os participantes para aprofundar as discussões e consolidar a compreensão sobre o que é a soberania alimentar e sua diferença para os conceitos de segurança alimentar e nutricional e de direito humano à alimentação adequada.

Continuar o diálogo com as perguntas abaixo:



As comunidades de Fundo de Pasto tem soberania alimentar?

- ✓ Quais os principais desafios para conquistar a soberania alimentar?
- ✓ Que ações coletivas a comunidade pode organizar para resolver os problemas levantados e lutar para que as famílias tenham uma alimentação saudável, segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar?

Nesta etapa final o grupo como um todo, mas principalmente o coordenador, deve ter a preocupação de registrar e organizar as propostas das ações coletivas para resolver os problemas levantados e encaminhar a luta da comunidade, pois o objetivo do Círculo de Cultura é promover a reflexão e a organização de ações coletivas para transformar a realidade.

Para finalizar, o coordenador deve fazer uma avaliação do trabalho do dia, combinar a data do próximo Círculo de Cultura, explicar qual será o assunto, se o pessoal tiver esta publicação impressa, recomendar a leitura prévia e por fim fazer o encerramento de forma a fortalecer os laços de comunhão, amor ao próximo, solidariedade, partilha e esperança, como nos ensinou o mestre Paulo Freire.

É importante ressaltar que este é apenas uma sugestão de roteiro com base no material elaborado, ficando livre para cada coordenador adaptar a condução dos trabalhos conforme o seu perfil e a realidade de cada comunidade. Independente de que caminho tomar, o fundamental é que o coordenador se prepare bem para a condução do círculo e esteja sempre alerta que o seu papel é de mediar discussões e garantir o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal.

Também, sem prejudicar a participação de todos/as, é importante que o coordenador fique atento ao tempo estabelecido em acordo com o grupo no início da reunião. No seu planejamento, deve-se já prever o tempo que vai precisar para cumprir a programação e debater todas as perguntas geradoras. Desta forma, o controle e a distribuição equilibrada do tempo são primordiais para garantir a qualidade e o sucesso do trabalho.







## **Quarto Círculo de Cultura**

### **Possibilidades e desafios para o acesso às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.**

O quarto Círculo de Cultura tem como objetivo refletir sobre as possibilidades e desafios para o acesso das comunidades de Fundo de Pasto às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Assim, vamos discutir sobre demandas, os principais fatores que dificultam o acesso às políticas públicas e as potencialidades das comunidades para a produção de alimentos saudáveis e para a promoção da soberania alimentar.

Também, a partir do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), vou apresentar como esta política pública está organizada no Brasil e no Estado da Bahia, destacando as possibilidades que as comunidades têm para acessar as políticas contidas no Plano Nacional e no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, pretendo propiciar às comunidades de Fundo de Pasto o maior conhecimento sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e contribuir com as mesmas para o maior acesso a estas.

#### **Demandas, desafios e potencialidades das comunidades de Fundo de Pasto**

No Círculo de Cultura realizado em Várzea Grande, fizemos um exercício para levantar as demandas da comunidade por políticas públicas. Para isso, organizamos três grupos de discussão: um com os/as jovens, outro com as mulheres adultas e outro com os homens adultos. Após o trabalho de grupos, foi realizada a apresentação para todos, com posterior discussão.

No grupo dos/as jovens, as principais demandas foram:

Então, a primeira demanda que a gente pensou foi maior investimento em reservatórios d'água, por exemplo, açudes e barragens para garantir a produtividade o ano todo, por que só as cisternas não resolvem (Armônica Jesus Vieira).

E aí depois a gente pensou em créditos para o jovem, como forma de iniciativa para empreender no campo. Alguma coisa assim que viabiliza para os jovens começar alguma coisa, como um projeto, alguma coisa com esse crédito. Dá o ponta pé inicial (Idem).

Depois cursos técnicos e faculdades específicas de educação no campo, com acessibilidade para os jovens das comunidades de fundo de pasto, porque a maioria dos cursos técnicos que a gente quer fazer, a gente tem que sair pra fora. Faculdade também. E se tivesse os cursos mais específicos na área do campo aqui com a gente, era bem melhor do que ter que sair daqui pra ir bem pra longe, lá pra fora e estudar (Idem).

E por último, criar opções de lazer para despertar o interesse dos jovens, por que os jovens gostam muito de lazer, então alguma coisa pra despertar esse interesse (Idem).

- Comentários dos demais participantes:

Quando a gente ver aquelas quatro coisas ali, nós vamos pensar maior, se tiver aquelas quatro coisinhas básicas ali, já dá pra dar um ponta pé inicial (Silvânia de Oliveira Ferreira).

Na área da educação, aqui na região já é difícil conseguir um ensino superior né, não é muito fácil da gente conseguir, principalmente nessa área. Se você for procurar aqui um curso na área de agronomia, ou qualquer coisa assim relacionada, porque na região não tem, não tem de jeito nenhum (Ezio Aquino de Oliveira).

E com a acessibilidade seria, ter acessibilidade no preço e tanto na distância, pra os jovens do campo conseguir ter acesso a essa faculdade. Que além de você está pagando, além de não tá fazendo o curso que realmente você quer, ainda tá pagando um valor alto, que não é área que a pessoa desejaria (Silvânia de Oliveira Ferreira).

Quando conseguir tudo isso, quando tiver algum curso com acessibilidade de uma forma mais tranquila, não vai ter necessidade do jovem ir lá pra longe e faltar pessoas aqui pra trabalhar. E quando tiver tudo isso, pode ter a certeza que vai ter trabalho, vai ter forma de sobrevivência (Margarida Aquino de Oliveira).

Olha o exemplo de Ézio. Conseguiu a bolsa pra estudar. Eu pensando que Ézio já estava de mala pronta pra ir pra lá, e ele disse que não vai, porque disse que o custo lá é muito alto. Então ai a gente fica triste né (Armônica Jesus Vieira).

Fotografia 20- Mulheres do grupo de pesquisa.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

No grupo das mulheres, as principais demandas foram:

A gente viu que umas das demandas são cisternas de captação de água para a produção e infraestrutura para desenvolver o trabalho de beneficiamento. É uma das nossas demandas como mulheres e precisamos sobreviver aqui. A gente tem esses objetivos e essa demanda que a gente vai levar até a gente alcançar o objetivo real (Marizélia Aquino de Oliveira Nogueira).

As cisternas obtidas têm ajudado bastante, mas a gente sabe que é o meio de conservar a água, o meio mais eficiente de conservar água. Têm os tanques, os barreiros que foram feitos, mas não são resistentes, nosso clima é meio que pesado, é vento, sol e que não tem resistência. Então nós pensamos em mais cisternas, contemplar mais famílias, as famílias que já tem ser contemplada novamente, pra que a gente possa conseguir essa água pra manter as hortaliças (Rosália Mendes de Oliveira).

E como a Zélia falou né, a infraestrutura pra desenvolver o trabalho de beneficiamento. Por que é um trabalho que a gente já teve essa experiência, que é uma coisa que a gente já fez e a gente sabe se desenvolver. E é uma coisa que a gente já sabe que tem essa habilidade, pra a gente fazer essas coisas que sabem que é rentável. Se a gente tá pensando em renda, eu acho que seria um bom início se a gente conseguisse essa infraestrutura (Rosália Mendes de Oliveira).

E lembrando que as cisternas de captação de água, tem muita gente que não foi beneficiado nem com uma. E que de certa forma precisa melhorar mesmo, precisa melhorar bastante. É nesse pensamento que os tanques e os barreiros são necessários, a gente sabe que ajuda bastante. É aquela ideia da juventude, mais barreiros e mais cisternas, tem uma grande chance de a gente dar uma melhorada aí (Margarida Aquino de Oliveira).

No grupo dos homens, as principais demandas foram:

Primeiro as barragens. Aqui tem determinados pontos que são estratégicos para armazenar e segurar bastante a água. (...) fazer barragens ajuda e muito pra criação de peixe, a criação de hortaliças e também pra que a gente tenha água o tempo todo para o sustento da gente, pra molhar tudo, ajuda bastante. Mas apoios dos governos são poucos assim (Joselino Martins Ferreira).

(...) Depois mais apoio do governo no ensino contextualizado, a exemplo da escola família agrícola da região. Os governos municipal, estadual e federal, por enquanto, não tão dando o apoio que deveria pra esse tipo de escola não, estão dando apoio para as escolas convencionais, que é a fábrica de pessoas pra sair, que é a fábrica de mandar pessoas para fora, pessoas pra ficar pra dentro não tá sendo investido (Eduardo Martins Ferreira).

(...) Programas de ATER nas comunidades de fundo de pasto, por que nós estamos sem assistência técnica (Eduardo Martins Ferreira).

Fazendo uma síntese dos diálogos, observamos que no grupo dos jovens, as principais demandas foram: maior investimento em reservatórios de água; crédito para os jovens; cursos técnicos e superiores de educação do campo, com acessibilidade para os jovens das comunidades de Fundo de Pasto; e opções de lazer. No grupo de mulheres, as principais demandas foram: cisternas de captação de água para produção; infraestrutura para desenvolver o trabalho de beneficiamento. Entre os homens adultos, os destaques foram: construção de barragens nos riachos para armazenar água para irrigação e criação de peixes; ensino

contextualizado, citando como exemplo da escola família agrícola da região; e assistência técnica e extensão rural (ATER).

Fotografia 21- Homens do grupo de pesquisa.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

De início podemos observar que os três grupos demandaram infraestrutura hídrica e tecnologias sociais para a captação e armazenamento de água da chuva para a produção de alimentos, sejam barragens, barreiros, açudes ou cisternas de placas. O acesso à água tanto para o consumo humano como para a produção de alimentos é uma demanda prioritária das comunidades de Fundo de Pasto. Muitas famílias já têm as cisternas de placas e outras tecnologias sociais que tem contribuído significativamente, mas pelo tamanho das necessidades, elas são insuficientes para atender todas às demandas das famílias.

A infraestrutura para o beneficiamento de frutas e leite de cabra é demanda importante das mulheres. Inclusive, elas já tiveram essa experiência com o grupo de mulheres da comunidade. Por um tempo começaram a produzir em uma estrutura adaptada de uma escola que estava fechada na comunidade. O grupo produzia geleias, polpas, doces e sucos e chegaram até a comercialização para a Conab através do Programa de Aquisição de Alimentos. Mas



devido aos problemas de infraestrutura do local que se tornou inadequado para a continuidade dos trabalhos, o grupo acabou encerrando as atividades de produção coletiva. No entanto, as famílias continuam produzindo em suas casas para o autoconsumo e tem muita vontade de retornar a trabalhar com o beneficiamento em uma unidade adequada às exigências da vigilância sanitária.

A questão da educação do campo também foi uma demanda apontada pelo grupo dos jovens e dos homens adultos, inclusive citando a escola família agrícola localizada no município de Brotas de Macaúbas, a mais ou menos uns 50 km de distância, como um exemplo de escola adaptada à realidade local e que precisa de mais apoio e investimentos. A demanda também é por cursos técnicos e de nível superior para atender os jovens das comunidades e para que os mesmos não precisem sair da região para estudar. Ainda, o destaque para mais opções de lazer para os jovens.

Por fim, as demandas por crédito e assistência técnica e extensão rural (ATER) adaptadas à realidade das comunidades de Fundo de Pasto, pois segundo relatado, a comunidade de Várzea Grande está sem serviço de ATER. Esta é uma realidade da maioria das comunidades de Fundo de Pasto do estado.

Em seguida, foram problematizados os principais fatores que dificultam o acesso da comunidade às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Entre outras falas, obtivemos o seguinte diálogo:

Falta tá mais organizado (Ezio Aquino de Oliveira).

Às vezes quando as coisas chegam, você não está tão preparado quanto devia. Quando chega e que pede isso aqui, você tem que tá com essa pasta de documento. Sempre falta documento (Armônica Jesus Vieira).

É que o povo tem que exigir mesmo e tá exigindo muito (Idem).

Por que assim também, tem muitas coisas que vem, e vem assim, por exemplo, eu queria ter uma casa no Programa Minha Casa Minha Vida. Eu moro aqui na roça, trabalho e ajudo os meus pais. Mas só por que eu trabalho contratada numa escola, eu não tenho direito. Aí, por exemplo, vem gente de sindicato, vem engenheiro, mas você não entra, não enquadra e tem horas que a gente deixa muitas coisas passar por causa disso. Aí você fica lá, seu dinheiro não dá pra você comprar nem sua alimentação e fica fora de muitos projetos por causa dessas questões também (Idem).

Constantemente as dificuldades seriam a falta de capacitação do pessoal da região e dá assistência técnica pra fazer isso. Pois somos comunidades tradicionais, aquela tradição de roça, de criar, de fazer isso. A gente não preocupou muito antes. Agora que a preocupação chegou, mas antes era pra ter chegado há mais tempo, pra a gente estudar e fazer melhor, se desenvolver e tal, a gente demorou abrir o olho pra isso né. Até por que as oportunidades aqui pra nós são poucas né. Então hoje temos a deficiência de pessoas pra fazer esse trabalho, pessoas que tenha interesse pela região. (...) A gente tá um pouco atrasado no tempo, o tempo rompeu e a gente ficou meio atrasado, precisamos avançar um pouco mais pra chegar a isso. Não vou dizer que a gente não consegue, de forma nenhuma, ainda tem como chegar, mas ainda tá de uma forma muito tímida. São poucas as pessoas que tem a capacidade de fazer isso



acontecer e esses poucos que tem na região estão atolados de trabalho, são muitos atarefados e a burocracia é muito grande pra certas coisas. Tá em fase de organização, mas a gente vai chegar lá (Eduardo Martins Ferreira).

E de uma certa forma também inclui a boa vontade política. (...) por que assim, quando falam de barragem, as barragens subterrâneas que a gente tem, vem desses programas de governo, vem via alguma entidade, vem do esforço de alguém e tudo, mas é um direito que a gente tem, é um dever do poder público de dar mais atenção e assistência à comunidade, priorizar o lugar que tem prioridade realmente (Marizélia Aquino de Oliveira Nogueira).

Sintetizando, observamos que as principais dificuldades para acessar as políticas públicas são: a organização da comunidade e da associação quanto à documentação exigida para acessar os projetos e políticas públicas; alguns projetos que vêm têm critérios que não são adequados à realidade das comunidades; falta de capacitação do pessoal; falta de assistência técnica; sobrecarga de trabalho das lideranças; grande burocracia para acessar as políticas públicas. Ou seja, as políticas não tem um caráter público, por que se tivessem elas seriam constituídas no interior das demandas públicas e estariam atentas às capacidades e competências desenvolvidas na comunidade, tentando adequar estes interesses aos direitos constituídos e conquistados em disputa no Estado.

Durante o último Círculo de Cultura realizado em Várzea Grande, com a presença de representantes das seis regiões que formam a Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, abordamos sobre as potencialidades das comunidades para a produção de alimentos saudáveis e para a promoção da soberania alimentar. Assim, entre outras falas, tivemos o seguinte diálogo:

Eu sou de um município considerado a capital do bode. Um grande potencial. A capital nacional inclusive. Então, o grande potencial da nossa região é o bode, é a criação de caprino, ovinocultura, mas tem esses detalhes, a questão da dificuldade de colocar no mercado, mas é a produção, o potencial. Nós temos um potencial forte, resolvendo essas questões de impossibilidades de se comercializar por conta da estrutura de abatedouro que não temos na região (Valdivino Rodrigues – Uauá).

Nós temos outro potencial forte que é a utilização dos frutos nativos. Já temos uma experiência de 13 anos de beneficiamento de umbu, principalmente. (...) tem muito catadores de umbu na época da safra. Tem gente que vive nessa época só de tirar umbu e da comercialização. Nós temos um potencial forte: a caprino-ovnocultura e os recursos naturais (Idem).

Eu acho que as comunidades de fundo de pasto, em geral, não é nem no sentido de garantir a soberania alimentar, mas o que tem permitido produzir para garantir a segurança, a soberania alimentar, pra garantir que a gente tenha realmente o alimento na mesa, então, de forma geral, a caprino-ovnocultura é muito forte. É uma das principais fontes de renda nas comunidades de fundo de pasto e o extrativismo de frutos nativos, do umbu, maracujá, enfim (Jaziel dos Santos Silva – Campo Formoso).

Algumas áreas consegue também a produção mais da agricultura, a mandioca, o aipim, enfim, banana. Teve um período lá que a gente tava nas comunidades, que a gente encontrava muito mais gente nas casas de farinha do que nas próprias casas. Tem um potencial muito grande para a produção de farinha, produção de mandioca,

de feijão. Então a gente consegue essas produções nas áreas de fundo de pasto principalmente lá na nossa região (Idem)

Acho que na região de Barra também, o pessoal ali, Renato que chegou pode até trazer um pouco mais dos elementos, mas também essa questão dos frutos nativos, do pequi, do buriti, na verdade, tem muita exploração lá, e dos derivados da cana de açúcar, rapadura, cachaça, enfim, que é um dos fortes dali daquela região. Mas de forma geral, o que tem permitido ter uma geração de renda pra garantir a segurança alimentar das comunidades, são esses fatores que fazem com que as comunidades permaneçam e as famílias continuem permanecendo nos territórios (Idem).

Só pra concluir e ficar de forma geral, faltou só um item, que é da nossa região também, que é um potencial, é a apicultura, né. No mais eu já me sentir contemplado (Cosme da Silva Araújo – Andorinha).

Pra contemplar também dos fechos que a gente esqueceu, o surgimento dos fechos se deu através da criação dos bovinos. Boi, vaca e até hoje é uma coisa muito forte da nossa região e continua é a criação de bovino (Elcio Moreira Barreto - Correntina).

Barra também é mais bovino do que caprino. De raça não definida, daqueles pé duro (Não identificado).

É necessário destacar que neste momento já estávamos caminhando para o fim da reunião e não tivemos muito tempo para aprofundar a discussão sobre as potencialidades das comunidades. No entanto, as lideranças conseguiram destacar os pontos comuns entre as comunidades e ressaltar algumas diferenças. Assim, verificamos como potencialidades a criação de caprinos e ovinos, apesar das dificuldades de comercialização e da falta de abatedouros próximos às comunidades; o extrativismo e beneficiamento de frutos nativos como o umbu, maracujá-do-mato (maracujá silvestre), entre outros; a produção de mandioca e derivados, como a farinha e a tapioca; a apicultura; a agricultura, onde foi citado o cultivo de feijão e banana.

Em alguns lugares com áreas mais úmidas, como as comunidades conhecidas como brejos, no município de Barra, podemos encontrar o extrativismo de pequi, buriti e o cultivo da cana-de-açúcar, com a produção de rapadura e cachaça. Também, nessas comunidades, predomina a criação de bovinos sobre os caprinos. Também há uma grande variedade de frutas.

Além disso, apesar de não citado no Círculo, pelo conhecimento que tenho das comunidades de Fundo de Pasto, podemos citar também como potencial a criação de galinhas caipiras e a produção de hortaliças, em especial, nas comunidades onde foram implantadas as cisternas de captação de água de chuva para produção e as barragens subterrâneas.

## **Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional**

De acordo com a ABRANDH (2013, p. 138), as políticas públicas são a forma com os Estados e governos se organizam para explicitarem suas intenções e desenvolverem ações destinadas a atender as necessidades fundamentais da população. São, portanto, a formulação explícita de diretrizes que orientam a ação do poder público. São formuladas e apresentadas em documentos (leis, decretos, planos e programas) que orientam as ações públicas e, normalmente, envolvem a alocação de recursos públicos, oriundos dos impostos arrecadados. Elas podem ser desenvolvidas diretamente pelos órgãos públicos ou em parcerias com organizações não governamentais e com a iniciativa privada. É, portanto, a forma de devolução de bens e serviços públicos aos cidadãos que pagam seus impostos.

Como discutido no terceiro Círculo de Cultura, a questão da fome e da insegurança alimentar sempre foi um problema histórico do Brasil, atingindo grandes parcelas da nossa população. No geral, as ações de combate à fome sempre tiveram um caráter emergencial, assistencialista e eleitoreiro, na base da doação de cestas básicas em situações de calamidade pública, servindo de moeda de troca para manter significativa parcela da população na fome e para manter os instrumentos de dominação e poder das elites políticas.

Somente em 2006 que a segurança alimentar e nutricional começou a se configurar como uma política pública, com o presidente Lula sancionando a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, nº 11.346/2006<sup>41</sup>, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esta lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição do Sistema, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

O SISAN foi resultado de uma ampla mobilização da sociedade civil e setores do governo. Em 1986 a VIII Conferência Nacional de Saúde deliberou a realização da 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Nesta primeira Conferência, realizada ainda em 1986, foi deliberada a criação de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, em Olinda, foi deliberada a aprovação de uma Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que criasse o SISAN. Portanto, a instituição e o processo de consolidação desse Sistema são conquistas da sociedade brasileira e o reflexo do compromisso do Governo Federal com o tema da segurança alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada (Brasil, 2011, p. 11).

---

<sup>41</sup> Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm), acesso em 10/08/2016.

Desta forma, as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil são organizadas através do SISAN. Este tem como principal propósito a promoção, em todo o território nacional, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Esse direito é realizado quando cada homem, mulher ou criança, vivendo sozinhos ou em grupo, tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis ou aos meios necessários para obtê-los, de forma permanente, sustentável e emancipatória.

Em 25 de agosto de 2010, através do Decreto nº 7.272, foi instituída oficialmente a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e também regulamenta outros aspectos da LOSAN, particularmente os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na Bahia, a Lei Estadual nº 11.046 de 20 de maio de 2008, no seu Art. 1º “dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, bem como institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecendo as obrigações e responsabilidades da administração pública para garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurada a participação da sociedade civil organizada na formulação de políticas, planos, programas e ações direcionadas à segurança alimentar e nutricional”.

Através do Decreto nº 14.684, de 01 de agosto de 2013, é regulamentada a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, onde ficam definidos os princípios, as diretrizes e os objetivos, bem como os seus mecanismos de financiamento, gestão, monitoramento e avaliação.

Para executar estas políticas, tanto o governo federal quanto o estadual, criaram respectivamente, o Plano Nacional e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Cada um desses planos tem os seus desafios, objetivos, estratégias, metas, iniciativas e orçamento para garantir a execução das ações. O governo federal está no seu segundo plano nacional que tem vigência de 2016 a 2019 e o governo da Bahia está na primeira edição com a vigência que vai de 2015 a 2019. Ambos estão incluídos nos seus respectivos Planos Plurianuais (PPA), que vai de 2016 a 2019.

Como já relatado, o objetivo inicial deste trabalho era elaborar um Mapa de Oportunidades de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, tomando como base o Plano Nacional e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, conforme as justificativas já apresentadas na página 32, mudamos a concepção deste Mapa de Oportunidades para um quadro de possibilidades de políticas públicas que possibilite às lideranças das comunidades conhecerem o que está previsto no Plano Nacional e o Plano

Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, e que sirva para as mesmas organizarem as suas pautas de reivindicações e lutas para ampliar o acesso às políticas públicas.

Desta forma, este quadro de possibilidades, foi elaborado com o grupo de pesquisa de Várzea Grande a partir do destaque e seleção das ações previstas no Plano Nacional e no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que os participantes entenderam que poderiam atender as demandas das comunidades de Fundo de Pasto. As ações foram organizadas por temas, diferenciando se é do governo do estado ou do governo federal e o órgão responsável. Nos anexos, o leitor vai encontrar uma lista dos órgãos com seus respectivos contatos telefônicos e sítio eletrônico.

Cabe ressaltar que as formas de acesso são as mais variadas e depende do tipo de cada ação. Podem ser acessadas via editais de seleção pública, negociação direta com os dirigentes dos órgãos, emendas parlamentares, negociação de pauta de mobilizações, entre outras. Aquelas ações que são executadas via organizações sociais, as comunidades devem procurar as entidades para dialogar sobre o atendimento das suas demandas. Sendo assim, de acordo com o tipo de demanda, deve-se procurar o órgão responsável para saber as formas de acesso e disponibilidade de recursos.

Como o orçamento é sempre limitado para atender todas as demandas, é fundamental a união das comunidades, organização de ações coletivas, a capacidade de articulação política das lideranças da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto e a mobilização das comunidades para exercer pressão política para disputar o orçamento do Estado e garantir o atendimento das suas reivindicações. O caminho se faz ao caminhar, mas é na luta política que se conquista e faz exercer os direitos.

## Quadro de possibilidades de acesso às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

### Certificação e regularização fundiária

Governo da Bahia

Ação	Órgão responsável
Certificação das comunidades	Sepromi
Regularização fundiária	SDR/CDA

Governo federal

Ação	Órgão responsável
Não encontrada	-

### Acesso à água para consumo humano.

Governo da Bahia

Ação	Órgão responsável
Sistemas de abastecimento de água e ampliação de rede.	SIHS/EMBASA
Sistemas simplificados de abastecimento de água.	SIHS/CERB
Sistemas simplificados de abastecimento de água.	SDR/CAR
Cisternas de placas de captação de água de chuva para consumo humano.	SJDHDS
Cisternas de captação de água de chuva para consumo humano em escolas do campo.	SJDHDS
Poços tubulares.	SIHS/CERB

Governo federal

Ação	Órgão responsável
Cisternas de placa e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano.	MDSA/SESAN
Cisternas de captação de água de chuva para consumo humano em escolas do campo.	MDSA/SESAN
Sistemas de dessalinização de água.	MMA/SRHU
Abastecimento de água em domicílios rurais dispersos por meio de tecnologias apropriadas.	MS/FUNASA

### Acesso à água para produção de alimentos.

Governo da Bahia

Ação	Órgão responsável
Tecnologias sociais de captação e armazenamento de água de chuva para produção de alimentos e dessedentação animal.	SDR/CAR
Barragens subterrâneas	SDR/CAR
Barreiros comunitários para dessedentação animal, com capacidade mínima de armazenamento de 500 m <sup>3</sup> de água da chuva.	SDR/CAR

Governo federal

Ação	Órgão responsável
Tecnologias sociais de acesso à água para produção.	MDSA/SESAN
Tecnologias/sistemas de acesso à água para produção.	MI

### Saneamento básico rural

Governo da Bahia

Ação	Órgão responsável
Módulos sanitários domiciliares <sup>42</sup> .	SIHS

Governo federal

Ação	Órgão responsável
Saneamento básico em comunidades rurais e tradicionais, orientadas para a integralidade dos componentes.	MS/FUNASA

<sup>42</sup> Sem previsão do Plano Estadual de SAN. Porém, há previsão no PPA.



## Infraestrutura produtiva e fomento

Governo da Bahia

Ação	Órgão responsável
Assessoramento técnico e infraestrutura logística (galpões, unidades de beneficiamento, veículos), assegurando a participação das mulheres, dos povos e comunidades tradicionais, através do Projeto Bahia Produtiva.	SDR/CAR
Empreendimentos agroindustriais da agricultura familiar.	SDR
Infraestrutura produtiva, através de ativos, de empreendimentos de economia solidária.	SETRE
Projetos produtivos de economia solidária para mulheres.	SETRE
Fomento de unidades de produção familiar com distribuição de mudas de frutíferas, essências e mandioca.	SDR
Apoio ao processo produtivo de apicultores e meliponicultores, através de implantação/adequação de unidades de beneficiamento do mel, adequação de entre postos, distribuição de kits apícolas e capacitações.	SDR
Produção e distribuição de raquetes de palma forrageira para alimentação animal.	SDR
Apoio a caprino-ovinocultura com distribuição de reprodutores, matrizes e máquinas forrageiras.	SDR
Criação e/ou apoio de bancos comunitários de sementes crioulas e varietais.	SDR
Distribuição de sementes.	SDR

Governo federal

Ação	Órgão responsável
Atender famílias de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza por meio de uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção.	MDSA/SESAN
Atender mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia.	SEAD
Programa Bolsa Verde.	MMA/SEDR
Emissão de DAPs para Povos e Comunidades Tradicionais.	SEAD
Agroindustrialização em empreendimentos coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais.	SEAD
Políticas de apoio à produção orgânica e de base agroecológica.	SEAD

Quintais produtivos para o apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres.	SEAD
Atender grupos produtivos de mulheres rurais com ações integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica.	SEAD
Programa de Formação Agroecológica e Cidadã para jovens, assegurando a participação de jovens de segmentos de PCTs.	SEAD
Promoção do acesso e da produção de sementes e mudas varietais e crioulas, por meio do Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar.	SEAD/SAF

### Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Governo da Bahia

Ação	Órgão responsável
ATER para famílias da agricultura familiar, considerando as mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.	SDR/BAHIATER
ATER diferenciada para o Semiárido, assim como, fomentar a produção e a comercialização dos agricultores familiares, quilombolas e fundos de pastos através do projeto Pró Semiárido.	SDR/CAR

Governo federal

Ação	Órgão responsável
ATER qualificada, direcionada e continuada para famílias da agricultura familiar, incluindo ATER específica para jovens rurais e povos e comunidades tradicionais, 50% do público atendido seja de mulheres, que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	SEAD/SAF
Qualificação de organizações da agricultura familiar, cooperativas e associações e empreendimentos coletivos de povos e comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e capacitação, com enfoque na gestão, organização da produção e comercialização, e considerando sua diversidade e suas especificidades.	SEAD/SAF
ATER específica para mulheres.	SEAD
Atendimento de jovens da agricultura familiar, assegurando a participação de jovens de segmentos de PCTs com ATER específica para a juventude rural.	SEAD

**Crédito (Pronaf)**

Governo da Bahia

<b>Ação</b>	<b>Órgão responsável</b>
Não existe previsão	-

Governo federal

<b>Ação</b>	<b>Órgão responsável</b>
Crédito rural no conjunto das linhas do PRONAF.	SEAD/SAF
Microcrédito orientado e acompanhado do Pronaf.	SEAD/SAF
Atender mulheres com crédito instalação na modalidade fomento mulher.	SEAD
Efetivação da contratação por jovens rurais de pelo menos 20% das operações de crédito do PRONAF, assegurando a participação de jovens de segmentos de PCTs.	SEAD

**Garantia Safra e Seguro da Agricultura Familiar – SEAF**

Governo da Bahia

<b>Ação</b>	<b>Órgão responsável</b>
Programa Garantia Safra.	SDR

Governo federal

<b>Ação</b>	<b>Órgão responsável</b>
Garantia-Safra para famílias da agricultura familiar, mantendo a adesão preferencialmente em nome das mulheres rurais.	SEAD/SAF
Seguro da Agricultura Familiar – SEAF.	SEAD/SAF

## Compras governamentais, PAA, PNAE e apoio à comercialização

Governo da Bahia

<b>Ação</b>	<b>Órgão responsável</b>
Aquisição de produtos da agricultura familiar para a Alimentação Escolar.	SEC
Assistência técnica aos municípios e agricultores para adesão e participação no PAA com vistas a ampliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar e economia solidária.	SJDHDS
Aquisição de leite da agricultura familiar através do PAA – Leite.	SJDHDS
Apoio a logística e organização das cooperativas e associações de agricultores familiares, de povos e comunidades tradicionais e de economia solidária para venda nos mercados institucionais e convencionais.	SDR/CAR
Selo de identificação (SIPAF) para produtos de agricultura familiar.	SDR
Apoio a eventos promocionais da agricultura familiar e economia solidária.	SDR
Armazéns da Agricultura Familiar e Economia Solidária.	SDR/CAR
Apoio a estruturação de Feiras Livres Agroecológicas.	SDR/CAR
Apoio a estruturação de feiras livres municipais a partir da estruturação de empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária.	SDR/CAR

Governo federal

<b>Ação</b>	<b>Órgão responsável</b>
Compras públicas da Agricultura Familiar.	MDSA/SESAN
Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	MEC/FNDE (As prefeituras que são responsáveis pela compra dos alimentos da alimentação escolar)
Atendimento de Povos e Comunidades Tradicionais nas compras públicas de produtos da agricultura familiar.	MDSA/SESAN
Serviços de apoio à comercialização da agricultura familiar e sociobiodiversidade por meio do apoio à qualificação das agroindústrias familiares na estratégia de compras públicas.	MDSA/SESAN
Ações de capacitação e treinamento das Organizações da Agricultura Familiar e Órgãos Compradores envolvidos na estratégia de compras públicas.	MDSA/SESAN

## Acesso aos programas de transferência de renda, assistência alimentar e assistência social

Governo da Bahia

Ação	Órgão responsável
Distribuir leite, através do PAA - Leite, para crianças em situação de insegurança alimentar.	SJDHDS

Governo federal

Ação	Órgão responsável
Programa Bolsa Família.	MDSA/SENARC
Suplementar crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, por meio da Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS, nas creches participantes do Programa Saúde na Escola, anualmente.	MS

## Alimentação escolar e educação alimentar e nutricional

Governo da Bahia

Ação	Órgão responsável
Alimentação escolar adequada e saudável para estudantes da rede estadual de ensino.	SEC
Hortas escolares nas escolas estaduais.	SEC

Governo federal

Ação	Órgão responsável
Ações voltadas para a educação em direitos humanos, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, educação para as relações étnico-raciais, promoção da inclusão escolar e da cultura, por meio da articulação com sistemas e redes de ensino.	MEC
Programa Saúde na Escola (PSE).	MS
Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE).	MS
Promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas públicas e particulares, com ênfase na promoção de cantinas escolares saudáveis.	MS

### ❖ **Orientações aos coordenadores para o quarto Círculo de Cultura**

A forma de organizar o Círculo fica a critério de cada um. O importante é criar um ambiente agradável e confortável que favoreça o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal. Este é um momento especial para dialogar com a cultura e com o patrimônio histórico, artístico e cultural da comunidade e do povo sertanejo. Trazer elementos da cultura popular para o Círculo faz deste um momento muito rico de celebração da vida, da comunhão, da partilha, das lutas e da esperança de um mundo melhor.

Portando, a criatividade e um bom planejamento dos detalhes da organização do Círculo faz uma boa diferença. Entre tantas outras formas de animação, de mística e integração utilizadas pelos movimentos sociais populares, podemos citar as canções, poesias, danças, místicas, teatro, dinâmica de grupo, vídeos, fotografias, palavras de ordem, orações, etc. Enfim, vai utilizando os elementos ao longo dos trabalhos conforme o momento, a conveniência e o tema a ser discutido.

A partir dos princípios e orientações sobre o método já apresentados no item ‘A organização do Círculo de Cultura nas comunidades’, na página 34, os coordenadores devem garantir que os/as participantes estejam acomodados em formato de um círculo, para que todos/as possam se enxergar e para criar as condições para que participem em situação de igualdade.

Como é possível que tenha novos participantes e para relembrar os objetivos da reunião, no início da conversa é fundamental explicar novamente o que é o Círculo de Cultura, seus princípios, metodologia de trabalho e por que esta reunião está sendo conduzida com essa metodologia. É importante que os participantes tenham consciência de onde eles estão, de quem eles estão participando e o que vai acontecer neste dia e no próximo círculo. Assim, devem ficar bem claro os motivos e objetivos da reunião.

Deve-se chamar a atenção de que a reflexão sobre a soberania alimentar está acontecendo em cinco Círculos de Cultura, e que é importante que as pessoas participem de todos, para que o trabalho cumpra os seus objetivos de refletir sobre a realidade e analisar os problemas, mas também, apontar os caminhos para superá-los e organizar ações coletivas que transformem esta realidade analisada.

Também, é importante relembrar o que aconteceu nos círculos anteriores para começar a aquecer a mente do pessoal, recuperar as discussões já realizadas, reforçando as principais questões e os conceitos de direito humano à alimentação adequada e saudável, de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar. Provocar inicialmente que os

próprios participantes falem sobre os que eles lembram. O coordenador pode relembrar os temas geradores, mas é interessante que no primeiro momento faça o papel de provocador e de instigar a memória do pessoal. Somente depois das falas é que deve trazer para o círculo de forma sistematizada os conceitos acima citados. Pode até escrever numa cartolina ou outro papel e pregar na parede para facilitar a visualização e memorização.

Feita essa parte introdutória, mas fundamental, deve-se iniciar as reflexões a partir das perguntas geradoras formuladas com base nos temas geradores que se pretende discutir. Este quarto Círculo tem como objetivo refletir sobre o acesso das comunidades de Fundo de Pasto às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Assim, vamos dialogar sobre as demandas, as dificuldades para o acesso às políticas públicas e as potencialidades das comunidades para a produção de alimentos saudáveis e para a promoção da soberania alimentar. Também vamos conhecer as possibilidades de acesso a essas políticas a partir das ações planejadas pelo governo da Bahia e pelo governo federal.

Desta forma, deve planejar e controlar bem o uso de tempo para poder debater todas as perguntas geradoras, apresentar o conteúdo programático e que ao final tenha tempo para pensar e construir as ações coletivas fortalecer a mobilização e a luta para ampliar o acesso às políticas públicas e garantir direitos.

Sendo assim, listo uma série de perguntas geradoras abaixo para orientar o planejamento e organização do Círculo de cultura pelo coordenador. Faço a sugestão de iniciar as discussões a partir da compreensão coletiva sobre o que são as políticas públicas, quais as principais demandas da comunidade e quais as principais dificuldades para acessar as políticas públicas. As perguntas geradoras podem ser:

- ✓ O que entendemos por política pública?
- ✓ O que são políticas públicas de segurança alimentar e nutricional?
- ✓ O que abrange a segurança alimentar e nutricional?
- ✓ Quais as demandas da comunidade por políticas públicas?
- ✓ Qual a ordem de prioridade destas demandas? O que é mais importante e prioritário no momento?
- ✓ Quais as principais dificuldades que a comunidade enfrenta para acessar as políticas públicas? Como superar essas dificuldades?

Neste primeiro bloco de diálogo é importante sistematizar as demandas levantadas e listar em folha de papel pregada na parede para facilitar a visualização e organizar as demandas. Caso o Círculo esteja sendo realizado ao ar livre sem paredes, buscar outra forma



para visualização. Depois, após definir a ordem de prioridades das demandas, listar novamente no papel as demandas iniciando pela mais importante. Buscar mediar o grau de importância com o grau de urgência da demanda. Ou seja, nem sempre o que é mais urgente é o mais importante do ponto de vista estrutural.

Em seguida, iniciar a análise do quadro de oportunidades de políticas públicas apresentado acima. É importante, se possível, que seja tirado uma cópia do quadro para cada participante para facilitar a leitura e o entendimento sobre as ações. Também, para servir como material de consulta posterior e em outras reuniões. Assim, após distribuir o material, fazer primeiro a leitura coletiva de todo o quadro, depois voltar ao início e dialogar sobre cada ponto.

A partir das demandas levantadas anteriormente, por isso a necessidade de fazer a listagem e definir as prioridades, destacar aquelas ações do quadro que atendam às demandas da comunidade. O objetivo aqui é construir a pauta de reivindicações da comunidade, definindo dentre as ações que estão no quadro, quais serão objeto de reivindicação da comunidade aos órgãos públicos.

É necessário diferenciar aquelas reivindicações que podem ser negociadas diretamente pela comunidade, daquelas que serão negociadas de forma coletiva através da Articulação Estadual das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto. Isso é importante, pois tem questões que a comunidade não tem como resolver sozinha ou se fizer negociações, mobilizações e lutas coletivas com o movimento estadual pode ampliar a pressão sobre o Estado e obter mais conquistas.

Sendo assim, é necessário ressaltar também que a organização da pauta de reivindicações é um passo importante, mas serão necessárias muitas outras reuniões mais organizativas e operativas para planejar e dar encaminhamento das questões aos órgãos responsáveis, buscar parceiros, articular visitas e reuniões com os dirigentes dos órgãos públicos, estabelecer canais de negociações e organizar mobilizações para sensibilizar e pressionar o poder público.

Com este entendimento, o principal produto deste círculo será a organização desta pauta de reivindicações a partir das ações previstas no quadro de políticas públicas de SAN. Vale lembrar que este foi elaborado com base nos planos estadual e nacional de SAN. Tem uma boa parte das ações de segurança alimentar e nutricional dos governos, mas não tem todas as ações dos governos estadual e federal. Desta forma, caso apareça uma demanda que não esteja contemplada no quadro, ela deve ser incluída na pauta de reivindicações da comunidade e verificar posteriormente quem são os órgãos responsáveis. O quadro é apenas um guia, não uma camisa de força.

As perguntas geradoras podem ser:

- ✓ Dentre as ações do quadro, quais aquelas que atendem as demandas levantadas pelo grupo?
- ✓ Tem alguma demanda levantada que não está sendo atendida pelas ações presentes no quadro? Quais?
- ✓ Quais ações deverão ser encaminhadas para negociação junto com a Articulação Estadual?
- ✓ O quê a comunidade precisa fazer para vencer as dificuldades de acessar as políticas públicas?
- ✓ Quais ações coletivas a comunidade precisa organizar para fortalecer a sua luta pelo acesso às políticas públicas?
- ✓ Quais parceiros e aliados a comunidade deve buscar apoio?
- ✓ Como a comunidade vai organizar as reuniões de planejamento e operativas para dar encaminhamento a pauta de reivindicações?

Nesta etapa final, o grupo como um todo, mas principalmente o coordenador, deverá ter a preocupação de registrar e organizar a pauta de reivindicações e as propostas das ações coletivas para encaminhar a luta da comunidade, pois o objetivo do Círculo de Cultura é promover a reflexão e a organização de ações coletivas para transformar a realidade. Assim, deverá ao final já definir a data e horário da próxima reunião organizativa e operativa. É essencial que a direção da associação comunitária tome de fato a direção e organize esse processo.

Para finalizar, o coordenador deve fazer uma avaliação do trabalho do dia, combinar a data do próximo Círculo de Cultura, explicar qual será o assunto, se o pessoal tiver esta publicação impressa, recomendar a leitura prévia e por fim fazer o encerramento de forma a fortalecer os laços de comunhão, amor ao próximo, solidariedade, partilha e esperança.

É importante ressaltar novamente que este é apenas uma sugestão de roteiro com base no material elaborado, ficando livre para cada coordenador adaptar a condução dos trabalhos conforme o seu perfil e a realidade de cada comunidade. Independente de que caminho tomar, o fundamental é que o coordenador se prepare bem para a condução do círculo e esteja sempre alerta que o seu papel é de mediar discussões e garantir o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal.



## **Quinto Círculo de Cultura**

### **A Educação do Campo como instrumento para fortalecer a luta das Comunidades de Fundo de Pasto por soberania alimentar.**

O quinto Círculo de Cultura tem o objetivo de refletir sobre o potencial que a Educação do Campo tem para contribuir com as Comunidades de Fundo de Pasto na luta por soberania alimentar, no fortalecimento do seu modo de vida e para a sua reprodução social e política como comunidade tradicional. É um momento também de trazer ao debate as reflexões, os conhecimentos construídos e as ações coletivas planejadas nos Círculos anteriores para fazer as sínteses, amarras, concertações, acordos, organização de ações coletivas e planejamento dos próximos passos.

Nos Círculos de Cultura realizados na comunidade de Várzea Grande durante a pesquisa, fizemos excelentes diálogos e reflexões sobre a juventude, a educação, o trabalho, a cultura e o modo de vida camponês, o futuro e a reprodução social da comunidade, a sucessão geracional, a questão da produção, da renda, da comercialização, das políticas públicas e a necessidade da organização de ações coletivas para transformar a realidade analisada e superar os problemas encontrados.

Como parte das reflexões do trabalho de campo da pesquisa, do referencial teórico adotado e da minha trajetória profissional e política, entendo que o fortalecimento do modo de vida tradicional, da organização política e das lutas dos Fundos de Pasto para transformar a sua realidade, passa pela adoção da Soberania Alimentar, da Educação do Campo, da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido como referenciais teóricos e políticos, como também, como bandeiras de lutas das comunidades e da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto.

Assim, vou buscar um diálogo com estas categorias teóricas e políticas, considerando que estão situadas em um mesmo campo político e dialogam como o mesmo paradigma<sup>43</sup> de mundo e de ciência, sem deixar de considerar as suas particularidades. A partir das suas concepções, princípios e dos sujeitos coletivos que às constroem, vamos buscar articular e aproximar as suas análises e proposições para subsidiar a nossa construção sobre a

---

<sup>43</sup> Thomas Kuhn definiu o conceito de paradigma como as realizações científicas universalmente reconhecidas, que durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. É por meio dos paradigmas que os cientistas buscam respostas para os problemas colocados pelas ciências. Os paradigmas são, portanto, os pressupostos das ciências. Essas realizações são processos de construção do conhecimento que elaboram teorias, sofrem rupturas e superações por meio do que Kuhn chamou de revoluções científicas (Kuhn, 1997).

importância e necessidade política estratégica das comunidades de Fundo de Pasto fazerem uma maior aproximação e apropriação destes campos.

Desejo que após a realização dos quatro Círculos propostos, as comunidades também tenham percorrido uma longa e rica caminhada refletindo sobre as questões geradoras e o conteúdo programático apresentado. Cada comunidade terá o seu caminho e a priorização dos temas discutidos será de acordo com cada realidade. É importante que o *Coordenador de Debates* do Círculo de Cultura fique atento a isso, mas também, que ajude o grupo a refletir a sua realidade local compreendendo que é parte e está inserido numa totalidade política, econômica, social, cultural e ambiental.

Neste quinto Círculo, iniciamos a reflexão a partir da realidade da comunidade de Várzea Grande. Mais especificamente, sobre a situação da saída da juventude da comunidade, o envelhecimento das famílias, a redução da força de trabalho, a necessidade de geração de renda, a educação que as crianças e jovens recebem e como isso influencia na decisão das/os jovens de migrar ou permanecer na comunidade. Vou apresentar o diálogo realizado em Várzea Grande para contribuir com a análise da realidade e depois fazer a conexão com a discussão sobre a educação do campo, agroecologia, convivência com o Semiárido e a soberania alimentar.

Desta forma, quando perguntado ao grupo qual era o principal problema da juventude, obtivemos, entre outras falas, o seguinte diálogo:

É a falta de serviço pra trabalhar aqui mesmo. É isso aí, tão em busca de condições (Marizélia Aquino de Oliveira Nogueira).

Eu acho que o financeiro é o principal. (...) Então, a maioria é a situação financeira mesmo que faz as pessoas saírem. Pra se manter. Hoje em dia o povo não se conforma com o pouco, querem buscar mais e mais. Então, o primeiro fato é financeiro. O segundo é ilusão, e aí vai (Margarida Aquino de Oliveira).

A juventude de hoje também, não todos, mas muitos não quer mais pegar no pesado igual nós pegávamos antes, sabe?! Trabalhar na roça (Aldeir Guimarães Oliveira).

Eu acho que nós assim, não incentivamos nossos filhos a viver essa rotina da roça, né?! E acreditar nessa rotina da roça. Tô falando assim, talvez não seja de um modo geral, né?! Talvez muitos aí conseguiram. Mas, por exemplo, eu tô em casa, só tá eu, meu marido e meu filho que é especial, os outros todo mundo trabalha fora, quem não trabalha tá estudando fora. Assim, não sei. Sabem alguma coisa da roça? Sabem. Se quiser fazer esse trabalho fazem, mas eu não sei, parece que o mundo hoje incentiva pra que você estude e trabalhe fora e que ganhe um dinheiro maior. Um serviço leve. Porque é difícil viver aqui, é difícil, é complicado. Às vezes a gente tem um tempo bom e outro tempo perdido, então você tem que ter essa resistência, talvez os jovens de hoje não tenha tanta resistência (Rosália Mendes de Oliveira).

Primeiro a gente ia pra roça, a partir dos 10 anos todo mundo tava na roça trabalhando. Vinha pra casa de meio dia, almoçava, voltava à tarde, trabalhava o dia todo. E hoje em dia menino dessa idade sabe nem pegar no cabo da enxada (Aldeir Guimarães Oliveira).

Eu acho que volta na questão que Guida citou né. A falta de pessoas pra fazer. Nossa comunidade tá muito envelhecida. E aí a culpa é do sistema né?! Nossos jovens ou tão estudando, ou tão trabalhando fora, né! Sei lá. Talvez porque os mais velhos não colocou esse incentivo, que nós estamos falando aqui das dificuldades hoje, mas nós somos uma comunidade muito envelhecida. Os jovens que tem na comunidade eu acho que tá aqui na sala. Aí, é onde falta mão de obra, Flávio (Rosália Mendes de Oliveira).

É complicado mesmo. A gente vê muita dificuldade aí. Como já foi citado aí mesmo. A falta de serviço, dos alimentos aqui, da produção, tudo. Muito a gente dá pra fazer, ali pro seu consumo tem hora que tem, mas voltado pro comércio mesmo, já é muito mais difícil. Eu falo por mim mesmo assim, não sei se é todo mundo. Quer um resultado mais rápido ali. Quer tá trabalhando ali pra tentar conseguir mais rápido. E a gente sabe que não é tão fácil assim. Com organização tudo dá certo. Precisa mesmo, realmente, é criar alguma coisa assim que deixe os jovens mais envolvido aqui, sem vontade de sair (Ezio Aquino de Oliveira).

Essa questão aí dos adolescentes sair pra fora parece que em nossa região virou uma tradição. Criou aqui, cresceu, estudou, se formou no terceiro ano, é sair, estudar, fazer uma faculdade, é caçar um trabalho pra vir aqui, tipo fim do ano, final do ano passear. Parece uma tradição. (...) Mas pra ficar aqui direto, tem condições atualmente? Tá difícil. Agora, se caçar um jeito, é caçar um jeito pra ver se fica, né! Mas é assim, precisa investir na juventude, né! (Idem)

Faltou incentivo, faltou incentivo da parte da gente. Não foi da assessoria não, que a assessoria sempre deram o incentivo. Não sei se foi da forma correta, mas deram, né?! E da parte nossa faltou iniciativa. E aqui também, a gente demorou entrar nessa de pensar numa mudança mais significativa pra nossa região. Ficou mais pensando em estudar dessa forma de estudo convencional aí. Não tinha proposta ou não botou em prática aquela proposta de um estudo diferenciado pra região, investir mais na questão das escolas famílias agrícolas, de um ensino contextualizado, coisas assim, tal, a gente não investiu. Foi na onda do ensino tradicional que é esse que forma o jovem pra mandar pra fora, não forma pra praticar na região. Foi nessa onda e aí depois pra reverter isso fica muito difícil. É muito difícil de reverter essa situação sem uma ação bem ampla, bem ousada. Só de palavra não reverte não (Eduardo Martins Ferreira).

Aqui está o grande desafio para a juventude e as famílias das comunidades de Fundo de Pasto. Conforme discutido, um dos problemas que faz a juventude sair para trabalhar fora é a questão financeira e a falta de condições de gerar renda para se manter na comunidade com um certo conforto e qualidade de vida. Também, a própria formação escolar com base nos valores urbanos, leva os jovens a querer morar na cidade, ter um emprego para melhorar a sua condição de vida e acessar bens e serviços que a comunidade rural não oferece.

As crianças da comunidade de Várzea Grande estudam até o nível fundamental na comunidade vizinha de Queimada Nova, que é uma comunidade maior e distrito de Oliveira dos Brejinhos. Outras comunidades do entorno, inclusive de Fundo de Pasto, também levam suas crianças para lá. Nesta escola tem classes multisseriadas e unisseriadas e confirma a regra que existe na maioria das comunidades rurais deste país, que são escolas com infraestrutura precária, professores mal remunerados e uma educação que reproduz o mesmo modelo das escolas urbanas.

A partir da análise das questões discutidas no Círculo de Cultura, do conhecimento empírico da realidade e das leituras teóricas realizadas, posso afirmar que as crianças e jovens da comunidade de Várzea Grande recebem uma educação escolar com base no paradigma da educação rural, ou seja, um modelo de educação implantado para enquadrar os camponeses e demais trabalhadores do campo aos objetivos da modernização conservadora no campo e ao modo de produção capitalista.

Uma educação pensada para os pobres do campo no sentido de prepará-los para servir de mão de obra para atender as necessidades da industrialização, da construção civil, do comércio, da prestação de serviços nas cidades e grandes centros urbanos ou trabalhar para atender as demandas de modernização da agricultura, seja como assalariado ou diarista e para consumir os produtos da indústria agropecuária. Como esse processo não comporta todos, a educação rural serviu apenas a uma parcela da população e sempre esteve associada a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos, pensada e elaborada sem a participação dos sujeitos do campo.

Segundo Ribeiro (2012, p. 297) a educação rural funcionou como um instrumento formador tanto de uma mão de obra disciplinada para o trabalho assalariado rural quanto de consumidores dos produtos agropecuários gerados pelo modelo agrícola importado. Para isso, havia a necessidade de anular os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra, como o conhecimento dos solos, das sementes, dos adubos orgânicos e dos defensivos agrícolas.

Compreendida no interior das relações sociais de produção capitalista, a escola, tanto urbana quanto rural, tem suas finalidades, programas, conteúdos e métodos definidos pelo setor industrial, pelas demandas de formação para o trabalho neste setor, bem como pelas linguagens e costumes a ele ligados. Sendo assim, a escola não incorpora questões relacionadas ao trabalho produtivo, seja porque, no caso, o trabalho agrícola é excluído de suas preocupações, seja porque sua natureza não é a de formar para um trabalho concreto, uma vez que a existência do desemprego não garante este ou aquele trabalho para quem estuda. E, ainda, como a escola poderia valorizar a agricultura, tão desvalorizada nas concepções que sustentam ser o camponês um produtor arcaico e um ignorante em relação aos conhecimentos básicos de matemática, leitura e escrita? (Ribeiro, 2012, p. 294).

Após o ensino fundamental, em sua maioria, os jovens de Várzea Grande e de outras comunidades de Fundo de Pasto do município, vão fazer o ensino médio na cidade de Oliveira dos Brejinhos. Uma menor parte vai estudar em outras cidades vizinhas. Este é um momento muito importante e sensível para a comunidade, pois para a/o jovem que sai da



comunidade para estudar e vai morar em uma cidade, várias possibilidades aparecem à sua frente. Ela ou ele pode, após concluir o ensino médio, voltar para a comunidade para continuar trabalhando com sua família, posteriormente casar-se e continuar morando na comunidade em terras da família ou comprada de outra família, garantindo a reprodução social da comunidade e do modo de vida camponês.

Outra possibilidade é arrumar um emprego na região, morar fora da comunidade de forma permanente ou temporária, ficando esta para momentos de visitas à família e amigos e momentos de lazer. Também, uma possibilidade é migrar para grandes centros urbanos mais distantes, sendo São Paulo o destino mais comum. Muitos migram, arrumam emprego, formam família e acabam ficando morando de forma permanente ou por longos anos nestas cidades.

Outros migram de forma temporária, passam um tempo na cidade grande trabalhando para conseguir juntar algum dinheiro e depois voltam para a comunidade para dar continuidade ao seu trabalho de camponês. Esta é uma estratégia muito comum na comunidade e ainda acontece atualmente. Segundo relatos, muitos conseguiram fazer uma poupança para investir na propriedade, melhorar a casa, a infraestrutura produtiva, melhorar o rebanho e consequentemente melhorar a renda e a vida financeira. Outros migram, trabalham por um tempo na cidade e muitas vezes voltam desempregados e sem poupança alguma. A migração para a cidade grande tem sido cada vez mais uma aventura de resultados imprevisíveis.

Mais recentemente e principalmente após a expansão das vagas no ensino superior a partir do governo do presidente Lula, muitos jovens da comunidade de Várzea Grande conseguiram acessar o ensino superior e tem entrado em diversos cursos, seja em faculdades particulares com ensino na modalidade à distância ou universidades públicas estaduais e federais em diferentes estados da federação. Alguns já se formaram e outros estão estudando.

Esta questão me chamou a atenção e quando conversei com Jaziel, uma liderança jovem que faz parte da direção da Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto e que conhece bem a realidade de um bom número de comunidades, ele relatou que este fato do grande número de jovens de Várzea Grande acessar o ensino superior não é comum nas demais comunidades de Fundo de Pasto do estado. Este é um fato interessante que merece ser estudado com maior profundidade posteriormente.

Esta conquista da juventude e das famílias pode também levar para caminhos diversos. Os jovens após se formarem podem arrumar um emprego na sua área profissional em outras cidades e não voltar mais para morar na comunidade, rompendo os vínculos com o trabalho e modo de vida camponês. Alguns, mesmo morando fora da comunidade e tendo outro trabalho como sua principal fonte de renda, podem manter-se próximo à comunidade e à sua

família no trabalho produtivo na roça e na criação animal. Outra opção para o jovem que sai para estudar é voltar a morar na comunidade e dar continuidade ao seu trabalho e modo de vida camponês a partir dos conhecimentos adquiridos com sua formação profissional.

Outra opção é ingressar em uma Escola Família Agrícola (EFA), em um curso técnico ou superior dirigido a camponeses, com base na pedagogia da alternância, na Educação do Campo e na Agroecologia. Continuar morando em sua comunidade alternando os tempos trabalho-comunidade-escola entre o trabalho em sua unidade familiar, vida em comunidade e aulas nas escolas, centros, institutos e universidades.

As experiências apontam caminhos promissores, como os cursos de graduação criados com base nas diretrizes da Educação do Campo, a exemplo dos cursos de pedagogia da terra, direito, letras, agronomia, cooperativismo, licenciatura em educação do campo, entre outros. Também foram criados cursos técnicos de nível médio em alguns centros estaduais de formação profissional. As escolas família agrícola já existem há mais tempo e também tem experiências muito ricas, mas com muita dificuldade financeira para se manterem.

Recentemente foi criada uma escola família agrícola no município de Brotas de Macaúbas, vizinho à Oliveira dos Brejinhos, no local conhecido como Casa Santo Afonso, uma escola de formação religiosa e de educação popular criada por padres católicos e organizações sociais locais. Esta é uma nova possibilidade para os/as jovens das comunidades camponesas e de Fundo de Pasto da região, como nos diz o jovem Ézio<sup>44</sup>.

Por exemplo, a escola família agrícola, é o que já tá acontecendo aí, já é um início já. Minha irmã mesmo estuda, eu queria estudar lá, mas já passou meu tempo, né! Aí deu certo pra ela, ela estuda lá, já é uma forma também da metodologia que ela estuda lá, estuda realmente a situação daqui, estuda o que a gente vive aqui (Ezio Aquino de Oliveira).

Esta é uma possibilidade recente e ainda com poucas vagas, mas que vai se ampliando com as lutas dos movimentos sociais do campo pelo direito à educação e de acordo com a conjuntura e correlação de forças na sociedade. Na atual conjuntura, com a aprovação da emenda constitucional limitando a ampliação dos gastos públicos nos próximos 20 anos, criminalização dos movimentos sociais e com o desmonte das políticas sociais, estas iniciativas estão ameaçadas de continuidade e de avançarem.

---

<sup>44</sup> Ézio, de 18 anos, por exemplo, fez parte do grupo de pesquisa e durante o período do trabalho, foi para São Paulo fazer o curso de nutrição em uma faculdade privada através de uma bolsa do Prouni. Tinha conseguido vaga no curso de licenciatura em educação do campo na Paraíba, mas por conta dos custos de manutenção, optou ir para São Paulo, pois tem parentes onde pode morar na casa e ter apoio.

Assim, é fundamental refletirmos sobre os problemas, desafios e alternativas da juventude para permanecer na comunidade e manter o seu modo de vida camponês. Também, debater que tipo de educação as crianças, jovens e adultos das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto estão tendo. Ela está ajudando a manter a juventude na comunidade ou está incentivando a sua saída? Ela cultiva os valores camponeses ou reproduz os valores urbanos? Ela contribui com o desenvolvimento e a reprodução social da comunidade ou ajuda a desestruturá-la?

Fotografia 23- Jovem do grupo de pesquisa apresentando as demandas da juventude por políticas públicas.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Estas são questões que dizem respeito ao presente, mas também ao futuro da comunidade e das próximas gerações. Se é fato que os/as jovens estão saindo, a comunidade envelhecendo e a força de trabalho diminuindo, como reverter esta situação? Como criar alternativas para os/as jovens conquistarem o seu direito de acesso à educação em todos os níveis e ao mesmo tempo permanecer e/ou voltar para a comunidade para garantir a sucessão geracional, a reprodução social do modo de vida camponês e tradicional de Fundo de Pasto?

É uma preocupação, né?! Mas, é como já foi dito aí, vai depender de aparecer novas ideias, novos métodos, novos investimentos, os novos tudo, um novo jeito de viver. Um novo jeito de viver e um novo jeito de valorizar as coisas, né?! Porque aqui dá pra se viver bem, a gente ainda não encontrou foi o jeito de dar o valor devido a cada coisa. Mas nós temos, ainda mais quando disseram agora, com a energia e tudo, eu acho que condições da gente tá pensando diferente, pensando de uma forma diferente. Até numa pequena indústria, uma coisa assim, com o nosso próprio produto. Nós fizemos uma experiência, né?! Nós já fizemos uma experiência antes, quando a gente tinha muito mais dificuldade do que hoje. Então eu acho que a gente precisa pegar esses jovens que tem demonstrado que tem condições de trabalhar por aqui mesmo, sem precisar sair do nosso estado, da nossa região, né?! Os que tão aqui todo mundo tem um trabalho fora, mas continua vivendo aqui em Várzea Grande. Eu acho que a gente tem condições de pensar num novo mundo, um meio de vida a partir do que nós temos e valorizar isso que nós temos. E pensar de uma forma diferente. Quando cheguei tava dizendo aí de trabalhar sem utilizar tanta força como era antigamente, pensando no manejo das coisas de uma forma diferente pra facilitar a vida pra esses jovens, ter um pensamento de ficar aqui sem tanto sacrifício, sem tanto trabalho, né (Rosália Mendes de Oliveira).

E a gente tem que trabalhar é com aquilo que tem na região, com aquilo que dá certo, com aquela cultura. Porque não adianta a gente inventar coisa que não tem, a gente tem que trabalhar com o que temos, com o que sai daqui. (...) Então vamos trabalhar com o que a gente tem aqui mesmo. Melhorar o que temos, trabalhar com o que temos (Armônica Jesus Vieira).

Precisa de iniciativa pra viver do nosso jeito (Marizélia Aquino de Oliveira Nogueira).

Inovar, eu acho que precisa inovar pra gente trabalhar o que a gente tem aqui. Inovar porque tudo que a gente tem aqui, tudo que a gente vai trabalhar, sempre a gente precisa de melhorar naquela coisa, né?! Tá inovando mais. Então, aqui a gente já tem o bode, tem algumas estruturas aí que as mulheres trabalharam com o umbu, na época do beneficiamento. Na época foi difícil, nem energia a gente não teve e deu pra trabalhar muito bem. Então agora com energia, já inovou, né?! Porque é uma coisa que já melhorou. Eu acho que é uma coisa que já melhorou muito. E a questão do bode, que é que a gente precisa também nessa questão inovar. O jeito novo que eu tô entendendo mais ou menos é esse (Armônica Jesus Vieira).

É isso que as meninas colocou. Não é mudar, não é mudar. O fundo de pasto, o nosso jeito de viver no sertão, né! Nosso jeito de viver no Sertão foi na forma de fundo de pasto que nós encontramos pra viver aqui. Agora esse jeito de viver de fundo de pasto, ele precisa de inovação, como se diz né. Isso que a gente tá falando de implantar um novo projeto ousado, num é mudar totalmente a cultura do pessoal, não é mudar radicalmente assim as coisas não. É um projeto dentro desse jeito de viver no Sertão, com essas pessoas, com essa visão de uma vida melhor, de uma produção com produtividade, com regularidade, com qualidade, pra poder aí agora buscar a comercialização e ter essa comercialização favorável, e tal, o retorno financeiro e com isso ter uma vida digna, né?! Num é dizer, quando dizem assim: Ah, nós precisamos de um novo jeito. Não. Não é novo jeito, mudar assim, mudar o slogan e tal. O nosso jeito de viver no Sertão não é mais aquele, é outro? Não. É inovação. O nosso jeito de viver no sertão continua (Eduardo Martins Ferreira).

(...) Outra coisa também, falaram aqui, né, que é certo esse trabalho pesado da roça, eu defendo o trabalho da agricultura familiar, da roça e tal, só que não defendo esse trabalho pesado não, não defendo eles trabalhar da forma que nós trabalhamos, principalmente pros jovens, né! Defendo isso não, eu defendo que os jovens fiquem trabalhando na agricultura familiar com seus pais, sua família, seu grupo de jovem, mas de uma forma tecnológica, mais organizada. Mais organizada, porque não dá mesmo, não dá é a gente sacrificar a gente mesmo, é escravizar a gente, nesse trabalho que a gente trabalhou. Então hoje em dia eu defendo que seja investido, trabalhado a questão da agricultura familiar com toda família, principalmente com o jovem, mas de uma forma mais técnica, menos esforço físico e é possível. É possível fazer isso, com o conhecimento que a gente tem, com tudo, isso é possível. Agora, tem lá a história da chamada resistência. E aí agora, por causa disso, vai saindo de um, vai arrumar outro emprego fora, outro arruma, e o exemplo, olhando que vai um, dois, três e tal, quando da fé, olha de novo, já não tem mais ninguém. E aí? Como é que você vai reverter essa situação? Fica difícil, né? Então precisa ter iniciativa de uns projetos ousados aqui na região pra mostrar exemplos práticos, exemplos práticos de que é possível reverter essa situação (Idem).

Isso torna ainda mais pertinente a discussão sobre a educação do campo com estas comunidades, por que não basta resolver somente o problema de alternativas econômicas para a geração de renda para a juventude e incluí-lo na sociedade de consumo capitalista, formando-a com uma visão de mundo urbana-industrial. Se isso ocorre, o/a jovem vai sair da comunidade não por falta de renda, mas por negar e não querer para si o modo de vida camponês.

Assim, é preciso discutir a questão da cultura, da formação e dos projetos de vida destas juventudes. Todos/as tem o direito de fazer a opção de ser ou não ser camponês, este não é o problema. A questão é que essa opção deve ser baseada em um projeto de vida e não uma contingência material que o leva a migrar da sua comunidade por falta de opção de renda para se manter, se reproduzir e realizar-se enquanto sujeito histórico.

Fazendo o contraponto à educação rural, a Educação do Campo se constituiu, no final da década de 1990, como uma articulação nacional das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação, materializando ações de disputa pela formulação de políticas públicas no interior da política educacional brasileira, que atendam aos interesses sociais dos trabalhadores do campo, em especial, dos camponeses. O fato é que até hoje o direito à educação nunca chegou a todos os sujeitos de direito no campo e quando chega é na maioria das vezes de forma precária e descontextualizada da realidade social e ambiental local.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade Caldart (2008, p. 71).

Caldart (2012, p. 257), entende que “a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana”.

É importante ter presente que está em questão na Educação do Campo, pensada na tríade Campo – Política Pública – Educação e desde os seus vínculos sociais de origem, uma política de educação da classe trabalhadora do campo, para a construção de um outro projeto de campo, de país, e que pelas circunstâncias sociais objetivas de hoje, implica na formação dos trabalhadores para lutas anti-capitalistas, necessárias a sua própria sobrevivência: como classe, mas também como humanidade. Formação que inclui a afirmação de novos protagonistas para pensar/ construir esta política: os próprios trabalhadores do campo como sujeitos construtores de seu projeto de formação. Ou seja, são os trabalhadores que fundamentalmente não podem perder a noção da tríade e do projeto mais amplo. E, diga-se, estamos nos referindo a uma política que não se reduz à política pública, mas que inclui/precisa incluir políticas de acesso à educação pública para o conjunto dos camponeses, para o conjunto das famílias trabalhadoras do campo Caldart (2008, p. 72).

Para uma compreensão inicial sobre as concepções e princípios da Educação do Campo, destaco a elaboração realizada por Caldart (2004, p. 15-25)<sup>45</sup>, onde identifica os princípios para a construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. Assim, apresento de forma resumida alguns princípios fundamentais levantadas pela autora sobre o tema, que são os seguintes:

a) Formação humana vinculada a uma concepção de campo.

Pensar a educação desde ou junto com uma concepção de campo significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; no campo dos movimentos sociais significa um alargamento das questões da agenda de lutas; no campo da política pública significa pensar a relação entre uma política agrária e uma política de educação, por exemplo; ou entre política agrícola, política de saúde, e política de educação. E na dimensão da reflexão pedagógica significa discutir a arte de educar, e os processos de formação humana, a partir dos parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado.

Pensar uma Educação do Campo significa pensar o campo em toda a sua complexidade. Não só como espaço da produção, mas como território de relações

---

<sup>45</sup> Para maior aprofundamento, ler *Por uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo*. <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/contribuicoes-para-a-construcao-de-um-projeto-de.pdf/view>, acesso em 11/06/2017

sociais, de cultura e de relação com a natureza. A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular.

A Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Pensa a educação dos sujeitos do campo desde o vínculo com a luta pelos direitos das mulheres camponesas, com a luta pela Reforma Agrária e por um projeto camponês de desenvolvimento do campo, com a luta pela democratização do acesso à água; com a luta das crianças pelo seu direito à infância. Defende a superação da dicotomia rural e urbana e da visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano.

A Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país; e reforçando a ideia de que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida, vida digna. A Educação do Campo se afirma no combate aos 'pacotes' (tanto agrícolas como educacionais) e na tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implantação de modelos que as ignoram ou escravizam. Também se contrapõe à visão estreita de educação como preparação de mão-de-obra e a serviço do mercado.

b) Luta por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento Por Uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

E é preciso pensar também que tratar do direito universal à educação é mais do que tratar da presença de todas as pessoas na escola; é passar o olhar para o jeito de educar quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos, capazes de fazer a luta permanente pela sua conquista. Neste sentido, a experiência dos movimentos sociais na formação da consciência do direito precisa ser recuperada e valorizada pela Educação do Campo.

c) Projeto de educação dos e não para os camponeses.

Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita, sim, por meio de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. A afirmação deste traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levamos em conta que, na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os, ou ainda menos, pelos sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos.

E precisamos ainda desdobrar na reflexão do projeto da Educação do Campo o debate sobre pedagogias e metodologias que trabalhem a capacitação real do povo para esta atuação como sujeito; sujeito da construção de políticas públicas, sujeito da construção de projetos de desenvolvimento, sujeito de sua organização coletiva e de lutas sociais, sujeito da reflexão política, e da reflexão pedagógica sobre seu próprio processo de formação como sujeito.

d) Movimentos sociais como sujeitos da Educação do Campo.

A Educação do Campo somente se tornará uma realidade efetiva, como ideário, projeto educativo e política pública de educação, se permanecer vinculada aos movimentos sociais. Um dos objetivos políticos da Educação do Campo é ajudar na mobilização e organização dos camponeses em movimentos sociais que fortaleçam e



identifiquem sua presença coletiva na sociedade e que sejam seu espaço principal de educação para a participação e para as lutas sociais necessárias.

A Educação do Campo precisa pensar a educação do conjunto da população do campo, mas seu projeto educativo está sendo construído desde uma perspectiva de classe e desde a experiência política e pedagógica dos movimentos sociais camponeses. Esta visão pedagógica inverte a lógica de pensar a educação: em vez de pensar uma ação pedagógica para dinamizar ou "modernizar" a sociedade rural, como é a visão da chamada educação rural, o que temos que pensar é em ações pedagógicas sintonizadas com a dinâmica social do campo, acelerada pela presença dos movimentos sociais. Isto implica em todo um outro tipo de reflexão pedagógica e metodológica a ser feita em cada um dos espaços intencionais de educação, incluindo a escola.

O vínculo da Educação do Campo com os movimentos sociais aponta, além disso, para algumas dimensões da formação humana que não podem ser esquecidas em seu projeto político e pedagógico: pensar que precisamos ajudar a educar não apenas trabalhadores do campo, mas também lutadores sociais, militantes de causas coletivas e cultivadores de utopias sociais libertárias. Que formação dá conta disso, e como desenvolvê-la nos diferentes espaços educativos, são questões que também precisam ser desdobradas na discussão deste projeto.

e) Vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura.

A Educação do Campo nasceu colada ao trabalho e à cultura do campo. E não pode perder isso em seu projeto. A leitura dos processos produtivos e dos processos culturais formadores (ou deformadores) dos sujeitos do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo.

O trabalho forma/produz o ser humano. A Educação do Campo precisa recuperar toda uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, de compreensão do vínculo entre educação e produção e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, cotejando todo este acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses.

O projeto da Educação do Campo precisa estar atento para os processos produtivos que conformam hoje o ser trabalhador do campo e participar do debate sobre as alternativas de trabalho e opções de projetos de desenvolvimento locais e regionais que podem devolver dignidade para as famílias e as comunidades camponesas. Pensar isso do ponto de vista pedagógico mais amplo, como processos de humanização-desumanização dos sujeitos, e pensar como estes processos podem/devem ser trabalhados nos diferentes espaços educativos do campo. O que significa hoje fazer a formação das trabalhadoras e dos trabalhadores jovens e adultos do campo? E o que significa educar as crianças e os adolescentes das escolas do campo, levando em conta a formação de sua identidade de trabalhador, e especificamente sua identidade de trabalhador do campo?

A cultura também forma o ser humano e dá as referências para o modo de educá-lo; são os processos culturais que ao mesmo tempo expressam e garantem a própria ação educativa do trabalho, das relações sociais, das lutas sociais. A Educação do Campo precisa recuperar a tradição pedagógica que nos ajuda a pensar a cultura como matriz formadora, que nos ensina que a educação é uma dimensão da cultura, que a cultura é uma dimensão do processo histórico, e que processos pedagógicos são constituídos desde uma cultura e participam de sua reprodução e transformação simultaneamente.

Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração, ou seja, pensando em termos de formação das gerações. E isto tem a ver especialmente com a educação de valores. A Educação do Campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como reconstruir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas, humanas.

f) Valorização e formação dos educadores:

A Educação do Campo têm construído um conceito mais alargado de educador. Para nós é educadora aquela pessoa cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social; seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos. Nesta perspectiva todos somos de alguma forma educadores, mas isto não tira a especificidade desta tarefa: nem todos temos como trabalho principal o de educar as pessoas e o de conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, em suas diferentes gerações.

Construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do campo para atuação em diferentes espaços educativos. E se defendemos uma formação específica é porque entendemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. Por isso o projeto político e pedagógico da Educação do Campo deve incluir uma reflexão sobre qual o perfil do profissional de educação de que precisamos e sobre como se faz esta formação. Pensar sobre como os educadores e as educadoras têm se formado nos próprios processos de construção da Educação do Campo e como isso pode ser potencializado pedagogicamente em programas e políticas de formação específicas.

g) Escola como um dos objetos principais da Educação do Campo.

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais. Isso ocorre por que: a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses; a escola tem uma tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações; e a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer a Educação do Campo, e pode ter um papel importante na disputa de hegemonia de projeto de campo, de sociedade e de formação humana.

Dando continuidade à reflexão sobre as concepções e princípios da Educação do Campo, trago as contribuições de Fernandes e Molina (2004, p. 37-38), onde estes autores afirmam que enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. Por essas razões é que afirmam a Educação do Campo como um novo paradigma que vem sendo construído por esses grupos sociais e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida. A Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos.

Fernandes (2008, p. 40) nos desafia a pensar a seguinte questão: qual o campo da Educação do Campo? De acordo com este autor, o campesinato e o agronegócio produzem territórios distintos, de modo que temos dois campos: o campo camponês e o campo do agronegócio. Isso porque os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são

organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida.

Segundo Fernandes (2008, p. 41), a diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é nesse e desse espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses. Portanto, a educação possui sentidos completamente distintos para o agronegócio e para os camponeses. Evidente se está falando que o território camponês deve continuar sendo sempre território camponês. Isso significa compreender o território camponês como uma totalidade, de modo que o seu desenvolvimento não venha a destruir a sua estrutura.

Por causa desses processos, que temos que pensar uma Educação do Campo para o campo camponês. O agronegócio está, ao mesmo tempo, avançando e agonizando. Seu modelo de desenvolvimento com base na grande escala, no envenenamento dos territórios, na produção de alimentos conservados e ruins para serem vendidos em todo o mundo tem se tornado uma opção para a vida moderna. Mas, a vida moderna também está fazendo outra opção, que é por alimentos saudáveis. E alimentos saudáveis são alimentos produzidos sem veneno, em pequena escala e vendidos em mercados locais e regionais. É desse campo que o camponês participa. É desse campo que estamos falando, quando pensamos em uma Educação do Campo (Fernandes, 2008, p. 63-64).

Na concepção de Frigotto (2010), “um projeto societário contra-hegemônico que busque efetiva sustentabilidade à vida humana com igualdade de condições e proteja suas bases ambientais demandam processos educativos, em todas as esferas da práxis humana, e, em particular, no chão da escola pública do campo e da cidade que desenvolva conhecimentos, saberes e valores vinculados à utopia da superação das relações sociais capitalistas que privatizam o que é de toda a humanidade”.

De acordo com Petersen e Londres (2015), a superação desse cenário paradoxal cobra profundas transformações nos sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Movimentos sociais e redes da sociedade civil defendem que essas transformações devem ser orientadas pelo princípio político da soberania alimentar dos povos e pela Agroecologia.

A Agroecologia e a Educação do Campo são irmãs que nasceram em tempos diferentes, mas se desenvolvem em um contexto de lutas e de críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista que tem provocado uma enorme crise socioambiental e afetado a sustentabilidade do planeta. Assim, emergem fazendo a crítica ao modo de produção capitalista na agricultura e às concepções de campo, de educação, de formação humana, de políticas públicas e de sociedade que este modelo produz.

Desta forma, tanto a Agroecologia como a Educação do Campo, ao analisar a crise socioambiental do planeta e desvelar que esta é decorrente do modelo de desenvolvimento capitalista, na agricultura expresso na revolução verde e no agronegócio e na educação expresso na educação rural, está se questionando também o paradigma dominante que sustenta teoricamente este modelo e seu processo de produção, de construção do conhecimento e de elaboração de políticas públicas. Assim, ambas se propõem a contribuir com a construção de um novo paradigma de agricultura, de educação, de campo e de sociedade.

Diversos autores, a partir dos lugares que ocupam, da sua formação científica e do seu enfoque de atuação, buscaram conceituar a Agroecologia, que é entendida como uma ciência emergente ainda em processo de construção e organização e que possui raízes filosóficas diferentes da ciência agrícola convencional. No espaço que este texto me permite, buscarei sistematizar a concepção do conceito a partir das definições de Altieri, Caporal, Gliessman, Guzmán e da Via Campesina.

De acordo com Toná e Guhur (2012, p. 63-64), a Via Campesina construiu uma concepção de Agroecologia a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo que a compõe. Desta forma, não entendem a Agroecologia como “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas que a percebem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza. Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana. Entende o camponês como sujeito coletivo que desenvolve um modo não capitalista de produzir, de organizar a vida social e de se relacionar com a natureza.

Para Guzmán (2011), a Agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas a

atual crise civilizatória. E isso, mediante propostas participativas pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para enfrentar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo. Propõe a utilização do pensamento marxista para a análise da crise ecológica a partir de uma perspectiva emancipadora e que é necessário articular com a práxis produtiva a interpretação dos conteúdos históricos de natureza sociológica e política.

Para Caporal (2011), Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências e é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística, caracterizando-a como uma ciência da complexidade, não se enquadrando no campo do paradigma convencional.

Para Gliessmam (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas mais sustentáveis. Altieri (2012) definiu a Agroecologia como uma disciplina que fornece os princípios ecológicos para estudar, desejar e manejar agroecossistemas culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo e busca a valorização da sabedoria e da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais.

O pressuposto da agroecologia é de que para desenvolver uma agricultura mais sustentável é necessário um entendimento profundo por parte dos agricultores da natureza dos agroecossistemas e dos princípios por meio dos quais eles funcionam. Portanto, é preciso formar os camponeses como pesquisadores dos seus agroecossistemas, o que exige apropriação da ciência e processual desalienação do trabalho e da natureza a que as relações capitalistas os têm submetido. Ao mesmo tempo supõe o aprendizado de um autêntico diálogo de saberes entre cientistas e agricultores, e entre diferentes formas de conhecimento (Caldart, 2016).

Ao pensarmos a educação e o estudo, desejo e manejo agroecológico dos agroecossistemas das comunidades de Fundo de Pasto, é importante destacar que estas estão inseridas no contexto ambiental, social, econômico, cultural e político do Semiárido e situadas no bioma Caatinga e em áreas de transição com o Cerrado. Portanto, pensar a Educação do Campo e a Agroecologia nos Fundos de Pasto tem que levar em consideração o debate sobre a Convivência com o Semiárido.

A Educação do Campo e a Agroecologia têm sido fundamentais para alimentar a construção do debate sobre a Convivência com o Semiárido, e vice e versa, tendo em vista que

a maioria das organizações que a impulsionam também atuam no campo agroecológico e da educação do campo. Assim, estas três perspectivas se retroalimentam com suas concepções, princípios e práticas, fazendo avançar as lutas e a capacidade de análise crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista que tem provocado uma enorme crise socioambiental e afetado a sustentabilidade do planeta. Neste contexto, as regiões semiáridas serão as mais afetadas com os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Conforme a Articulação Semiárido Brasileiro:

A convivência com o Semiárido é o nosso jeito de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, de preservar a Caatinga e o Cerrado e de produzir de forma agroecológica. Articulamos e executamos projetos e ações de armazenamento de água e forragem, resgate e conservação de sementes crioulas, fundos rotativos, organização e empoderamento de mulheres e jovens, democratização da comunicação, de auto-identidade e reconhecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais, de educação contextualizada para convivência com o Semiárido, produção agroecológica e economia solidária. Passos iniciais, mas fundamentais, rumo à convivência com o Semiárido foram dados (ASA, 2016).

O Semiárido brasileiro vive um momento singular. Está emergindo de forma consistente um paradigma contra hegemônico ao paradigma do combate à seca. O povo sertanejo resiste e teima em dizer que quer construir uma nova história de vida na região. Um novo modelo de desenvolvimento com democracia, justiça social e sustentabilidade e que fortaleça as lutas e a soberania dos povos e da nação. Está pulsando o paradigma da Convivência com o Semiárido!

A carta política do IX Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) realizado em novembro de 2016, é muito enfática neste sentido, quando afirma que:

Há trinta anos, quando lutávamos para enterrar uma ditadura civil-militar e reconstruir nossa democracia, no Semiárido um milhão de pessoas morriam em decorrência dos efeitos da seca e da total ausência do Estado. Centenas de milhares migravam de suas terras em tristes partidas para outras regiões. Tantas outras e outros vagavam sem perspectivas que não a morte. Tantas e tantos foram explorados nas indignas frentes de serviço. As políticas de combate à seca só geraram mais mortes, miséria, fome, sede, doenças, escassez, saques e mancharam o mapa do Brasil. Éramos apresentadas soluções humilhantes e que tiravam o que ainda nos restava de vida e dignidade (ASA, 2016).

Aquela realidade ficou no passado. Vivemos hoje o quinto ano de uma estiagem ainda mais severa e nenhum ser humano teve sua vida ceifada pelos efeitos da seca. Esta nova realidade resulta de políticas de convivência com o Semiárido, pautadas nas estratégias e práticas construídas e desenvolvidas pelos muitos povos do Semiárido que se articulam na ASA. Agricultoras e agricultores, organizações e centros de pesquisa contribuíram para que estas práticas se tornassem políticas públicas, rompendo com esse ciclo de negação de direitos e de morte. Um milhão de cisternas, um milhão de famílias com acesso à água potável dão mais vida à paisagem do Semiárido. Construir a convivência com o Semiárido é romper com 500 anos de negação de direitos e com o jogo político que alimenta a indústria da seca (Idem).

Essa mudança de paradigma foi construída passo a passo pela incrível força organizativa e pela criatividade dos povos do Semiárido, e só foi possível porque se estabeleceu uma nova relação entre Estado e Sociedade, na qual a sociedade civil organizada teve vez e voz, participando, em parceria, da formulação, da execução e do controle de políticas públicas (Idem).

Existe, portanto, uma disputa real de dois paradigmas que orientam os projetos de desenvolvimento na e para a região, a formulação de políticas públicas, a ação política e a construção do conhecimento, da ciência e das tecnologias. O paradigma do combate à seca ainda é dominante, mas está em crise, pois ao longo da história não conseguiu resolver os problemas básicos da maioria do povo do Semiárido, especialmente das famílias mais pobres. Ao contrário, acumulou riqueza e poder nas mãos de uma elite política e econômica alimentada pela indústria da seca.

De acordo com Silva (2007), o que está em questionamento é a visão reducionista e fragmentada das soluções tecnológicas e do utilitarismo economicista do combate à seca. Combater a seca é uma crença na capacidade do progresso, como solução técnica aos problemas. Expressa um paradigma que informa as crenças e atitudes civilizatórias da modernidade. Sua finalidade implícita é modificar a natureza, conhecendo as causas naturais da seca e agindo sobre os seus efeitos para promoção do progresso da humanidade. Reflete uma perspectiva antropocêntrica da afirmação da dominação humana sobre a natureza.

Ainda, segundo Silva (2007) existe relações entre as concepções e políticas no Semiárido com paradigmas globais que orientam o debate sobre o desenvolvimento. Percebe-se a relação entre o paradigma da modernidade e as concepções de “combate à seca e aos seus efeitos” e de “modernização econômica do Semiárido”. Da mesma forma, são percebidas relações entre a “convivência com o Semiárido” e o paradigma contemporâneo da sustentabilidade do desenvolvimento. Essas disputas em torno de alternativas e prioridades para o desenvolvimento do Semiárido indicam uma transição paradigmática.

Também, entendo que o paradigma do combate à seca está baseado no paradigma dominante que sustenta a ciência convencional e por sua vez o modo de produção capitalista. Para demonstrar suas evidências, destaco três questões fundamentais para entender como este paradigma se expressa na imagem sobre a região, na relação com a natureza, nas políticas públicas e no modo de construir conhecimentos e tecnologias, para que, a partir daí, se possa avançar nas possibilidades da sua superação. São elas:

a) o domínio do homem sobre a natureza - expressado na ambição humana de dominar, transformar e artificializar a natureza através de grandes obras de infraestrutura hídrica e tecnologias; na lógica de combater as adversidades do clima; na apropriação privada



da natureza e do patrimônio público através da indústria da seca; na propriedade privada de grandes extensões de terras nas mãos de tão pouca gente; na perversa forma de dominação sociopolítica das oligarquias regionais sobre as populações locais.

b) a relação sociedade-natureza – expressada na separação da sociedade e natureza; na incompreensão da dinâmica do clima Semiárido e da riqueza e potencialidades da Caatinga e do Cerrado; na imagem de terra rachada, de miséria, tristeza e desgraça sobre o sertão; na dicotomia campo e cidade; na prática de uma agricultura inadequada ao ambiente, que destrói as matas, as águas, os solos e a biodiversidade; numa matriz reducionista e fragmentada de combate às secas, no agrohidronegócio que valoriza as grandes obras hídricas e com a irrigação orientada para a produção destinada ao mercado externo; na mineração que explora, destrói e contamina o meio ambiente; no processo crescente de desertificação.

c) a separação do sujeito do objeto da pesquisa – expressa na estrutura de poder sujeito-objeto da metodologia científica convencional, onde o pesquisador é o sujeito e a comunidade o objeto da pesquisa; na supremacia do conhecimento científico sobre o conhecimento popular; no monopólio do saber e da produção do conhecimento pelo pesquisador; na elaboração de projetos de desenvolvimento construídos sem a participação da população sertaneja e impostos de forma autoritária como a redenção do sertão; nas ações de cunho assistencialista, clientelista e com forte uso político-eleitoral do voto de cabresto.

Por outro lado, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade protagonizam estratégias concretas e exitosas que se ampliam e se fortalecem negando a lógica do combate à seca e afirmando a viabilidade da Convivência com o Semiárido, numa relação de integração com a sua natureza e considerando a diversidade ambiental, étnica, racial, cultural e política.

O paradigma da Convivência com o Semiárido é bastante recente do ponto de vista histórico, ainda está em construção e amadurecimento, a partir da luta concreta de trabalhadores e trabalhadoras reunidos em diversas organizações sociais articuladas principalmente em torno da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), da Rede de Educação para Convivência com o Semiárido Brasileiro (RESAB), instituições de ensino e pesquisa e no fazer cotidiano dos camponeses e camponesas que experimentam e inventam seu jeito de viver no Sertão.

De acordo com Batista (2013), os princípios e práticas de convivência com o Semiárido indicam que é preciso ter as pessoas humanas no centro dos processos, numa relação de equidade, justiça e convivência harmônica com a natureza. Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo

bem à natureza e cuidando de sua conservação. Conviver com o Semiárido não significa apenas empregar tecnologias diferentes, quer sejam baratas ou caras. Significa abraçar uma proposta de desenvolvimento que afirma ser o Semiárido viável, ser o seu povo inteligente e capaz, ser a natureza do Semiárido rica e possível, desde que os seres humanos com ela se relacionem de modo respeitoso e que haja políticas públicas adequadas.

Para Roberto Malvezzi (2007), não é possível construir um projeto de Nação sem que ele respeite a vocação e os limites de cada um dos nossos biomas. Não haverá futuro para o Semiárido sem que seja compreendida sua lógica mais profunda. É preciso pensar o Semiárido no seu contexto global e segundo as características que lhes são próprias e únicas. O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de acabar com a seca, mas de adaptar-se de forma inteligente. Passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva. O principal bem a ser estocado é a própria água. A primeira lei da convivência com o Semiárido, então, é a captação inteligente da água da chuva.

Ainda segundo Malvezzi (2007), a convivência com o Semiárido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático. Esse desafio é tão agudo quanto à própria transformação do Semiárido. Para agravar a situação, o poder político e econômico construído a partir da indústria da seca, se reflete também nas escolas. Não estamos apenas diante de um equívoco educacional. Há uma ideologia minuciosamente trabalhada para sustentar mitos e poderes. O objetivo é uma política educacional que seja pautada pelo ensino da Convivência com o Semiárido, e não para a manutenção da indústria da seca.

Para Silva (2007), pode-se definir a Convivência com o Semiárido como sendo uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.

Conforme Batista (2013), iluminado pela convivência, o desenvolvimento do Semiárido passa por premissas tais como: o compromisso com as necessidades e potencialidades da população local; a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; a recuperação das áreas degradadas; a quebra do monopólio da terra e da água; a valorização do patrimônio cultural, étnico, material e simbólico do semiárido; o reconhecimento da agricultura familiar como categoria sociopolítica e estratégica do desenvolvimento e o reconhecimento do meio rural como território de produção e reprodução da vida; a valorização das tradições e

conhecimentos das comunidades; e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do semiárido com seu patrimônio, colocando sua população como coautora das políticas e não como sua simples beneficiária.

Um princípio chave da convivência e do desenvolvimento sustentável do Semiárido é a afirmação de que as populações do Semiárido não são simplesmente receptoras de conhecimentos e de pacotes tecnológicos. Ao contrário, possuem seu próprio conhecimento, produzem e são capazes de gerar os conhecimentos necessários ao desenvolvimento, sem negar, com isso, a necessária interrelação com outras populações, conhecimentos e tecnologias. Propugnamos, deste modo, uma quebra do monopólio do saber e do conhecer, que estava centrado em alguns centros, regiões e pessoas, tipos de conhecer e de tecnologias, que desconhece e desvaloriza outros (Idem).

Pensar e construir a Educação do Campo na perspectiva da Convivência com o Semiárido é contribuir para o fortalecimento dos processos sociais inovadores e transformadores que estão acontecendo no Semiárido brasileiro. É fortalecer a identidade, a cultura, o patrimônio histórico, artístico e cultural e o modo de vida do povo sertanejo. É garantir o direito à educação em todos os níveis, mas uma educação como prática da liberdade e da construção de um projeto de sociedade que esteja a serviço da emancipação dos trabalhadores do campo, da vida e da sustentabilidade da Terra.

Uma concepção de sustentabilidade conforme nos orienta Leonardo Boff (2012), que a entende como a ação que procura devolver o equilíbrio à Terra e aos ecossistemas para que a Casa Comum possa continuar habitável e para que possamos salvar a vida humana e nossa civilização. Assim, a sustentabilidade é vista de forma integral, aplicável ao universo, à Terra, a comunidade de vida, à sociedade, ao desenvolvimento, à educação e a vida de cada pessoa.

#### ❖ **Orientações aos coordenadores para o quinto Círculo de Cultura**

A forma de organizar o Círculo fica a critério de cada um. O importante é criar um ambiente agradável e confortável que favoreça o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal. Este é um momento especial para dialogar com a cultura e com o patrimônio histórico, artístico e cultural da comunidade e do povo sertanejo. Trazer elementos da cultura popular para o Círculo faz deste um momento muito rico de celebração da vida, da comunhão, da partilha, das lutas e da esperança de um mundo melhor.

Portando, a criatividade e um bom planejamento dos detalhes da organização do Círculo faz uma boa diferença. Entre tantas outras formas de animação, de mística e integração

utilizadas pelos movimentos sociais populares, podemos citar as canções, poesias, danças, místicas, teatro, dinâmica de grupo, vídeos, fotografias, palavras de ordem, orações, etc. Enfim, vai utilizando os elementos ao longo dos trabalhos conforme o momento, a conveniência e o tema a ser discutido, que neste caso, o tema central é a educação do campo.

A partir dos princípios e orientações sobre o método já apresentados no item ‘A organização do Círculo de Cultura nas comunidades’, na página 34, os coordenadores devem garantir que os/as participantes estejam acomodados em formato de um círculo, para que todos/as possam se enxergar e para criar as condições para que participem em situação de igualdade.

Como é possível que tenha novos participantes e para lembrar os objetivos da reunião, no início da conversa é fundamental explicar novamente o que é o Círculo de Cultura, seus princípios, metodologia de trabalho e por que esta reunião está sendo conduzida com essa metodologia. É importante que os participantes tenham consciência de onde eles estão, de quem eles estão participando e o que vai acontecer neste dia. Assim, devem ficar bem claros os motivos e objetivos da reunião.

Deve-se chamar a atenção de que a reflexão sobre a soberania alimentar das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto está acontecendo em cinco Círculos de Cultura. Também, é importante lembrar o que aconteceu nos círculos anteriores para começar a aquecer a mente do pessoal, recuperar as discussões já realizadas, reforçando as principais questões debatidas referentes ao direito ao reconhecimento e ao território tradicionalmente ocupado; ao direito humano à alimentação adequada e saudável; ao acesso as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional; aos desafios para a conquista da soberania alimentar; entre outras questões debatidas conforme a realidade de cada comunidade.

O coordenador deve provocar inicialmente que os próprios participantes falem sobre os que eles lembram para instigar a memória do pessoal. Depois pode lembrar os temas geradores, mas é interessante que no primeiro momento faça o papel de provocador. Somente depois das falas é que deve trazer para o círculo de forma sistematizada os conteúdos acima citados. Pode até escrever numa cartolina ou outro papel e pregar na parede para facilitar a visualização e memorização.

Feita essa parte introdutória, mas fundamental, deve-se iniciar as reflexões a partir das perguntas geradoras formuladas com base nos temas geradores que se pretende discutir. Este quinto Círculo tem como objetivo refletir sobre o potencial que a Educação do Campo tem para contribuir com as comunidades de Fundo de Pasto na sua luta por soberania alimentar, no

fortalecimento do seu modo de vida e para a sua reprodução social e política como comunidade tradicional.

É um momento também de trazer ao debate as reflexões, os conhecimentos construídos e as ações coletivas planejadas nos Círculos anteriores para fazer as sínteses, amarras, concertações, acordos, organização de ações coletivas e planejamento dos próximos passos. Desta forma, deve planejar e controlar bem o uso do tempo para poder debater todas as perguntas geradoras, apresentar o conteúdo programático e que ao final tenha tempo para pensar e construir as ações coletivas para fortalecer a mobilização e a luta pela soberania alimentar das comunidades de Fundo de Pasto.

Sendo assim, listo uma série de perguntas geradoras abaixo para orientar o planejamento e organização do Círculo de Cultura pelo coordenador. Faço a sugestão de iniciar as discussões a partir do debate sobre a realidade da educação e da juventude da comunidade. As perguntas geradoras podem ser:

- ✓ Como está a educação das crianças e jovens da comunidade?
- ✓ A educação escolar está adequada à realidade e ao modo de vida tradicional das comunidades de Fundo de Pasto?
- ✓ Ela está ajudando a manter a juventude na comunidade ou está incentivando a sua saída?
- ✓ Quais os fatores que levam a juventude a sair da comunidade?
- ✓ Como criar alternativas para os/as jovens permanecerem e/ou voltarem para a comunidade?

Após essa primeira rodada de diálogos sobre os problemas da educação das crianças e jovens dos Fundos de Pasto e os problemas que a juventude enfrenta para continuar vivendo na comunidade, vamos passar para uma discussão mais conceitual e que aponte para enfrentar os problemas levantados. Desta forma, a partir dos conhecimentos do grupo e do conteúdo programático apresentado anteriormente, vamos dialogar sobre as concepções e princípios da Educação do Campo, da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido. Assim, proponho as seguintes perguntas geradoras:

- ✓ O que é a Educação do Campo?
- ✓ Quais os princípios da Educação do Campo?
- ✓ Qual o campo da Educação do Campo?
- ✓ Como é e quais as características dos territórios das Comunidades de Fundo de Pasto?
- ✓ Qual é o campo do agronegócio?

- ✓ Como é e quais as características dos territórios do agronegócio?

Inicialmente o coordenador deve provocar e estimular o grupo a pensar e participar do diálogo. Trazer os elementos a partir dos conhecimentos dos participantes. A partir daí, o coordenador deve apresentar de forma sistematizada e resumida a concepção e os principais princípios da educação do campo. Estimular o grupo a refletir sobre as diferenças de concepções de campo e de agricultura que existem entre as comunidades camponesas e o agronegócio.

Refletir sobre os territórios das comunidades de Fundo de Pasto e que as comunidades camponesas e o agronegócio produzem territórios distintos, com objetivos distintos. Enquanto interessa aos camponeses construir e fortalecer o seu modo de vida, produzir alimentos saudáveis e preservar a natureza, interessa para o agronegócio explorar os recursos naturais, produzir mercadorias e acumular capital.

Na sequência, já jogar o tema da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido no Círculo para o grupo refletir, procedendo da mesma forma com a discussão da educação do campo. Partindo da cultura e dos conhecimentos dos participantes fazer o diálogo com o conhecimento científico elaborado na academia e nos movimentos sociais. Podem-se fazer as seguintes perguntas geradoras:

- ✓ Vocês praticam a Agroecologia?
- ✓ O que vocês entendem por Agroecologia?
- ✓ Quais são os princípios da Agroecologia?
- ✓ O que é a Convivência com o Semiárido?
- ✓ Quais as práticas de convivência com o Semiárido vocês conhecem?
- ✓ Essas práticas também são agroecológicas?
- ✓ Qual a relação que vocês acham que tem a Educação do Campo, a Agroecologia e a Convivência com o Semiárido?
- ✓ Como a Educação do Campo, a Agroecologia e a Convivência com o Semiárido pode contribuir com as comunidades de Fundo de Pasto na valorização do seu modo de vida tradicional, para fortalecer a organização e as lutas coletivas e criar alternativas para os/as jovens conquistarem o seu direito de acesso à educação em todos os níveis e ao mesmo tempo permanecerem e/ou voltarem para a comunidade?
- ✓ Que ações coletivas podemos organizar para enfrentar os principais problemas levantados e transformar a realidade analisada?

Após as reflexões e discussões, é o momento de trazer ao debate as reflexões, os conhecimentos construídos e as ações coletivas planejadas nos Círculos anteriores para fazer as sínteses, amarras, concertações, acordos, organização de ações coletivas e planejamento dos próximos passos.

É importante alertar ao coordenador que estes são temas bem amplos e geram bastante discussão. Portanto, sem restringir a participação das pessoas e o diálogo, deve ficar muito atento ao tempo para que fique reservado um tempo no final para discutir as propostas das ações coletivas para encaminhar a luta da comunidade, pois o objetivo do Círculo de Cultura é promover a reflexão e a organização de ações coletivas para transformar a realidade.

Nesta etapa final, o grupo como um todo, mas principalmente o coordenador, deverá ter a preocupação de sistematizar as propostas que saíram dos Círculos anteriores e trazer para que todos do grupo possam visualizar, seja numa folha impressa ou escrito em papel para colar na parede ou quadro, a depender das condições do local. Como sempre, use da criatividade característica do povo sertanejo.

O importante aqui é fazer a síntese das propostas e pactuar as ações coletivas a serem realizadas para transformar a realidade e enfrentar os problemas. Neste momento, não terá tempo para discutir os detalhes, o como fazer e planejamento operacional das ações. Assim, deverá ao final já definir a data e horário da próxima reunião organizativa e operativa. É essencial que a direção da associação comunitária tome de fato a direção e organize esse processo.

Para finalizar, o coordenador deve convidar os participantes a fazer uma avaliação de todo o trabalho realizado desde o primeiro até o quinto Círculo. O que o pessoal achou do método? Em que contribuiu com a comunidade? É possível continuar realizando o Círculo de Cultura como um instrumento permanente de reflexão e formação política da comunidade? Entre outras perguntas que achar importante. Por fim, fazer o encerramento de forma a fortalecer os laços de comunhão, amor ao próximo, solidariedade, partilha e esperança.

É importante ressaltar novamente que este é apenas uma sugestão de roteiro com base no material elaborado, ficando livre para cada coordenador adaptar a condução dos trabalhos conforme o seu perfil e a realidade de cada comunidade. Independente de que caminho tomar, o fundamental é que o coordenador se prepare bem para a condução do círculo e esteja sempre alerta que o seu papel é de mediar discussões e garantir o diálogo entre os participantes de forma livre e horizontal.







## Considerações finais

A opção pela Pesquisa Participante e pelo Círculo de Cultura foi uma decisão importantíssima para a realização deste trabalho, confirmando-os como instrumentos de grande potência para a pesquisa, reflexão crítica da realidade, construção e partilha de saberes, de comunhão, busca de alternativas e construção de ações coletivas para transformação da realidade pesquisada.

Ver uma camponesa se percebendo e descobrindo em si a condição de pesquisadora talvez tenha sido o momento mais emocionante deste trabalho. Também, o último Círculo realizado em Várzea Grande, com cerca de 25 pessoas sentadas em círculo à sombra de um lindo e frondoso juazeiro, foi o momento mais simbólico do que representou esta pesquisa com comunidades tradicionais de Fundo de Pasto no Semiárido baiano.

Compreender os Fundos de Pasto como modo de vida tradicional e camponês, e não apenas como um sistema produtivo ou forma de ocupação e uso coletivo da terra é fundamental para entender a dinâmica cultural, social e produtiva destas comunidades e sua relação com a natureza.

As comunidades de Fundo de Pasto têm o direito a alimentos saudáveis, nutritivos, acessíveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e agroecológica. Tem o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Tem os direitos de acesso e a gestão de suas terras, dos seus territórios, das suas águas, das suas sementes, do seu gado e da sua biodiversidade. Tem o direito de construir novas relações sociais livre da opressão e desigualdade entre homens e mulheres e entre gerações.

A opção política e metodológica de fazer um recorte da discussão a partir da juventude saiu da primeira reunião em Várzea Grande para apresentar a pesquisa e discutir os objetivos, onde o grupo apontou a necessidade de pesquisar as alternativas para a juventude permanecer na comunidade. Esta via se mostrou bastante profícua e abriu outras possibilidades de futuras pesquisas para aprofundar sobre o tema e construir estas alternativas de forma coletiva com as/os jovens.

Quero demarcar também a questão da autonomia pessoal, cultural, política, social e econômica das mulheres nos Fundos de Pasto. Esse desafio não passou despercebido por este pesquisador e estou atento às necessidades de aprofundar a participação das mulheres na construção da soberania alimentar e nas lutas coletivas. No entanto, conforme parágrafo anterior, a opção foi refletir as questões da juventude. Portanto reafirmo, “sem feminismo não

há agroecologia”; “sem feminismo não há convivência com o Semiárido”; “sem feminismo não há educação do campo”; “sem feminismo não há soberania alimentar”.

O direito ao território tradicionalmente ocupado é condição para garantir a soberania alimentar das comunidades. O grande desafio está em como fazer a gestão dos territórios das comunidades e o manejo agroecológico dos seus agroecossistemas, de forma familiar e coletiva, para a produção diversificada de alimentos saudáveis, que sejam suficientes em quantidade, qualidade e regularidade, para suprir as necessidades alimentares de todas as famílias e em todos os períodos dos anos, como também, que gere excedentes para a comercialização e geração de renda para atender outras necessidades.

Há a necessidade e o desafio político de uma maior aproximação e articulação das concepções, princípios e práticas da Educação do Campo, da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido para construirmos as alternativas técnicas e metodológicas para o estudo, desenho e manejo dos agroecossistemas das comunidades de Fundo de Pasto, incrementando a produção de alimentos saudáveis para o autoconsumo das famílias, o abastecimento comunitário e para a organização de processos familiares e coletivos de produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização, na perspectiva de aumentar a renda e a qualidade de vida das famílias, contribuindo para superar o problema da falta de alternativas de renda que estimule a juventude a permanecer e construir seus projetos de vida em sua própria comunidade.

Daí a necessidade de processos educativos e de políticas públicas que caminhem neste sentido. A ampliação do acesso às políticas públicas e sua adequação à realidade dos Fundos de Pasto são fundamentais para promover as transformações necessárias e a sustentabilidade das comunidades. Os gestores públicos devem ficar atentos a esta necessidade, buscando superar os “obstáculos epistemológicos” e “desfazer os nós” para compreender o modo de vida e as demandas das comunidades. Para isso, ampliar os processos de participação dos sujeitos na construção das políticas é um caminho a avançar.

Da mesma forma, cabe às comunidades fortalecer cada vez mais a mobilização social e a luta política para pressionar o Estado, incluindo o executivo, o legislativo e o judiciário, para que estes se movam no sentido de promover os ajustes na legislação e nos procedimentos burocráticos para garantir e acelerar os processos de regularização fundiária das áreas coletivas, tendo em vista o acelerado e violento avanço do capital sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais para ocupar, expropriar, grilar e tomar as terras. Neste sentido, também cabe aos operadores do Estado e ao governo da Bahia se movimentar na direção de atender as reivindicações e garantir os direitos das comunidades.

Entendo que o fortalecimento do modo de vida tradicional, da organização política e das lutas dos Fundos de Pasto para transformar a sua realidade, passa pela adoção da Soberania Alimentar, da Educação do Campo, da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido como referenciais teóricos e políticos, como também, como bandeiras de lutas das comunidades e da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto.

Também, que as suas lutas sociais e políticas devem estar organicamente articuladas com as lutas dos trabalhadores rurais sem terra, dos povos indígenas, dos extrativistas, dos quilombolas, dos ambientalistas, dos atingidos por grandes obras de infraestrutura, das mulheres, dos ambientalistas e das lutas populares urbanas, na perspectiva de construir um projeto de campo e de sociedade em favor dos interesses dos camponeses, neste caso em especial, dos interesses das Comunidades de Fundo de Pasto.

A Educação do Campo tem um grande potencial para contribuir com as comunidades de Fundo de Pasto na luta por soberania alimentar e na construção do seu projeto educativo, no fortalecimento do seu modo de vida e para a sua reprodução social e política como comunidade tradicional. Assim, a experimentação e desenvolvimento do Círculo de Cultura como uma ferramenta para promover a reflexão, a análise crítica da realidade e a organização de ações coletivas transformadoras pode trazer novos elementos de reflexão sobre o tema e a aplicação desta ferramenta na pesquisa participante.

Por fim, não menos importante, estamos diante de uma conjuntura política e econômica extremamente desfavorável e desafiadora para a classe trabalhadora, em especial para os camponeses. Se a vida já estava dura com o avanço do capital e do agronegócio sobre as comunidades camponesas, com o golpe de Estado que afastou a presidenta eleita Dilma Rousseff, a situação só piorou. Um golpe de classe da elite brasileira contra os trabalhadores. Um golpe para destruir a democracia, retomar a agenda neoliberal de desmonte do Estado, entrega do patrimônio nacional para o capital internacional, pilhagem dos recursos públicos e subordinação da soberania nacional aos interesses dos Estados Unidos. Um golpe para destruir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras conquistados com muita luta ao longo do século XX e destruir as políticas públicas implantadas pelos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma a partir de 2003.

Este golpe nos mostrou o quanto avançamos, os erros cometidos, os limites e obstáculos impostos pelo capital para a democratização do Estado, da riqueza e das políticas públicas, o quanto retrocedemos em tão curto tempo e o quanto precisamos avançar na construção de um país democrático, com justiça, igualdade social, socialista, sustentável e soberano.

## Referências

- ABRANDH. *O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional*. Organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013.
- ALCÂNTARA, D. M. D. *Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Calderãozinho - Uauá- Bahia*. Salvador: PPGG/IG/UFBA, 2011.
- ALCANTARA, D.M e GERMANI, G.I. *Fundo de Pasto: Um conceito em Movimento*. In Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEG. Curitiba (PR). 2009. Anais da ANPEGE. CD-ROM.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª ed., (revista e ampliada), São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.
- ANA. *Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia*. Articulação Nacional de Agroecologia. Recife, 2006. Disponível em <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/carta-politica-iiena-pdf.pdf>, acesso em 26/06/2017.
- ANA. *Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia*. Articulação Nacional de Agroecologia. Juazeiro, BA, 2014. Disponível em <http://enagroecologia.org.br/files/2014/05/Carta-Pol%C3%ADtica-do-III-ENA.pdf>, acesso em 15/07/2016.
- ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. *O Fundo de Pasto que queremos: Política Fundiária, Agrícola e Ambiental para os Fundos de Pasto baianos*. Senhor do Bonfim (BA): Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, 2004, mimeo.
- Articulação Semiárido Brasileiro. *Carta do IX Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Povos e territórios, construindo e transformando o Semiárido*. Mossoró, 21 a 25 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta-Politica-do-IX-EnconASA.pdf>, acesso em 06/02/2017.
- BAHIA. *Decreto nº 13.247 de 30 de agosto de 2011. Dispõe sobre a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais - CESPCT*. Disponível em <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/c.pdf>, acesso em 15/07/2016.
- BAHIA. *Decreto nº 15.634 de 06 de novembro de 2014. Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, altera o Decreto nº 13.247, de 30 de agosto de 2011, e dá outras providências*. Diário Oficial. Decretos Numerados. Ano · XCIX · Nº 21.565. Salvador, BA, 07 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/1/decretonovo.pdf>, acesso em 15/07/2016.
- BAHIA. *Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Bahia. 2015-2019*. Governo da Bahia. Casa Civil. Salvador, BA, 2015. Disponível em <http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/GGSanPlanoEstadualdeSegurancaAlimentareNutricionalBahia20152019.pdf>, acesso 15/07/2016.
- BAPTISTA, N. Q. e CAMPOS, C. H. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, I. L. e SCHROEDER, E. O. (orgs). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID /

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. *Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, primeira edição – Brasília, 2011.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm), acesso em 15/07/2016.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar ente tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (orgs), *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2006.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M.C. *A pesquisa participante: um momento da educação popular*. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (orgs), *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2006.

CALDART, R. S. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo* / Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: *Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação*. Organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: Inkra, MDA, 2008.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. *Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!* Porto Alegre, fevereiro de 2016 (texto).

CAPORAL. F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL. F. R. e AZEVEDO. E. O DE. (orgs). *Princípios e Perspectivas da Agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

CAR. *Avaliação da Intervenção Governamental no Sistema Produtivo Fundo de Pasto*. Salvador: CAR/ SEPLANTEC, abril de 1987, mimeo.

COSTA, F. D. A; CARVALHO, H. M. D. Campesinato. In: *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO. J. *Geografia da fome (o dilema brasileiro : pão ou aço)*. — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CARVALHO, F. P. D. *Fundos de Pasto: Territorialidade, luta e reconhecimento*. Salvador: PPGA/UFBA, 2014.

CARVALHO, F. P. D. *Fundos de Pasto: Territorialidade e uso comum*. Ruris, Volume 10, Número 2, setembro de 2016.

CARVALHO, H. M. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil. Texto I – Teses. In: *A Questão Agrária no Brasil. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). - 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COTRIM, D. V. N. *O Pastoreio Comunitário em Uauá: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1992.

DIAMANTINO, P. T. “Desde o raiar da aurora o sertão tonteia”: caminhos e descaminhos da trajetória sócio jurídica das comunidades de fundos de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. UNB, Brasília (DF), 2007.

DIAS, S. C. S. *Trajatória dos fundos de pasto na Bahia*. Anais Eletrônicos – VI Encontro Estadual de História. ANPUH/BA, 2013. [8. p.]

EHLE, Paulo. *Canudos, Fundo de Pasto no Semi-árido*. Paulo Afonso: Fonte Viva/Instituto Popular Memorial de Canudos, 1997.

FAO, 2014. *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Relatório 2014*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Brasília, 2014.

FAO, FIDA e PMA. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2015. Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre: balance de los desiguales progresos*. Roma, FAO. 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/aa5ef7f6-edc8-4423-aae3-88bf73b3c77c/i4646s.pdf>, acesso em 15/07/2016.

FERNANDES, B. M., MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo* / Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

FERNANDES, B. M. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: *Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação*. Organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: Inca, MDA, 2008.

FERRARO JR, L. A. *Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto da Bahia*. Brasília: UNB, 2008.

FREIRE, P. *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: Desafios de conteúdo, método e forma. In: MONARIM, Antonio. *Educação do campo. Reflexões e perspectivas*. 1ª. ed. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-46.

FORO PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA. *Declaración de Nyéléni*. Nyéléni, Sélingué, Malí. 27 de febrero de 2007. <https://nyeleni.org/spip.php?article291>, acesso em 08/01/2017.

GARCEZ, A. N. R. *Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo*. Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987.

- GABARRON, L. R.; LANDA, L. H. Investigación participativa. In: *Cadernos Metodológicos* 10. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.
- GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). *(GEO)grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GUHUR, D. M. P. e TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. Et al. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 57-65.
- GUZMÁN, E. S. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz-Bolivia. Plural editores, 2011.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.
- MALVEZZI, R. *Semi-árido - uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.
- MARINHO, A. R. B. *Círculo de Cultura: Origem histórica e perspectivas epistemológicas*. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2009.
- NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. *Fundos de pasto: nosso jeito de viver no sertão – Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas – BA*. Manaus. UEA. Edições, 2012.
- OLIVEIRA, A. U. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. Estudos Avançados, 15 (43), 2001.
- PETERSEN, P. e LONDRES, F. *Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe*. Agriculturas • v. 12 - n. 3 • setembro 2015.
- PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- RIBIRO, M. Educação Rural. In: *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- RIGON, S. D.A., BÓGUS, C.M. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA, I., PEREZ-CASSARINO, J. (orgs.). *Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.
- ROMÃO, J. E., et al.. *Círculo Epistemológico: Círculo de Cultura como Metodologia de Pesquisa*. (mimeo).
- SABOURIN, E; CARON, P; SILVA, P. C. G. D. *O manejo dos “fundos de pasto” no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável*. Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande, UFPB, v. 18, n. 20, p. 90-102, nov. 1999.
- SANTOS, Cirlene J. S. e. *Fundo de Pasto. Tecitura da Resistência, Rupturas e Permanências no Tempo-Espaço desse Modo de Vida Camponês*. Tese de doutorado. FFLCH / USP. São Paulo, 2010.
- SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão Agrária e a demanda por terra no Século XXI. In: *A Questão Agrária no Brasil. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária*



*na década de 2000*. João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). - 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, R. M. A. DA. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.

SHIRAISHI NETO, J. *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Joaquim Shiraishi Neto, org. Manaus: UEA, 2007.

STEDILE, J. P. Questão Agrária. In: *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P., CARVALHO, H. M. D. Soberania Alimentar. In: *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TOLEDO, V. M. Comer o morir! Globalización, campesinado y soberania alimentaria. In: BEZERRA, I., PEREZ-CASSARINO, J. (orgs.). *Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

## Referências sobre Fundos de Pasto

ALCÂNTARA, D. M. D. *Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Calderãozinho - Uauá- Bahia*. Salvador: PPGG/IG/UFBA, 2011.

ALCÂNTARA, D. M. *Fundo de Pasto: espaço comum dos nossos dias*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Bahia, 2006.

ALCANTARA, D.M e GERMANI, G.I. *Fundo de Pasto: Um conceito em Movimento*. In Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEG. Curitiba (PR). 2009. Anais da ANPEGE. CD-ROM.

ALCÂNTARA, D. M; GERMANI, G. I. *As comunidades de fundo de fundo e fecho de pasto na Bahia: luta na terra e suas espacializações*. Revista de Geografia. Recife: UFPE - DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010. p. 40-56.

ALCÂNTARA, D. M; GERMANI, G. I. *Manter-se na Terra: Luta Camponesa na Comunidade de Fundo de Pasto de Barriguda – Canudos/BA*. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária / V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Rio de Janeiro. Anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária / V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Rio de Janeiro, UFF, 2009.

ALCÂNTARA, D. M; GERMANI, G. I. *Fundo de Pasto: Espaços comunais em terras baianas*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo/USP, 2005.

ALCÂNTARA, D. M. D.; GERMANI, G. I.; SAMPAIO, J. L. F. *Há uma lei no meio do caminho: luta para permanecer na terra dos Fundos e Fechos de Pasto na Bahia*. Terra Livre. Ano 27, V.2, n.37, p.74-103. São Paulo/SP, jul-dez 2011.

ALMEIDA, A. W. B. D. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª Edição. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ANDRADE, Fátima; BRAGA, Hilda; LOPES, Luís José Lira (org). *“Fundo de Pasto”: uma prática de trabalho comunitário na pequena produção*. Salvador. SEPLANTEC/CAR. Salvador: SEPLANTEC, 1983.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. *O fundo de pasto que queremos: política fundiária, agrícola e ambiental para os Fundos de Pasto baianos*. Senhor do Bonfim (BA): Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, 2004, mimeo.

ASCONTEC. *Plano de viabilidade econômica – Fundo de pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas/BA*. Ibotirama (BA): Ascontec, 1999, mimeo.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIO DE FUNDO DE PASTO VÁRZEA GRANDE. *Plano de Ação de Várzea Grande*. Relatório. Oliveira dos Brejinhos (BA), 2002, mimeo.

BRASILEIRO, ÂNGELA Maria Medrado et al. *Avaliação da intervenção governamental no sistema produtivo fundo de pasto*. Salvador, 1987. 168p.

CAFFP, CEAPRI, CPT, IRPPA E FUNDIFRAN. *Relatório do I Seminário Estadual das Áreas de Fundo de Pasto*, 2002.

CAR. PDRI – Nordeste. *Projeto fundo de Pasto: Aspectos Jurídicos e Sócios Econômicos*. Salvador: CAR/ SEPLANTEC, julho de 1982, mimeo.

CAR. *Fundo de Pasto: Uma prática de trabalho comunitário na pequena produção: um estudo de caso no município de Uauá*. Salvador: CAR/ SEPLANTEC, 1983, mimeo.

CAR. *Avaliação da Intervenção Governamental no Sistema Produtivo Fundo de Pasto*. Salvador: CAR/ SEPLANTEC, abril de 1987, mimeo.

CAR. *A dinâmica da participação de pequenos produtores em projetos de desenvolvimento rural: do Fundo de Pasto as associações Fundiárias*. Salvador: CAR/ SEPLANTEC/ CEDAP/ CENTRU, 1987, mimeo.

CAR/PAPP Serra Geral. *Seminário sobre Círculos Comunitários Fundo de Pasto – Relatório*. Oliveira dos Brejinhos (BA), 1987, mimeo.

CARVALHO, Franklin P. de. *Fundos de Pasto: Organização e Território*. Salvador: PPGCS/UFBA, 2008.

CARVALHO, Franklin P. de. *Fundos de Pasto: Territorialidade, luta e reconhecimento*. Salvador: PPGA/UFBA, 2014.

CAMAROTE, Elisa M. *Lages das Aroeiras: territorialização, parentesco e produção em uma comunidade rural do semiárido baiano*. UFBA, 2010.

CAMAROTE, Elisa M. *Territorialização e parentesco em uma comunidade baiana de fundo de pasto*. *RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais*. UNICAMP, v. 5, n. 1, 2011.

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS E BROTAS DE MACAÚBAS. *Fundos de Pasto: nosso jeito de viver no Sertão*. Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Manaus: UEA, 2012.

CENTRAL DE FUNDO E FECHO DE PASTO DE SENHOR DO BONFIM; CENTRAL DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS. *Relatório do I Seminário Estadual das Áreas de Fundo de Pasto*. Juazeiro (BA), 2002, mimeo.

CENTRAL DE FUNDO E FECHO DE PASTO DE SENHOR DO BONFIM; CENTRAL DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS E BROTAS DE MACAÚBAS. *II Seminário Estadual das Áreas de Fundo de Pasto da Bahia – Proposta de financiamento*. Oliveira dos Brejinhos (BA), s/d, mimeo.

CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ. *Diagnóstico Rápido e Participativo de Jatobá*. Xique-Xique (BA), 2001, mimeo.

CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ. *Diagnóstico Rápido e Participativo de Várzea Grande*. Xique-Xique (BA), 2001, mimeo.

CENTRU - Centro de Treinamento em Planejamento e Desenvolvimento Rural. *A dinâmica da participação de pequenos produtores em projetos de desenvolvimento rural: Do Fundo de pasto as associações Fundiárias*. CENTRU SEPLANTEC Salvador, 1987.

COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS. *Encontro de Avaliação das Comunidades. Relatório*. Oliveira dos Brejinhos (BA), 1087, mimeo.

COSTA, Ivone Oliveira da. et al. *Aspectos sócio-ambientais da área de Fundo de Pasto Paredão do Lou no Município de Monte Santo – BA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV – Jacobina – BA, 2004, p. 14.

COTRIM, D. V. N. *O Pastoreio Comunitário em Uauá: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1992.

CPT. *O que é fundo de pasto? Caderno de estudo e debates para as comunidades*. CPT: Diocese de Barra (BA), 1999.

DIAMANTINO, P. T. “*Desde o raiar da aurora o sertão tonteia*”: caminhos e descaminhos da trajetória sócio jurídica das comunidades de fundos de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. UNB, Brasília (DF), 2007.

DIAS. S. C. S. *Trajetória dos fundos de pasto na Bahia*. Anais Eletrônicos – VI Encontro Estadual de História. ANPUH/BA, 2013. [8. p.]

EHLE, Paulo. *Canudos, Fundo de Pasto no Semi-árido*. Paulo Afonso: Fonte Viva/Instituto Popular Memorial de Canudos, 1997.

FERRARO JR, L. A. *Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto da Bahia*. Brasília: UNB, 2008.

FERRARO JR, L. A. & BURSZTYN, M. *À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: Razões dos fundos de pasto no Brasil e no Nordeste (1534-1982)*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE-ENANPPAS, 5., 2008, Brasília. Anais... Brasília, 2008.

FERRARO JR, L. A. & BURSZTYN, M. *Tradição e Territorialidade nos fundos de pasto da Bahia: do capital social ao capital político*. IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília (DF), 2008.

FUNDIFRAN. *A luta pela criação do bode solto. Trabalho de assessoria e apoio e uma luta popular*, apresentado pela FUNDIFRAN no II FONEP. Goiânia (GO), 1985, mimeo.

GARCEZ, A. N. R. *Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo*. Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Fundo de Pasto*. In: *Em torno da propriedade da terra*. Salvador: Gráfica Arembepe, 1997. p. 147-154.

GOMES, T. E. D. *Entre o espaço vivido e o espaço explorado: a exploração mineral em uma área de uso comum na caatinga de Juazeiro (BA)*. UFF. 2012.

GOMES, T. E. D.; BONFIM, J. S. *Parecer sobre o projeto de lei 20.417*. Articulação Estadual de Fundos de Pasto. Salvador, p. 22. 2012.

IMBIRUSSÚ, E.; OLIVEIRA G. G. D. *Reprodução Social da Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto do Paredão do Lou: uma análise dos recursos de uso comum à luz do pensamento de Ostrom*. XX Encontro Nacional de Economia Política. Foz do Iguaçu, 2015.

INTERBA-SEAGRI – *Projeto “Fundo de Pasto” (Oliveira dos Brejinhos)*. 1985. Disponível no Centro de Documentação da CAR.

MENEZES, I. D. D. *Ecologias das Identificações e Suas Sabenças na Comunidade de Fecho de Pasto Mucambo*. 2012. (buscar)

MENEZES, R. F. *Fundo de Pasto, uma das formas de povos tradicionais viverem no Semiárido brasileiro*. IF Baiano. 2013.

NOVA CARTOGRAFIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. *Fundos de Pasto: Nosso Jeito de Viver no Sertão*. Casa Nova: Articulação Estadual dos Fundos de Pasto, 2006.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. *Fundos de pasto: nosso jeito de viver no sertão. Lago de Sobradinho, Bahia*. Fascículo 2. Brasília, 2007.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. *Fundos de pasto: nosso jeito de viver no sertão – Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas – BA*. Manaus. UEA. Edições, 2012.

NUNES, M. A. C.; TREVIZAN, S. D. P. *Modo de vida de Comunidades de Fundo de Pasto e sua relação com componentes naturais de caatinga no município de Sobradinho, BA*. Revista Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade. Ano III, n. 7, ago. 2013.

OLIVEIRA, Elizabeth Homem; FRANCA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Neuza Maria (org.) *Dinâmica de Participação de Pequenos produtores em Projetos de Desenvolvimento Rural: Do Fundo de Pasto a Associações Fundiárias*. Salvador. SEPLANTEC/CEDP/CENTRU, 1987.

PAIVA, R. C. *Fundo de Pasto e Quilombo: território e identidade em Fazenda São Pedro, sertão baiano*. Salvador: PPGA/UFBA, 2012.

PDRI-Nordeste. *Fundos de Pasto – aspectos jurídicos e sócio-econômicos*. 1982.

RAMOS, Paulo Cunha Melo. (org.) *Avaliação da Intervenção Governamental no Sistema Produtivo Fundo de Pasto*. Salvador: SEPLANTEC/CAR, 1997.

REIS, A. S. *Fundos de Pasto Baianos: um estudo sobre a regularização fundiária*. Salvador: PPGCS/UFBA, 2010.

REPÓRTER BRASIL. *Comunidades de fundos de pasto resistem a pressões*. Texto e fotos: André Campos. <http://reporterbrasil.org.br/2009/09/comunidades-de-fundos-de-pasto-resistem-a-pressoes/>. Acesso em 21/05/2016.

SANTOS, C. J. S. E. *Pastoreio comunitário nos fundos de pasto de Oliveira dos Brejinhos – Bahia*. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária – V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária – V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Niterói/UFF, 2009.

SANTOS, C. J. S. E. *Fundo de Pasto: tecitura da resistência, rupturas e permanência no tempo-espaço desse modo de vida camponês*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

SANTOS, C. J. S. e GERMANI, G. I. *Entre Várzea Grande (BA) e Jardim Ângela (SP): o ficar e o partir como estratégias de reprodução camponesa*. In Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro (RJ), UERJ, 2006. CD ROM.

SANTOS, C. J. S. e GERMANI, G. I. *Lutar pela terra e resistir na terra: construção, desconstrução, reconstrução da identidade camponesa em assentamentos rurais e fundos de pasto*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo/USP, 2005.

SABOURIN, E; CARON, P; SILVA, P. C. G. D. *O manejo dos “fundos de pasto” no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável*. Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande, UFPB, v. 18, n. 20, p. 90-102, nov. 1999.

SEPLANTEC/CAR. *Fundos de Pasto: uma prática de trabalho comunitário na pequena produção – um estudo de caso no município de Uauá*. Salvador, out. de 1983. (Disponível na Biblioteca da CAR).

SOUZA, M. J. A.; ARAÚJO, C. S; SILVA, M. C. *As comunidades tradicionais de fundo de pasto no campo jurídico e político: um estudo sobre a viabilidade da formação em educação jurídica popular para as disputas de estado*. [s. d.]. p. 1463-1466.

TORRES, P. R. *Comunidades de fundos de pasto: desenvolvimento, conservação ambiental e território*. Trabalho apresentado no 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais, jun. 2012. 15 p.

TORRES, P. R.; ALENCAR, C. M. M. *A insegurança das comunidades de fundos de pasto na contemporaneidade*. Trabalho apresentado no 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais (Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político). Curitiba, UFPR: jul. 2012. 11 p.

TORRES, P. R. *Terra e territorialidade das áreas de fundo de pastos do semiárido baiano 1980 -2010*. UCSAL. 2011.

VIANA, G. B. *Perspectiva Ambientais e mapeamento social em áreas de Fundo de Pasto*. UEFS. 2011.

## Anexos

### Lista de órgãos e contatos

Governo da Bahia

Sigla	Nome	Contato
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural / Gabinete do Secretário	(71) 3115-6728 www.sdr.ba.gov.br
SDR/CAR	Secretaria de Desenvolvimento Rural / Companhia de Ação Regional	(71) 3115-6703 www.car.ba.gov.br
SDR/SUAF	Secretaria de Desenvolvimento Rural / Superintendência da Agricultura Familiar	(71) 3115-2839 www.sdr.ba.gov.br
SDR/CDA	Secretaria de Desenvolvimento Rural / Coordenação de Desenvolvimento Agrário	(71) 3116-7200 www.cda.sdr.ba.gov.br
SDR/BAHIATER	Secretaria de Desenvolvimento Rural / Superintendência de Assistência técnica e Extensão Rural	(71) 3116-1872 www.sdr.ba.gov.br
SJDHDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável / Gabinete do Secretário	(71) 3115-6577 www.justicasocial.ba.gov.br
	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável / Superintendência de Inclusão e Segurança Alimentar	(71) 3115-6292 / 3819 www.justicasocial.ba.gov.br
Sepromi	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial / Gabinete da Secretária	(71) 3103-1401 www.sepromi.ba.gov.br
	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial / Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais - CPCT	(71) 3103-1480 www.sepromi.ba.gov.br
SEC	Secretaria da Educação / Gabinete do Secretário	(71) 3115-8979 www.educacao.ba.gov.br
	Secretaria da Educação / Coordenação de Alimentação Escolar	(71) 3115-0185 www.educacao.ba.gov.br
SIHS	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento / Gabinete do Secretário	(71) 3115-6061 www.sih.ba.gov.br
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento	(71) 3372-4842 www.embasa.ba.gov.br
CERB	Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia	(71) 3115-8159 http://www.cerb.ba.gov.br
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte / Gabinete da Secretária	(71) 3115-3396 http://www.setre.ba.gov.br
	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte / Superintendência de Economia Solidária	(71) 3115-1564 http://www.setre.ba.gov.br

## Governo federal

<b>Sigla</b>	<b>Nome</b>	<b>Contato</b>
MDS/SESAN	Ministério do Desenvolvimento Social / Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Central de Relacionamento do MDS: 0800 707 2003 <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a>
MDS/SENARC	Ministério do Desenvolvimento Social / Secretaria Nacional de Renda de Cidadania	Central de Relacionamento do MDS: 0800 707 2003 <a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a>
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	(61) 2020-0002/ 2020-0003/ 2020-0006 <a href="http://www.mda.gov.br">www.mda.gov.br</a>
MI	Ministério da Integração Nacional	Serviço de Informação ao Cidadão: 0800 61 00 21 Secretaria de Infraestrutura Hídrica - (61) 2034 - 5828 / 5701 <a href="http://www.mi.gov.br">www.mi.gov.br</a>
MS	Ministério da Saúde	Disque Saúde: 136 (61) 3315-2425 <a href="http://portalsaude.saude.gov.br">portalsaude.saude.gov.br</a>
MS/FUNASA	Superintendência Estadual da Funasa na Bahia (Suest – BA)	(71) 3338-1614 <a href="http://www.funasa.gov.br">www.funasa.gov.br</a>
	Gabinete do Presidente	(61) 3314-6619/6466 <a href="http://www.funasa.gov.br">www.funasa.gov.br</a>
MMA/SEDR	Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	(61) Telefones: 2028- 1091/1092/1097 <a href="http://www.mma.gov.br">www.mma.gov.br</a>